



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

RUTE SOARES PAIVA



JOÃO PESSOA – PB  
2015

RUTE SOARES PAIVA

**EXPANSÃO DA REDE DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

JOÃO PESSOA – PB

2015

P149e Paiva, Rute Soares.

Expansão da rede de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte / Rute Soares Paiva.- João Pessoa, 2015.

181f. : il.

Orientador: Carlos Augusto de Amorim Cardoso

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN

1. Educação. 2. Políticas educacionais. 3. Ensino técnico e superior - expansão - Rio Grande do Norte.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

# **“Expansão da Rede de Ensino Técnico e Superior no Estado do Rio Grande do Norte”**

por

**Rute Soares Paiva**

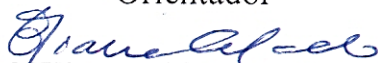
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

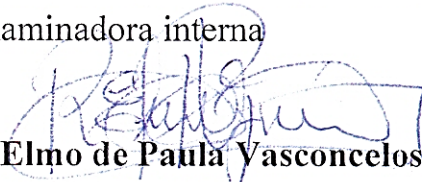
Aprovada por:



Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso  
Orientador



Profª Drª Eliana Alda de Freitas Calado  
Examinadora interna



Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior  
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curso de Mestrado em Geografia**

**Agosto/2015**

## AGRADECIMENTOS

Chega o momento de expressar em palavras o meu agradecimento às pessoas que foram fundamentais para que esse momento se concretizasse.

Inicialmente, quero agradecer a Deus, autor e consumidor da minha fé, pela força e coragem que me concedeu para chegar até aqui. Quando me senti fraca, realmente se fez cumprir a sua palavra em minha vida e a minha força se renovou a cada amanhecer. Obrigada, meu Deus!

À minha família, de modo especial a meu pai, Batista Paiva, e minha mãe, Vera Lúcia, que nunca mediram esforços para a minha educação e sem dúvidas foram peças fundamentais nessa reta final, estando sempre ao meu lado. À minha irmã, Raquel Queirós, que, mesmo com alguns quilômetros que nos separam, sempre esteve ao meu lado, incentivando-me e acreditando na minha capacidade. Enfim, a toda a minha família – meus avós, tios e primos –, que ora e torce pelo meu sucesso. Obrigada, amo todos vocês!

Ao meu orientador, Prof. Carlos Augusto, pela confiança sempre depositada em mim, pelas orientações, pela colaboração e pelas conversas agradáveis. Muito obrigada.

Às minhas amigas, que sempre estiveram do meu lado, apoiando-me. Em especial a Jivagda, Gerlania, Ivanúbia, Vitânia e Evellyne, pessoas que sempre estão prontas a me dar aquela palavra de força quando estou precisando. Sem dúvidas, o apoio de vocês foi fundamental para a realização desse sonho. Obrigada, minhas Luluzinhas.

Ao meu amigo Marcos Bessa, que sempre se fez presente, mesmo na distância, mantendo o contato e ligando para saber como estou. Muitas vezes, atendeu-me, mesmo estando atarefado. Obrigada, meu amigo, pela cumplicidade de uma amizade verdadeira!

Aos meus queridos Luiz Eduardo e Djanní Martinho, meus colegas de apartamento, onde juntos dividimos angústias, alegrias e também trocamos conhecimentos. Vocês foram pessoas muito importantes nessa jornada.

Ao meu colega João Paulo Oliveira, pessoa simples e que muito me ajudou no processo inicial de ingresso no mestrado, orientando-me sobre as etapas da seleção, estudando comigo, tranquilizando-me, dando-me força e dizendo-me que eu era capaz, mesmo sem me conhecer direito. A minha gratidão fica aqui registrada.

À minha prima Evane Praxedes e à minha amiga Samara Godoy, pessoas que sempre estiveram do meu lado nesse período de estadia na cidade de João Pessoa, desde a seleção do mestrado, e sempre me ligavam para me levar para algum lugar. Essas voltas, por mais

simples que fossem, foram importantes e me marcaram. Obrigada, meninas, vocês são “da turminha”.

Aos colegas dos grupos de pesquisa GPECES e LEU. Apesar da pouca convivência, compartilhamos momentos especiais, seja nos grupos de leituras, seja nas nossas confraternizações e viagens de campo.

Aos companheiros de turma do mestrado, pessoas que muito me ajudaram nesse percurso. Encontrá-los nos corredores da universidade, compartilhar experiências e anseios e dar boas risadas foram momentos muito gratificantes nesse processo. Em especial, aos meus queridos David Luiz e Marcela.

Não poderia deixar de agradecer, em especial, a minha querida Isabelle Trajano, que sempre compartilhou comigo, principalmente nessa reta final, todos os momentos dessa fase tão importante para mim. Amiga, arrasou!

À Profa. Eliana Calado, que, com sua alegria, sempre me contagiou. Também agradeço pelas contribuições dadas para todo o desenvolvimento do trabalho, desde o seminário de dissertação até, posteriormente, a qualificação, dando sugestões de grande importância para nossa discussão.

Ao Prof. Elmo, por aceitar avaliar o trabalho, e consequentemente contribuirá para melhoria deste.

Ao Prof. Wendel, que se disponibilizou para avaliar o trabalho no exame de qualificação, consequentemente, trazendo contribuições que direcionaram as discussões.

À Profa. Larissa Ferreira, pessoa muito importante no meu processo formativo, sempre me direcionando palavras positivas e acreditando na minha capacidade. Sem dúvidas, a realização deste trabalho tem muito da sua contribuição, desde a elaboração do projeto para concorrer à seleção, bem como no decorrer da pesquisa, suas orientações muito me ajudaram. Obrigada, querida Lara!

Aos diretores das instituições foco da nossa pesquisa, que tão prontamente me receberam para entrevista e gentilmente forneceram informações que foram importantes para a concretização deste trabalho, bem como aos servidores das instituições, que me deram os dados e demais informações necessárias para nossa pesquisa.

A Sônia, secretária do PPGG/UFPB, por sempre ter me recebido gentilmente todas as vezes que solicitei informações e ajuda. Mesmo tendo vários afazeres, sempre se mostra solícita com todos.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para que eu pudesse estar finalizando mais uma etapa da minha vida acadêmica.

*Dedico à minha Avó, Maria das Dores Praxedes (in memorian), que nunca mediu esforços para que meus sonhos e objetivos fossem alcançados. Dedicar, hoje, essa conquista ao seu nome me serviu de impulso para que eu pudesse enfrentar todas as dificuldades para a realização deste trabalho. Obrigada por todo amor e dedicação que sempre teve por mim.*

*“Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam” (1 Coríntios 2:9)*

## RESUMO

A presente dissertação analisa as políticas educacionais que visam à expansão do ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte. Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado uma nova fase no que se refere à política educacional, tendo como foco a facilidade do acesso à rede superior e técnica de ensino. A política educacional de expansão visa à descentralização das unidades de ensino, até então muito concentradas nos grandes centros urbanos. Diversas cidades de porte médio foram beneficiadas por essa política, pois possuem várias outras cidades de pequeno porte em seu entorno, permitindo que uma gama de pessoas passasse a ter acesso ao ensino público sem, necessariamente, deslocar-se às grandes cidades, ou às capitais. Tal medida facilitou o acesso à educação e, conseqüentemente, à profissionalização. Dentro dessa perspectiva, analisamos a intervenção pública de expansão das instituições de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte, em duas cidades consideradas de porte médio por exercerem polaridade regional: Pau dos Ferros e Mossoró, na região Oeste do estado. Essas cidades foram beneficiadas pela expansão de vagas e também pela construção de novos *campi* universitários. Ambas possuem unidades das seguintes instituições de ensino: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); e Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos. Inicialmente, procurou-se contextualizar o ensino técnico e superior no país, tendo como foco as políticas educacionais recentes que visam esse processo de expansão. No segundo capítulo, buscou-se entender como se deu essa expansão no estado do Rio Grande do Norte. Já no terceiro e quarto capítulo, buscamos compreender a atual configuração do ensino técnico e superior nas cidades foco da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os gestores das instituições pesquisadas e coletaram-se dados que pudessem evidenciar a área de influência das instituições pesquisadas. As descobertas provenientes desta pesquisa nos permitem afirmar que esse processo, embora seja derivado de uma política nacional, teve uma forte influência da política local, principalmente no que se refere a escolha das cidades para sediar as unidades de ensino. Portanto, destaca-se que, mesmo com algumas dificuldades enfrentadas, essa expansão foi sem dúvida de grande importância para a formação técnica e superior do interior do estado do Rio Grande do Norte.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Expansão do ensino técnico e superior. Rio Grande do Norte.

## ABSTRACT

This Thesis analyzes the educational policies that aimed at the expansion of technical and higher education in the state of Rio Grande do Norte. In recent years, Brazil has experienced a new phase with regard to education policy, focusing on ease of access to higher network and teaching technique. The educational policy of expansion aims at the decentralization of teaching units, until then very concentrated in large urban centers. Several medium-sized cities have benefited from this policy, because there are several other small towns around it, allowing access to public education without necessarily move to big cities or the capital. Such a measure facilitated access to education and, consequently, professional training. Within this perspective, we analyze public intervention expansion of technical and higher education institutions in the state of Rio Grande do Norte, in two cities considered of medium size, which exercise regional polarity: Pau dos Ferros and Mossoró, in the state's western region. These cities have benefited from the expansion of vacancies and also the construction of new university campuses. Both units have the following educational institutions: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); e Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). The work was divided into four chapters. Initially, it tried to contextualize technical and higher education in the country, focusing on the recent educational policies that saw this expansion process. In the second chapter, it sought to understand how this expansion happened in the state of Rio Grande Norte. In the third and fourth chapter, we search to understand the current technical and higher education setup in cities focus of research, therefore it was performed interviews with the managers of the institutions surveyed and were collected data that could show the area of influence of the institutions surveyed. The findings from this study allow us to state that this process, although it is derived from a national policy, it had a strong influence of local politics, particularly as regards the choice of cities to host the teaching units. Therefore, it is emphasized that, although some difficulties encountered, this expansion was undoubtedly of great importance for technical and higher education in the interior of Rio Grande do Norte state.

**Key-words:** Educational policies. Expansion of technical and higher education. Rio Grande do Norte.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ANDES** – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
**ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
**CAJ** – Colégio Agrícola de Jundiá  
**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CEFET** – Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica  
**CES** – Centro de Educação e Saúde  
**CERES** – Centro de Ensino Superior do Seridó  
**COFINS** – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social  
**CSLL** – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido  
**EaD** – Educação a Distância  
**ENEM** – Exame Nacional de Ensino Médio  
**ESAM** – Escola Superior de Agricultura de Mossoró  
**ETFERN** – Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica  
**FACEM** – Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró  
**FACISA** – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi  
**FASUBRA** – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras  
**FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil  
**FHC** – Fernando Henrique Cardoso  
**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**GT** – Grupo de Trabalho  
**GTI** – Grupo de Trabalho Interministerial  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IES** – Instituições de Ensino Superior  
**IFES** – Instituição Federal de Ensino Superior  
**IFET** – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
**IFIESP** – Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy  
**IFRN** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
**INDA** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
**IRPJ** – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas  
**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
**MEC** – Ministério da Educação  
**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais  
**PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil  
**PIS** – Programa de Integração Social  
**PROUNI** – Programa Universidade para Todos  
**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
**REUNI** – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
**SEDIS** – Secretaria de Educação a Distância  
**SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**SiSU** – Sistema de Seleção Unificada  
**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
**UAB** – Universidade Aberta do Brasil  
**UERN** – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**UFERSA** – Universidade Federal do Semiárido

**UFFS** – Universidade Federal da Fronteira Sul

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**UNILA** – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

**UNILAB** – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**UFOPA** – Universidade Federal do Oeste do Pará

**UFCG** – Universidade Federal de Campina Grande

**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**USP** – Universidade de São Paulo

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do estado do Rio Grande do Norte.....	50
Mapa 2: Municípios que possuem unidades de instituições públicas de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte.....	55
Mapa 3: Municípios que possuem unidades de instituições privadas de ensino superior no estado do Rio Grande do Norte.....	56
Mapa 4: Municípios que possuem unidades da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.....	59
Mapa 5: Municípios que possuem unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.....	65
Mapa 6: Municípios que possuem unidades da Universidade Federal Rural do Semiárido.....	86
Mapa 7: Municípios que possuem unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.....	90
Mapa 8: Localização dos municípios de Mossoró e Pau dos Ferros.....	92
Mapa 9: Distribuição dos alunos matriculados na UERN de Mossoró, por municípios.....	102
Mapa 10: Distribuição dos alunos matriculados na UFRSA de Mossoró, por municípios.....	112
Mapa 11: Distribuição dos alunos matriculados no IFRN de Mossoró, por municípios.....	119
Mapa 12: Distribuição dos alunos matriculados na UERN de Pau dos Ferros, por municípios.....	134
Mapa 13: Distribuição dos alunos matriculados na UFRSA de Pau dos Ferros, por municípios.....	141
Mapa 14: Distribuição dos alunos matriculados no IFRN de Pau dos Ferros, por municípios.....	153

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução das matrículas EaD na Educação Superior, 2002-2011.....	42
Quadro 2: Recursos orçamentários do programa de expansão – 2005-2012.....	48
Quadro 3: Oferta de cursos de graduação regular pelo <i>Campus</i> Central da UERN em Mossoró.....	99
Quadro 4: Oferta dos cursos regulares de graduação no <i>Campus</i> da UFERSA/Mossoró.....	110
Quadro 5: Cursos ofertados pelo <i>campus</i> do IFRN em Mossoró.....	116
Quadro 6: Municípios que mantêm relação com Pau dos Ferros.....	124
Quadro 7: Oferta dos cursos regulares de graduação no CAMEAM/UERN.....	129
Quadro 8: Oferta dos cursos regulares de graduação <i>Campus</i> da UFERSA/Mossoró.....	140
Quadro 9: Cursos ofertados pelo IFRN/Pau dos Ferros.....	152

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Vagas ofertadas na graduação presencial das universidades federais, de 2003 a 2011.....	35
Gráfico 2: Linha do tempo da criação das universidades federais.....	37
Gráfico 3: Recursos orçamentários do PNAES para as universidades federais, de 2008 a 2012.....	40
Gráfico 4: Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI entre os anos de 2005 e 2013.....	44
Gráfico 5: Os números da UFERSA no Programa REUNI.....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933-2001).....	26
Tabela 2: Concluintes do ensino médio e número de vagas no ensino superior (1980-2001)..	29
Tabela 3: Despesa do governo federal em educação com o FIES.....	46
Tabela 4: Número de vagas nos cursos de graduação presenciais no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte – 1998-2009.....	57
Tabela 5: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Norte em sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais.....	66
Tabela 6: Criação de novos cursos na UFRN no período 2007-2012.....	88

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Expansão da Rede Federal até 2010.....	39
Figura 2: Distribuição geográfica da educação técnica no estado do Rio Grande do Norte até o ano de 2006.....	63
Figura 3: Proposta de Expansão – RN – Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais.....	64
Figura 4: Antes e depois da reforma da escola, cedida pelo município para instalação do <i>Campus</i> da UFERSA em Angicos.....	77
Figura 5: Atual estrutura do <i>Campus</i> da UFERSA em Angicos.....	78
Figura 6: Escolas que foram sede da UFERSA em Caraúbas.....	80
Figura 7: Atual estrutura do <i>Campus</i> da UFERSA em Caraúbas.....	81
Figura 8: Comissão da UFERSA em Pau dos Ferros em articulação com a classe política do estado.....	83
Figura 9: Rede Urbana do Rio Grande do Norte (REGIC 2007) .....	93
Figura 10: Imagens do <i>Campus</i> Central da UERN em Mossoró.....	98
Figura 11: Reformas no <i>Campus</i> Central da UFERSA em Mossoró.....	109
Figura 12: Imagens da atual estrutura no IFRN/Mossoró.....	115
Figura 13: Imagens da estrutura atual do CAMEAM/UERN.....	130
Figura 14: Obras em andamento na UFERSA/Pau dos Ferros.....	137
Figura 15: Momento de reunião da comissão técnica do IFRN/Pau dos Ferros.....	146
Figura 16: Imagens da atual estrutura no IFRN/Pau dos Ferros.....	148

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO GOVERNO LULA .....</b>	<b>22</b>
1.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	22
1.2 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002) E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	30
1.3 O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010) E AS POLÍTICAS PARA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA SUPERIOR .....	33
1.3.1 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I.....	34
1.3.2 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase II .....	36
1.3.3 Universidade Aberta do Brasil (UAB) .....	41
1.3.4 Programa Universidade para Todos (PROUNI) .....	43
1.3.5 Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) .....	45
1.3.6 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase III.....	47
<b>2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E SUPERIOR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE .....</b>	<b>50</b>
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO .....	51
2.2 A EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NO ESTADO .....	54
2.2.1 A expansão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) ...	57
2.2.2 A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).....	61
2.2.3 A expansão da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) .....	68
2.2.4 Implantação do <i>campus</i> de Angicos .....	75
2.2.5 Implantação do <i>Campus</i> de Caraúbas .....	79
2.2.6 Implantação do <i>Campus</i> de Pau dos Ferros .....	82
2.2.7 A expansão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) .....	87
<b>3 O ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE MOSSORÓ .....</b>	<b>92</b>

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ .....	93
3.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E A ESTRUTURA ATUAL DAS INSTITUIÇÕES .....	96
3.2.1 A UERN em Mossoró .....	96
3.2.2 A UFERSA em Mossoró.....	103
3.2.3 O IFRN em Mossoró.....	114
<b>4 O ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE PAU DOS FERROS .....</b>	<b>121</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS .....	121
4.1.1 A UERN em Pau dos Ferros .....	124
4.1.2 A UFERSA em Pau dos Ferros .....	135
4.1.3 O IFRN em Pau dos Ferros .....	144
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado uma nova fase no que se refere à política educacional, tendo como característica a ampliação do acesso à rede superior e técnica de ensino, a partir da expansão das instituições. Esse processo se efetivou de forma mais notável principalmente na gestão governamental do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que compreendeu o período de 2003 a 2010. Foi nesse governo, através das políticas de educação, que se confirmou a expansão do acesso à educação superior, técnica e profissionalizante (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

A política educacional de expansão do ensino técnico e superior visa à descentralização das unidades de ensino, até então muito concentradas nos grandes centros urbanos. Diversas cidades de porte médio<sup>1</sup> foram beneficiadas por essa política de descentralização, pois possuem várias outras cidades de pequeno porte em seu entorno, o que permitiu que uma gama de pessoas passasse a ter acesso a um ensino educacional público sem, necessariamente, deslocar-se às grandes cidades, geralmente às capitais. Tal medida facilitou o acesso à educação e, conseqüentemente, à profissionalização, até então ainda muito concentradas.

Dentro dessa perspectiva, surgiu o interesse em analisar a intervenção pública de expansão das instituições de ensino técnico e superior, desde o período da graduação. Enquanto moradora do interior do estado do Rio Grande do Norte e aluna do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros, surgiu o interesse em estudar os investimentos em educação técnica e superior que o referido município vinha recebendo, que compreendiam a expansão dos cursos de graduação da UERN, a implantação do *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) e a construção da Universidade Federal Rural do Semiárido. A partir de então, desenvolvemos um trabalho de conclusão de curso, no ano de 2011, intitulado “A importância das políticas públicas educacionais para os municípios de Pau dos Ferros/RN para a formação técnica e superior na Região Oeste Potiguar”.

---

<sup>1</sup> Segundo o IBGE, as “cidades de porte-médio” são aquelas com porte populacional entre 50 mil e 500 mil habitantes. No entanto, corroboramos a ideia de Sposito, quando nos coloca que cidade de médio porte pode ser entendida como “aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede)” (SPOSITO, 2004, p. 331).

Muitas inquietações ainda permaneceram depois dessa pesquisa inicial, mantendo-se o interesse de dar continuidade à discussão sobre o processo de expansão do ensino técnico e superior. Nesse sentido, o nosso projeto inicial de dissertação pretendia discutir essa expansão como uma política de desenvolvimento regional, tendo como foco de estudo três cidades de estados diferentes, sendo elas: Pau dos Ferros/RN, Limoeiro do Norte/CE e Patos/PB. No entanto, como sabemos que muitos são os caminhos até se chegar ao trabalho final (disciplinas cursadas, seminários de dissertação, orientações, grupos de leituras, entre outros), todas essas etapas, bem como a questão das distâncias geográficas entre as três cidades e o tempo limitado para realização da pesquisa, contribuíram para um novo foco nas nossas discussões, redefinindo o nosso objeto de pesquisa, tendo como foco de análise apenas o estado do Rio Grande do Norte.

Assim, apresentamos em nosso trabalho a discussão sobre a expansão do ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte, tendo como foco de análise duas cidades, localizadas na região Oeste do estado e consideradas de porte médio por exercerem uma polaridade regional, quais sejam: Pau dos Ferros e Mossoró. Essas cidades foram beneficiadas pela expansão de vagas e também pela construção de novas unidades de ensino, principalmente quando consideramos o recorte temporal entre os anos de 2003 e 2010, que compreende a gestão governamental do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante esse período, pôde-se perceber efetivamente o processo de descentralização do ensino público.

A problemática desta pesquisa está pautada nas seguintes questões: quais os programas de governo que visaram à expansão do ensino técnico e superior? Como estão distribuídas as instituições de ensino no estado? Quais os critérios levados em consideração para a chegada das instituições de ensino nas cidades foco da nossa pesquisa? Como se deu a escolha dos cursos criados? Quais as perspectivas de crescimento das instituições?

Como etapas de trabalho, alguns procedimentos metodológicos foram realizados, como levantamento bibliográfico e documental, no sentido de identificar as políticas educacionais que favoreceram o processo de expansão do ensino no país e no estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, nossa análise partiu do embasamento teórico-conceitual apresentado por Melo (2011), Fávero (2000), Durham (2005), Paula (2011), Luchmann (2007) e Ristoff e Giolo (2006). Também se fez necessária a investigação em bancos de dados estatísticos divulgados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) bem como em dados oficiais divulgados pelo Ministério da Educação (MEC).

Ainda como etapas metodológicas, procedemos à coleta de informações a partir das entrevistas realizadas com os gestores das instituições pesquisadas. É importante destacar que o objetivo principal da nossa pesquisa era identificar como se deu o processo de implantação e expansão das instituições nas cidades supracitadas, daí a justificativa de apenas os gestores serem entrevistados. Também realizamos coleta de dados no intuito de conhecer a origem municipal dos alunos matriculados nas instituições foco da nossa pesquisa em uma abordagem descritiva e exploratória.

A pesquisa na área de expansão do ensino técnico e superior tem avançado nos últimos anos, no entanto ainda podem ser consideradas escassas as fontes de pesquisa, o que explica um pouco as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de nosso trabalho. Também é válido salientar alguns percalços ao longo da pesquisa, como dificuldades em realizar as entrevistas com os gestores das instituições, tendo em vista a agenda deles de muitos compromissos, como também problemas de acesso aos dados dos alunos nas instituições. Fizemos pesquisa em seis instituições, com a realização de sete entrevistas, caracterizando-se um trabalho braçal intenso no intuito de compreender como se deu o processo de implantação e expansão do ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte.

Para tanto, no primeiro momento da nossa pesquisa, procuramos responder alguns dos questionamentos citados anteriormente. No primeiro capítulo, intitulado “Políticas para a Educação Superior no Brasil do Governo Lula”, relatamos um pouco do contexto histórico do ensino superior no país, que teve início somente após a chegada da família real, em 1808, a qual criou as primeiras escolas superiores. Procuramos, ainda, expor as transformações ocorridas no processo de ensino superior no Brasil, motivadas principalmente pelas reivindicações do movimento estudantil. Em seguida, buscamos enfocar o contexto mais atual da educação superior, abordando os programas de governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que este último concentrou investimentos na expansão de vagas e principalmente na construção de novas unidades de ensino em todo o país.

No segundo capítulo, intitulado “A expansão da educação técnica e superior no estado do Rio Grande do Norte”, procuramos relatar o contexto histórico da educação técnica e superior. Em seguida, identificamos quais instituições públicas estão atualmente em funcionamento no estado, a saber: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ainda, relatamos como se deu o processo de expansão dessas instituições pelo estado e mapeamos como se encontram distribuídas no território estadual.

No terceiro e no quarto capítulos, respectivamente, “O ensino técnico e superior na região Oeste do estado do Rio Grande do Norte: uma análise da cidade de Mossoró” e “O ensino técnico e superior na região Oeste do estado do Rio Grande do Norte: uma análise da cidade de Pau dos Ferros”, tivemos como foco de discussão entender como está configurada a oferta dessas modalidades de ensino no Oeste do estado, tendo como análise as duas principais cidades dessa região, Pau dos Ferros e Mossoró. Para tanto, realizamos entrevistas com os gestores das instituições públicas presentes nas cidades analisadas, procurando, assim, entender como se deu seu processo de instalação, bem como a influência das recentes políticas educacionais para a atual configuração das unidades de ensino nessas cidades. Ainda, buscamos conhecer a origem municipal dos alunos matriculados nas unidades de ensino, mapeando, dessa forma, a área de influência dessas instituições.

Acreditamos que este trabalho ajudará a compreender as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos no que se refere à educação técnica e superior, tendo como foco de análise as cidades de Mossoró e Pau dos Ferros.

## **1 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO GOVERNO LULA**

Dando início à nossa discussão, tendo como base as reflexões sobre o objeto de pesquisa em questão, nosso primeiro capítulo encontra-se estruturado em dois momentos. Primeiramente, apresentamos um panorama da educação superior no Brasil desde o seu surgimento, destacando algumas transformações que sofreu ao longo dos anos. Posteriormente, procuramos enfatizar as políticas para a educação superior no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente no que concerne à questão da expansão do Ensino Superior, tema da nossa pesquisa.

### **1.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

Para discutirmos a questão atual da educação superior no Brasil, é importante que apresentemos o contexto em que ela surgiu, perpassando as transformações ocorridas durante o tempo nesse sistema de ensino até os dias atuais.

A educação superior, conforme aponta Melo (2011), tem sua origem na Europa entre os séculos XI e XII, com a criação das Universidades de Bolonha, Oxford, Paris e Salamanca, na Itália, Inglaterra, França e Espanha, respectivamente, sendo essas entendidas como as primeiras Universidades criadas formalmente no mundo ocidental.

A principal função dessas Universidades era fornecer qualificação para atender às necessidades da Igreja. Por esse motivo,

o papa tinha controle e poder sobre elas e havia destinado a cada uma delas a função ideológica: o ensino deveria conter a ilustração da fé e da defesa da ortodoxia. Mesmo assim, tão grande foi o destaque assumido pelas instituições universitárias que, mesmo sob tutela da Igreja Católica – que exercia controle sobre as pessoas daquele período –, elas estavam cada vez mais sendo requisitadas pelas cidades e pelo Estado. O interesse crescente devia-se ao fato de elas formarem intelectuais letrados e juristas competentes para suprir necessidades administrativas (MELO, 2011, p. 250).

Durante três longos séculos, as Universidades continuavam concentradas apenas na Europa. Foi somente no século XVI<sup>2</sup> que as instituições universitárias começaram a se firmar fora desse continente.

No Brasil, o ensino universitário chegou tardiamente em relação à América Hispânica, onde as Universidades católicas foram criadas já no século XVI. Como ainda era Colônia, não interessava à Coroa Portuguesa a criação de instituições de ensino, muito menos Universidades, pois havia o temor de conceder-lhe autonomia. Diante disso, “os alunos graduados nos colégios dos jesuítas<sup>3</sup> iam para a Universidade de Coimbra ou outras universidades europeias, a fim de completar seus estudos” (FÁVERO, 2000, p. 17). Vale salientar que essa oportunidade era um privilégio das elites da época.

No entanto, houve a tentativa de criação de Universidades ainda no período colonial, iniciativa liderada por parte de alguns membros da própria Companhia de Jesus. Esse objetivo também esteve presente nos planos da inconfidência mineira e durante a transferência da monarquia para o Brasil (FÁVERO, 2000).

Embora essas tentativas, sem êxito, tenham ocorrido somente com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, após a ameaça da invasão napoleônica, deu-se início às primeiras escolas superiores: Escolas de Medicina, de Engenharia, Artes Militares e as Academias Militares da Marinha. É importante salientar que a criação dessas escolas superiores tinha como interesse atender às necessidades da Coroa Portuguesa: “Não houve então nenhuma preocupação e nenhum interesse em criar uma Universidade. O que se procurava era formar alguns profissionais necessários ao aparelho do Estado e às necessidades da elite local, como advogados, engenheiros e médicos” (DURHAM, 2005, p. 200). Nesse contexto, o ensino superior no Brasil teve seu início marcado por modelos de institutos isolados de natureza profissionalizante e de caráter elitista, pois o acesso ao ensino era privilégio dos filhos de aristocratas da colônia, que se encontravam impedidos de dar continuidade aos estudos na Europa devido ao bloqueio napoleônico.

Outro fator importante a se destacar é que, diferentemente do que aconteceu nas colônias da Espanha e demais países da América Latina, não houve a intenção, por parte da Coroa Portuguesa, de entregar a responsabilidade da educação superior à Igreja Católica. O ensino manteve-se sob o comando da Corte e pouco se expandiu até o final do império:

---

<sup>2</sup> As grandes expansões marítimas e, consequentemente, o processo de colonização também ocorreram nesse século.

<sup>3</sup> “O ensino jesuítico oferecido na colônia, era um ensino médio de tipo clássico, chegando a ser em alguns estabelecimentos, como no Colégio Central da Bahia e no Rio de Janeiro, um curso intermediário entre os estudos de humanidades e os cursos superiores” (FÁVERO, 2000, p. 17).

Ao longo do século XIX, a Coroa manteve a tradição portuguesa do monopólio do ensino superior, resistindo à pressão da Igreja para a criação de estabelecimentos católicos. O sistema expandiu-se muito lentamente e, no final deste período, que termina com a Proclamação da República, em 1889, não havia mais de 24 dessas escolas de formação profissional (Teixeira, 1969), todas de iniciativa da Coroa e independentes da Igreja (DURHAM, 2005, p. 201).

Com a proclamação da República, o ensino superior se expandiu pelo país, sendo permitida a criação de instituições lideradas tanto pelo poder público como pela iniciativa privada. Entre os anos de 1889 e 1918, foram criadas cinquenta e seis escolas superiores, das quais a maioria era de iniciativa privada (DURHAM, 2005).

No período de 1889 a 1930, que compreende a Primeira República, o ensino superior se manteve no formato de escolas autônomas<sup>4</sup>. Em 1920, o Presidente Epitácio Pessoa, por meio do Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, instituiu a primeira Universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, aglutinando as Faculdades Isoladas existentes, que compreendiam a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (SOARES, 2002).

Na década de 1920, o Brasil estava passando por um movimento de modernização e de profundas mudanças. O acelerado processo de urbanização e a expansão da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém, com eles, surgiram também alguns conflitos de ordem política e social, acarretando, assim, uma transformação da mentalidade intelectual brasileira. Esse movimento de transformações atingiu também o setor educacional, pois os princípios de educação vigentes na época, de caráter elitista, incomodaram um grupo de educadores que reivindicava novas bases pedagógicas e a reformulação da política educacional. Nesse contexto, o grupo lançou um manifesto ao povo e ao governo conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>5</sup>.

Esse manifesto continha propostas de uma reforma na política educacional, tendo como marco de sua elaboração<sup>6</sup> a abertura da IV Conferência Nacional de Educação, em

---

<sup>4</sup> É um sistema de ensino alternativo, no qual uma escola recebe fundos públicos, mas opera independentemente.

<sup>5</sup> Esse Manifesto pode ser entendido como o marco inaugural de um projeto de renovação da educação no Brasil, expressando, assim, a conscientização da temática da educação como um problema nacional. “Em linhas gerais, o manifesto defendia uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, que eliminasse o espírito livresco da educação em vigor e adquirisse aspecto prático, profissionalizante, aberta a todas as classes sociais, a fim de construir cientificamente um país, na perspectiva da racionalidade científica” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 154-155).

<sup>6</sup> O manifesto foi redigido por Fernando Azevedo, em 1932, e assinado por Armanda Álvaro Alberto, Noemi da Silveira, Cecília Meirelles, Anísio Teixeira, Edgard Sussekind Mendonça, Roquete Pinto, Venâncio Filho, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, Antônio Ferreira de Almeida Jr., Júlio de Mesquita Filho, Paschoal Leme, Heitor Lira, entre outros, somando-se 26 intelectuais.

dezembro de 1931. Na oportunidade, Getúlio Vargas, então chefe do governo provisório, fez um pedido aos intelectuais ali presentes para que fosse elaborado um projeto que defendesse a política educacional, o qual deveria conter uma proposta que o governo não possuía.

Esse mesmo grupo, junto com alguns cientistas, também propôs reformas e modernização para o ensino superior,

[...] defendendo a criação de universidades que não fossem meras instituições de ensino, mas “centros de saber desinteressado”, como se dizia naquela época. O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional (DURHAM, 2005, p. 202).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) marcou o fim da Primeira República. Em 1931, Vargas criou o Ministério de Educação e Saúde, tendo como primeiro titular Francisco Campos, que, a partir do mesmo ano, iniciou uma série de reformas no ensino secundário, superior e comercial. Essas mudanças tinham como objetivo organizar a educação escolar, “que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (FÁVERO, 2006, p. 23). Algumas dessas mudanças, no que se refere ao ensino superior, são:

O Governo elabora o seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras até à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1935, até chegar a institucionalização da Universidade do Brasil em julho de 1937 (FÁVERO, 2000, p. 40).

Apesar da tendência a certa centralização, devido à política autoritária do governo desde o início, foi nesse período que houve a iniciativa de criação de Universidades que expressassem posições diferentes. Foi o caso da criação, por iniciativa do governo estadual, que fazia oposição ao governo Vargas, da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, por meio do Decreto n. 6.283/34:

Ao contrário do Distrito Federal, o estado de São Paulo construiu, à época, um projeto político, no bojo do qual se inseria a criação de uma universidade de alto padrão acadêmico-científico. Este estado, maior centro cafeeiro do Brasil, perdera poder político em nível nacional, devido à crise econômica

do café. O movimento para a criação da universidade, liderado por Fernando de Azevedo e incentivado pelo jornal O Estado de São Paulo, recebeu o apoio do governo estadual. Por ser o estado mais rico do país, criou sua própria universidade pública estadual, livre do controle direto do governo federal, constituindo-se numa tentativa de reconquistar a hegemonia política (SOARES, 2002, p. 29-30).

Percebemos que a criação da Universidade de São Paulo é vista como uma forma de mostrar a força do estado não somente política, mas também economicamente, na medida em que cria sua própria Universidade com iniciativa estadual, sem intervenção do governo federal.

O setor privado da educação, que teve grande crescimento no período republicano, tem avanços também nesse período da história: “Em 1933, quando se iniciam as primeiras estatísticas educacionais, os dados indicam que as instituições privadas respondiam por cerca de 44,0% das matrículas e por 60,0% dos estabelecimentos de ensino superior” (DURHAM, 2005, p. 203). A Tabela 1 abaixo traz a evolução dos números das matrículas de instituições públicas e privadas no ensino superior no país, entre os anos de 1933 e 2001.

Tabela 1: Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933-2001)

Ano	Público		Privado		Total
	Número	%	Número	%	Número
1933	18.986	56,3	14.737	43,7	33.723
1945	21.307	52,0	19.968	48,0	40.975
1960	59.624	56,0	42.067	44,0	95.691
1965	182.696	56,2	142.386	43,8	352.096
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
1995	700.540	39,8	1.059.163	60,2	1.759.703
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2001	939.225	31,0	2.091.529	69,0	3.039.754

Fonte: Censo e Sinopse Estatísticas do Ensino Superior, MEC. Tabela extraída do trabalho de Durham (2005, p. 205).

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, durante o período de mudanças na educação, propostas pelo governo Vargas (1930-1945), houve pouco avanço no número de matrículas, principalmente no setor público. Diante desse fato, o movimento estudantil passou a reivindicar a ampliação de vagas nas Universidades públicas.

Durante a segunda metade dos anos de 1950, o movimento estudantil teve como foco a discussão que tramitava no Congresso Nacional para a votação da primeira Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB). O movimento lutava por uma ampla reforma no ensino superior, tendo como principais prerrogativas a ampliação de Universidades públicas e a associação do ensino à pesquisa, que até então não era uma função básica da Universidade brasileira.

Em 1961, depois de quatorze anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei n. 4.024, primeira LDB. Essa lei somente reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país, fortalecendo a centralização. Para os estudantes, a novidade foi a garantia de representação nos colegiados.

No entanto, esse movimento de modernização do ensino superior no Brasil começou a ter resultados efetivos apenas com a criação da Universidade de Brasília, por meio da Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que teve sua formação diferente das demais Universidades.

[...] a Universidade de Brasília, cujos principais objetivos eram o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista. Essa foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades preexistentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes (SOARES, 2002, p. 32).

No ano de 1964, ocorreu o golpe militar e o movimento estudantil continuou na sua luta de reivindicações em favor da Universidade pública, exigindo principalmente a ampliação de vagas. No entanto, diante do contexto político que se instaurara no Brasil, houve uma resistência do regime militar aos anseios do movimento.

A luta do movimento estudantil teve seu auge no ano 1968, quando o governo reconheceu a necessidade de uma reforma no ensino superior e instituiu, por meio do Decreto n. 62.937, de 02.07.1968, a criação de um Grupo de Trabalho (GT). Esse grupo, formado por 11 integrantes, tinha a responsabilidade de “estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País” (MEC, 1968, p. 15). Ao longo do documento, o GT reconhece que a Universidade brasileira necessita de uma ampla reforma no que concerne à sua estrutura bem como à sua funcionalidade, que consiste na investigação científica.

É importante destacar que esse período de efervescência do movimento estudantil foi reprimido pelo governo militar<sup>7</sup>. Mesmo diante dessa repressão, a reforma universitária aconteceu, embora de forma incompleta, pois houve importantes mudanças, como a organização do sistema de ensino federal em Universidade e também um incentivo à pesquisa<sup>8</sup>. Schwartzman (2005, p. 25) aponta algumas dessas reformulações: “Em fins dos anos 1960, o ensino superior foi transformado, com a introdução de inovações ao estilo estadunidense, como o sistema de créditos, os departamentos acadêmicos e os programas de pós-graduação”. Ainda sobre os resultados dessa reforma, Paula (2011) afirma:

[...] a Lei n. 5540, responsável pela Reforma de 1968, instituída no auge da ditadura militar, incorporou várias características da concepção universitária norte-americana, a saber: a) vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho; b) estímulo entre as parcerias entre universidade e setor produtivo; c) instituição do vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e da matrícula por disciplina, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades; d) fim da cátedra e instituição do sistema departamental; e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva; f) expansão do ensino superior, por intermédio da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas; g) a ideia moderna de extensão universitária; h) ênfase nas dimensões técnicas e administrativas do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma (PAULA, 2011, p. 59-60).

Essas mudanças supracitadas refletem que, mesmo diante de toda a repressão, o ideal de ensino superior exigido pelo movimento estudantil foi repensado pelo governo militar. Assim, já no final da década de 1970, o sistema brasileiro de ensino superior apresentava inúmeras mudanças, entre elas “a ampliação das matrículas, os novos estímulos para a titulação e a pesquisa no setor público, assim como a criação de um novo setor privado empresarial lucrativo, sem grandes compromissos com a pesquisa” (DURHAM, 2005, p. 197). Os dados da expansão do número de matrículas, apresentados na Tabela 1, são exemplos de uma das conquistas, pois as matrículas do ensino superior passaram de 95.691 no ano de 1960 para 1.345.000 no ano de 1980.

<sup>7</sup> O governo militar endureceu suas posições e o período terminou em 1968, com a destruição do movimento estudantil pela repressão militar, a prisão de suas lideranças e uma nova cassação de docentes (DURHAM, 2005, p. 211).

<sup>8</sup> A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) foram exemplos desses investimentos na pesquisa, por serem instituições financiadoras de bolsas de mestrado e doutorado para a formação de pesquisadores, tanto no Brasil como fora.

Na década de 1980, o ensino superior viveu um período de estagnação que afetou não somente o setor público, mas também o privado. Essa problemática pode ser explicada em virtude do momento histórico pelo qual passava o país, marcado por crise econômica e inflação com um crescimento acelerado. Politicamente, o país vivenciava um processo de redemocratização, que teve início com a repressão política, seguido de eleição em 1985, na qual foi escolhido um novo presidente pelo senado federal, e culminou na elaboração da nova constituição em 1988, bem como, no ano seguinte, na eleição direta para presidência da república.

Apesar desse contexto de crises, Durham (2005) aponta que outros fatores podem justificar a estagnação do crescimento do ensino superior. Segundo a autora, existia um elevado crescimento no nível de evasão e repetência na educação básica e um número cada vez menor de alunos conseguia concluir essa etapa da formação. Diante disso, “se a taxa de educação no ensino superior é muito pequena quando comparada ao número de jovens na faixa etária correspondente, a relação entre número de vagas no ensino superior e o número de egressos do ensino médio é muito elevada” (DURHAM, 2005, p. 219). A tabela abaixo demonstra essa realidade:

Tabela 2: Concluintes do ensino médio e número de vagas no ensino superior (1980-2001)

Ano	Concluintes (em mil)	Vagas (em mil)	Concluintes por vaga
1980	541	405	1,3
1991	659	517	1,3
1994	749	574	1,3
1997	1.266	699	1,8
2000	2.101	1.236	1,6
2001	2.217	1.444	1,5

Fonte: MEC/INEP/Seec/Daes. Tabela extraída do trabalho de Durham (2005, p. 219).

Com base nos dados apresentados, corroboramos o pensamento da autora quando coloca que é possível inferir que o crescimento vivenciado nos anos de 1970 “só foi possível pela existência de uma demanda reprimida de antigos egressos do ensino médio e que não tinha podido ingressar no ensino superior na idade adequada: uma população mais velha, já inserida no mercado de trabalho” (DURHAM, 2005, p. 220). Tendo em vista que essa demanda reprimida já havia sido atendida, e como o número de egresso do ensino médio avançava em pequena escala, o ensino superior viveu esse período de estagnação.

Outro fator importante a ser mencionado, que marca esse período, diz respeito ao movimento dos docentes do ensino superior público, que teve como resultado a criação da Associação Nacional dos Docentes Universitários (Andes). As grandes reivindicações por parte da associação foram a autonomia e a democratização, tendo como propostas uma maior participação por parte dos docentes e também da classe estudantil na gestão das Universidades, através de representações das classes.

## 1.2 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (2002-2005) E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

O governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) – teve como um de seus projetos reformular a educação brasileira. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), as políticas educacionais desse governo foram diferentes das que haviam sido implantadas até então. Na sua gestão, procurou elaborar um programa que levasse em consideração o que acontecia em vários âmbitos, níveis e graus de ensino, realizando nesse sentido uma política de mudança dos rumos da educação.

A política educacional proposta pelo governo foi marcada por várias ações, porém sem aumentar os recursos financeiros para manter o desenvolvimento do ensino. Em seu primeiro mandato, o então presidente colocou em prática o programa denominado “Acorda Brasil: Está na hora da Escola”. Esse projeto tinha como principais metas a distribuição de verbas diretamente para as escolas; a melhoria dos livros didáticos; a formação de professores, sobretudo por meio da educação a distância; a reforma curricular (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – e Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN); e a avaliação das escolas. Contudo, essa expectativa foi revogada após os resultados do Sistema de Avaliação Nacional, momento em que foram constatadas inúmeras falhas, como falta de vagas nas escolas e de melhorias com relação ao salário dos professores, entre outras. Todo esse contexto, associado às diversas crises econômicas e ao medo da falta de oportunidade de emprego, favoreceu, contraditoriamente, a reeleição do presidente, que continuou sua política educacional.

Com o fracasso da tentativa de reformulação da educação no Brasil, o governo, em seu segundo mandato (1999-2002), com um discurso de alcançar melhor eficiência administrativa, propôs alternativas para a educação superior, como a privatização do ensino e

a autonomia universitária. De acordo com Luchmann (2007, p. 1395), “advém dessa questão uma das principais críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso que é a do abandono às universidades públicas e de sua consequente incapacidade de atender as demandas por vagas”.

A proposta adotada pelo governo para as universidades públicas era de uma transformação profunda, tendo em vista que passariam a se constituir em fundações de caráter social, de direito privado, e em sociedades civis sem fins lucrativos, tirando, assim, a carga da responsabilidade do governo pela educação no país<sup>9</sup>. Porém, essa proposta foi duramente criticada, principalmente pela sociedade acadêmica, que, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, garantiu um ensino público de responsabilidade do governo. No entanto, essa garantia não significou resultados positivos para a educação superior no país.

Apesar de manter a gratuidade do ensino público, o que aconteceu na prática foi um sucateamento das instituições públicas no país, pois houve uma redução nos investimentos e um corte profundo nas verbas de manutenção destas na esperança de haver um crescimento do setor privado e que este absorvesse a demanda crescente por ensino superior no país (LUCHMANN, 2007, p. 1396).

Da mesma forma que a educação superior sofria por falta de investimento, o ensino técnico profissionalizante, ofertado pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), também sofreu dificuldade, principalmente em relação à oferta de novas vagas, por meio do Decreto n. 2.208/97<sup>10</sup>.

Durante o governo FHC, houve uma significativa expansão do ensino superior privado, inclusive com novas modalidades de ensino, com graduação de curto prazo:

Durante seu governo inúmeras instituições particulares de ensino superior foram criadas, expandindo-se a oferta de vagas. Também surgiram os cursos sequenciais e por módulos, que são cursos de graduação de curto prazo (2 anos), para atender a classe trabalhadora, diferentemente dos cursos tradicionais de graduação, de duração entre 4 e 5 anos (ILIBRANTE, 2008, p. 107-108).

---

<sup>9</sup> O ideal do neoliberalismo, defendido pelo governo FHC, tinha propostas de atingir também a educação superior.

<sup>10</sup> Esse decreto fixou metas para a diminuição da oferta de ensino médio pelas escolas técnicas federais, causando, assim, uma estagnação na oferta de vagas no ensino técnico integrado. Diante disso, a disponibilidade de instituições no país, desse nível de ensino, permaneceu de forma concentrada.

Com relação aos números, “o crescimento das matrículas no ensino superior, no Brasil, em especial no setor privado, atinge grande incremento a partir de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, com o apoio da Lei de Diretrizes e Bases Nacional” (PAULA, 2011, p. 64). É importante salientar que a LDB prevê a formação em nível superior para profissionais atuarem na educação básica, conforme determina no seu Artigo 62: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”. Diante disso, houve uma corrida por parte dos profissionais da educação básica para concluir o ensino superior e muitos desses profissionais recorreram a instituições privadas.

Ainda como política de incentivo à educação superior da rede privada, o governo FHC criou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação:

O programa FIES que é um programa que tem por objetivo financiar estudantes de baixa renda, mas que, no entanto, não tem uma adesão tão significativa quanto à esperada porque, como se trata de financiamento, a taxa de juros sobre os empréstimos eram maiores que as taxas de crescimento da renda dos recém-formados, dificultando o pagamento pós-curso, o que desestimulou em muito a adesão ao programa, isto sem contar que as taxas de desemprego dos recém-formados alcançavam índices altos, preocupando os candidatos para o pagamento da dívida que se herdaria na adesão ao programa (LUCHMANN, 2007, p. 1397).

Outro fator de destaque no governo, com relação à educação superior, diz respeito à avaliação, também amparada pela LDB de 1996. Inicialmente, esse processo avaliativo se restringia a um provão aplicado aos formandos. No entanto, devido às pressões da comunidade acadêmica e do movimento estudantil, essa avaliação se estendeu à instituição de ensino e aos cursos de graduação.

No governo Fernando Henrique Cardoso, a política governamental em relação à avaliação de educação superior deixou de ser a de estimular, de assessorar e de financiar e a autoavaliação das instituições de educação superior e passou a ser a de utilizá-la para regular e controlar as instituições, via de mercado; isto é, o resultado da avaliação da educação superior seria a informação que o Ministério oferecia ao mercado consumidor de educação superior sobre a qualidade dos cursos (BARREYRO; ROTHEN, 2011, p. 304-305).

Nesse contexto, é pertinente afirmar que o governo FHC mostrou pouca preocupação com relação ao ensino técnico e superior, ficando também claro, principalmente no segundo mandato, o seu caráter neoliberal, na medida em que houve a tentativa de tirar do Estado a responsabilidade pela educação superior.

### 1.3 O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010) E AS POLÍTICAS PARA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA SUPERIOR

Conforme supracitado, a educação superior no Brasil se apresentava de forma concentrada e com redução de investimentos, principalmente para o ensino técnico e superior.

Diante desse contexto, no ano de 2003, assumiu a presidência Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Nesse governo, as políticas ligadas à educação visavam a uma expansão de vagas e unidades de ensino, bem como à facilidade de acesso à educação, tanto a técnica profissionalizante como a superior.

A reforma da educação superior do governo Lula tem como marco inicial o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, o desenvolvimento e a democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). De acordo com o GTI, essa análise resultou na produção de um relatório apresentado ao governo, tendo como principal marco o apontamento de medidas a serem adotadas para solucionar a crise emergencial vivida pelas universidades brasileiras. Ainda, o documento deixava clara a necessidade de expansão das vagas (OTRANTO, 2010).

A proposta de governo, denominada de “uma escola do tamanho do Brasil”, já apresentava como um dos principais objetivos a expansão de vagas no ensino superior, especialmente na educação pública. No programa de governo, encontram-se os objetivos para a educação superior no país:

Assim os compromissos básicos do nosso governo com a educação superior são: a) a promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (artigo 207 da CF); b) o reconhecimento do papel estratégico das Universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país; c) a consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país; d) a expansão significativa da oferta de vagas no ensino

superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; e) a ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação do programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados à educação; f) a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF); g) o envolvimento das IES, em especial as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão (UMA ESCOLA DO TAMANHO DO BRASIL, 2002, p. 26-27).

De acordo com a citação, é possível perceber a proposta do governo Lula no que se refere à educação no Brasil. A partir das próximas seções, passaremos a analisar o que de fato se efetivou, principalmente em relação a expansão de vagas e criação de novas unidades de ensino técnico e superior, tema que é foco do nosso trabalho.

### **1.3.1 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I**

Como medidas iniciais para dar conta desse grande desafio de expansão da rede de ensino, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada diretamente ao Ministério da Educação (MEC), anunciou planos de grande relevância para o país. No período de quase um século (1909 a 2002), foram autorizadas a construção de 140 instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, enquanto que, de 2003 a 2010, o MEC se propõe a autorizar 214 novas unidades federais, configurando-se em uma ampliação de 150%, num intervalo de oito anos (BRASIL/MEC, 2007).

Como marco inicial, para concretizar a expansão da rede federal de ensino, é lançada em 2005, com a publicação da Lei 11.195, a primeira fase (2005-2007) do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que previa a construção de 64 novas unidades de ensino, tendo como objetivo

implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL/MEC, 2005, p. 4).

No entanto, ainda no ano de 2003, já havia propostas de ampliação das vagas na rede federal. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) apresentou ao presidente Lula uma proposta de ampliação de vagas nas universidades federais, tendo como prioridade os cursos noturnos e a formação de professores para atuação na rede básica de ensino (ANDIFES, 2012). No Gráfico 1, podemos observar o aumento no número das vagas na graduação presencial da rede federal de ensino.

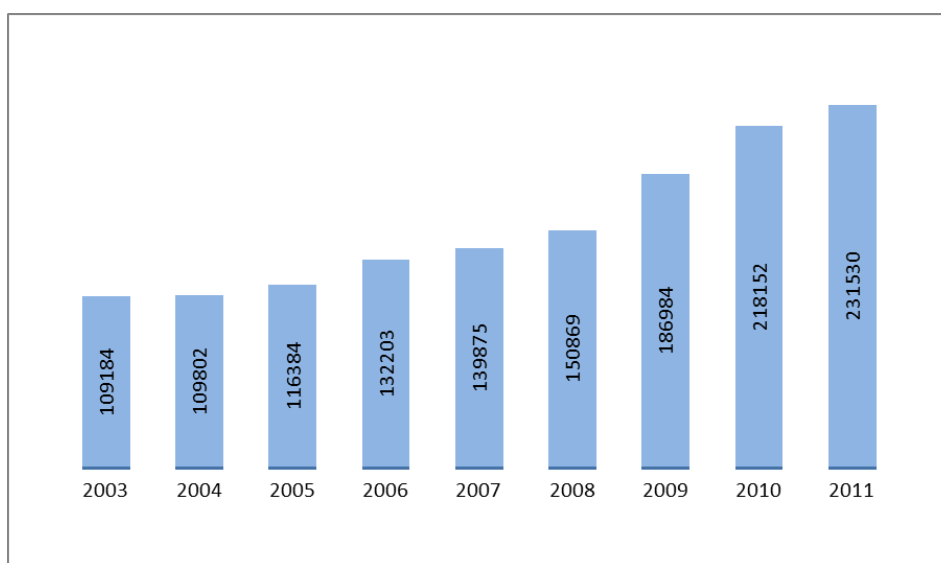


Gráfico 1: Vagas ofertadas na graduação presencial das universidades federais, de 2003 a 2011  
Fonte: BRASIL/MEC, 2012.

De acordo com o Gráfico 1, entre os anos de 2003 a 2011, houve um crescimento de 112% na graduação presencial. Observamos que o aumento das vagas apresenta-se de forma mais expressiva a partir do período de 2008 a 2011. Esse crescimento pode ser explicado pelo fato de, no ano de 2007, ter sido lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, conforme destacaremos a seguir.

### **1.3.2 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase II**

A segunda fase (2007-2010) tem como destaque o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto n. 6.096/2007. Esse programa tem como finalidade uma análise geral das condições da educação de nível superior federal e seus principais objetivos são:

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASIL/MEC, 2009, p. 3).

Em virtude de seu objetivo, o REUNI foi um programa que deu base ao crescimento das universidades federais, sobretudo no que se refere ao número de vagas, além de contribuir para a criação de instituições de ensino no interior do país, o que favoreceu a criação de novos cursos e a contratação de mais servidores. É importante destacar que o REUNI foi também uma proposta para atender às diversas reivindicações de várias entidades, dentre as quais destacamos a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Todas essas entidades tinham como principal objetivo a ampliação das vagas no ensino público (BRASIL/MEC, 2012).

Além do processo de expansão das vagas, com a interiorização e reestruturação do ensino federal, ocorreu uma fase de integração regional e internacional, que teve como marco a criação de quatro novas universidades, sendo elas: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sediada na cidade de Chapecó/SC – essa universidade integra os estados da fronteira da região Sul do país –; a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sediada na cidade de Santarém/Pará, com *campus* nas cidades de Juruti, Oriximiná, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos e Alenquer – essa universidade tem como foco a integração amazônica –; a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), voltada para todos os países

da América Latina, com sede na cidade de Foz do Iguaçu/PR; e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que visa a aproximação entre os países de língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia – essa universidade tem sua sede na cidade de Redenção/CE. Dessa forma,

de 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 *campus* para 274 *campus*/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (BRASIL/MEC, 2012, p. 11).

Sem dúvida, o programa de expansão do ensino superior desenvolvido pelo governo Lula foi de grande relevância no cenário do ensino público no Brasil, com destaque para a interiorização das instituições de ensino, o que permitiu o acesso à universidade e ao ensino técnico da população no interior do país, uma vez que, até então, se apresentavam de forma concentrada nos grandes centros urbanos.

No Gráfico 2, verificamos o número de instituições federais criadas ao longo dos anos, no período de 2003 a 2010, que compreende os dois mandatos do governo Lula. Foram criadas 14 universidades federais, demonstrando, assim, que o governo federal passou a investir na expansão e, conseqüentemente, no acesso à educação superior e técnica.

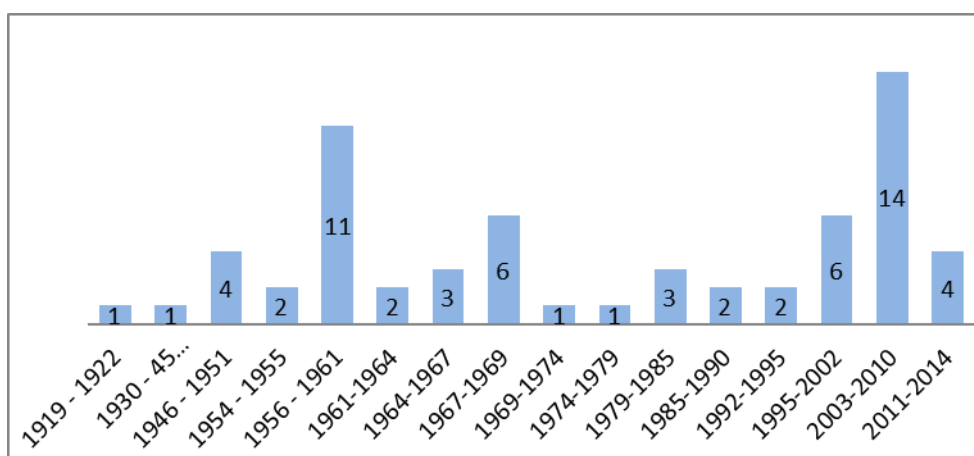


Gráfico 2: Linha do tempo da criação das universidades federais  
Fonte: BRASIL/MEC, 2012.

Com relação à educação profissionalizante, o presidente Lula revogou o Decreto n. 2.208/97 e, em 29 de dezembro de 2008, sancionou a Lei n. 11.892/08, que criou 38 Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). A esse respeito, Otranto (2010) mostra a importância da ampliação dessas instituições federais, ao apontar:

Nas reflexões a respeito da reforma da educação profissional, técnica e tecnológica é necessário não perder de vista que a Lei n. 11.892/08, que institui os IFETs, integra um conjunto de medidas normativas que visa à concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – do atual governo, que o tem como um dos mais importantes componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia representam parte fundamental da reengenharia da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica [...] (OTRANTO, 2010, p. 104).

Ainda referente à segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, destaca-se o objetivo de criar uma escola técnica em cada cidade-polo do país. Para definir uma cidade-polo, o MEC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica utilizaram alguns critérios, a saber: 1) distribuição territorial equilibrada das novas unidades; 2) cobertura do maior número possível de mesorregiões; 3) sintonia com os Arranjos Produtivos Locais; 4) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; 5) identificação de potenciais parcerias (BRASIL/MEC, 2009).

Dentro dessa perspectiva, tinha-se como meta entregar à população mais 150 novas unidades, somando um total de 354 unidades até o final de 2010, distribuídas por todas as regiões do Brasil. No entanto, conforme a expansão se consolidava, aumentava também a pressão por parte de governos locais (prefeitos, deputados, senadores, governadores) pela criação de mais unidades de ensino (TAVARES, 2012). Diante disso, a proposta de criação de 150 unidades até o ano de 2010 supera esse número e passa a se configurar em um total de 214, conforme a Figura 1, o que demonstra a expansão das instituições por todo o país.

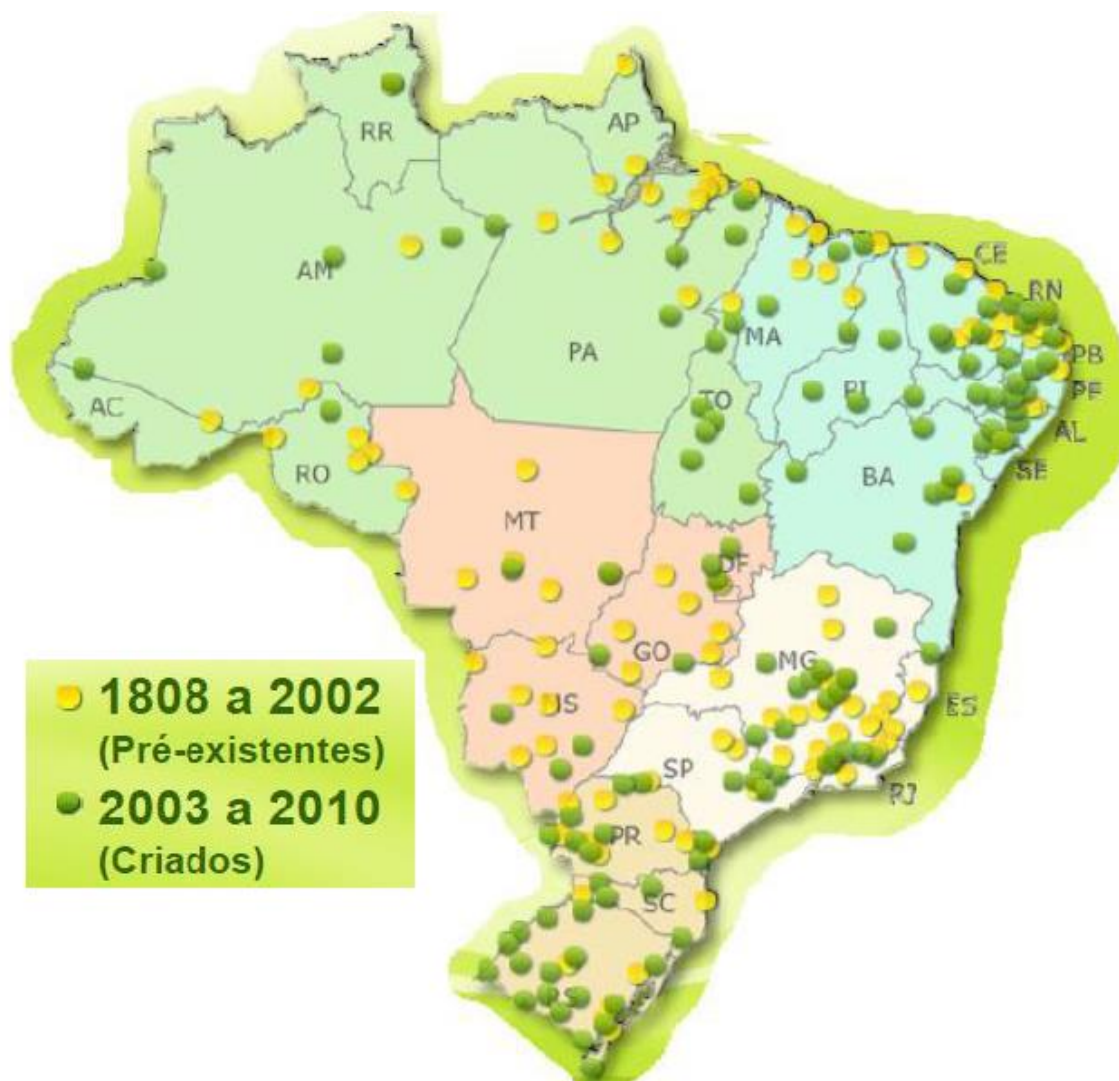


Figura 1: Expansão da Rede Federal até 2010

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/mapa.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.

Com base nessa realidade, entendemos que a expansão da rede federal se deu de forma mais abrangente devido à pressão de líderes políticos, que passaram a reivindicar a criação de mais vagas e de unidades de ensino, de educação técnica ou superior, nos municípios de influência política.

No tocante a investimentos, durante os dois programas – Reuni e Expansão Fase I –, foram feitas autorizações para a realização de concursos públicos. Juntando a demanda das duas iniciativas, somam-se 6.355 vagas para técnicos administrativos e 9.489 para docentes (BRASIL/MEC, 2009).

Ainda com relação aos investimentos, no ano de 2007, a partir do Decreto n. 7.234, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo como objetivo

principal promover a permanência de estudantes na rede federal de ensino, a igualdade de oportunidade para todos os estudantes e a melhoria no desempenho acadêmico.

Os recursos do PNAES que possibilitam às Ifes manter os principais programas de apoio aos estudantes, dentre eles: moradia, restaurantes universitários, bolsa permanência, bolsa moradia e bolsa alimentação, fundamentais ao êxito escolar, principalmente para os estudantes de baixa renda (BRASIL/MEC, 2009, p. 30).

O Gráfico 3 mostra os investimentos do PNAES para as universidades federais, apresentando um crescimento significativo no período do REUNI.

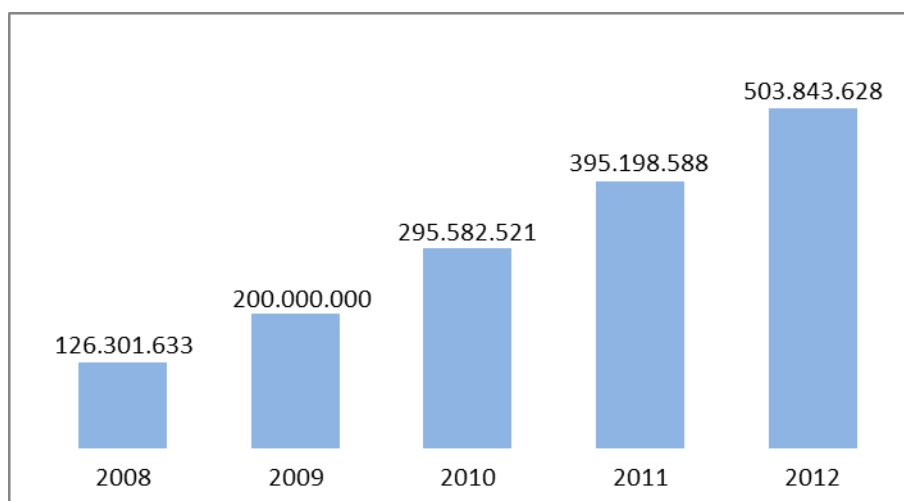


Gráfico 3: Recursos orçamentários do PNAES para as universidades federais, de 2008 a 2012  
Fonte: BRASIL/MEC, 2012.

Diante dos dados apresentados, evidencia-se o crescimento de 299% entre os anos de 2008 a 2012, destinado ao PNAES, demonstrando assim um significativo investimento na manutenção de programas e apoios aos estudantes.

É pertinente afirmar que no governo Lula houve um grande investimento na área da educação pública, tanto superior como técnica, tendo o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o REUNI como principais políticas para subsidiar esse crescimento. No entanto, esses investimentos, que viabilizaram a expansão da rede federal, se deram de forma muito acelerada e, a nosso entender, sem um planejamento adequado, embora tenham sido realizados estudos que justificavam essa expansão. Alguns problemas ocorreram

não só em relação ao impasse na escolha dos municípios<sup>11</sup>, mas também ao atraso na construção da estrutura física das novas unidades de ensino. Diante disso, muitas instituições iniciaram suas atividades sem as condições necessárias para o funcionamento. Sobre esse assunto, trataremos de forma mais detalhada no terceiro capítulo.

### **1.3.3 Universidade Aberta do Brasil (UAB)**

Outro investimento no setor da educação durante o governo do presidente Lula foi a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. O programa tem como finalidade democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino superior público e gratuito no país através da Educação a Distância (EaD). Compreendemos que o objetivo de expansão foi alcançado, tendo em vista que muitos polos de EaD foram criados por todo o país, principalmente no interior. É importante também destacar que várias instituições públicas federais passaram a ofertar essa modalidade de ensino.

A partir de 2007, com as novas atribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o programa UAB passou a integrar as atividades da Diretoria de Educação a Distância (EaD), tendo como objetivo principal colaborar com o processo de formação inicial e continuada de professores da educação básica. O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais: expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios; avaliação da educação superior a distância, tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; estímulo à investigação em educação superior a distância no país; financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

De acordo com a CAPES, no ano de 2007, o sistema da UAB fez um repasse de recurso financeiro para as instituições ampliarem o acervo bibliográfico dos polos de apoio

---

<sup>11</sup> Diante das pressões, agentes políticos (prefeitos, deputados, senadores) de algumas cidades entraram em disputa para sediar as novas instituições.

presencial, momento em que foram adquiridos livros contemplando as áreas dos cursos ofertados nos polos.

A proposta da UAB era de até o ano de 2010 ter o estabelecimento de mil polos estrategicamente distribuídos no território nacional. Além disso, até 2013, o sistema deveria ampliar sua rede de cooperação para alcançar e atender a 800 mil alunos/ano.

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
<b>2002</b>	<b>40.714</b>	<b>34.322</b>	<b>6.392</b>
<b>2003</b>	<b>49.913</b>	<b>39.804</b>	<b>10.107</b>
<b>2004</b>	<b>59.613</b>	<b>35.989</b>	<b>23.622</b>
<b>2005</b>	<b>114.642</b>	<b>54.515</b>	<b>60.127</b>
<b>2006</b>	<b>207.206</b>	<b>42.061</b>	<b>165.145</b>
<b>2007</b>	<b>369.766</b>	<b>94.209</b>	<b>275.557</b>
<b>2008</b>	<b>727.961</b>	<b>278.988</b>	<b>448.973</b>
<b>2009</b>	<b>832.125</b>	<b>172.696</b>	<b>665.429</b>
<b>2010</b>	<b>930.179</b>	<b>182.602</b>	<b>748.577</b>
<b>2011</b>	<b>992.927</b>	<b>177.924</b>	<b>875.003</b>

Quadro 1: Evolução das matrículas EaD na Educação Superior, 2002-2011

Fonte: Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&task.>. Acesso em: jun. 2014.

Conforme o Quadro 1, podemos observar o crescimento significativo do número de matrículas na modalidade EaD. O setor privado apresentou um crescimento de 13.589% entre os anos de 2002 a 2011, já o setor público apresentou no mesmo período um avanço 418% de matrículas. Ainda é pertinente afirmar que essa evolução nas matrículas se efetivou, de forma mais significativa, depois de 2005 e 2006, período em que foi instituída a UAB.

Os espaços dedicados à EaD, conhecidos como polos presenciais, no caso das instituições privadas, são geralmente terceirizados. No âmbito da UAB, os polos são de responsabilidade dos municípios que se candidatam para ofertar o ensino superior, os quais têm ainda de dispor de infraestrutura e de apoio para o desenvolvimento dessa modalidade. No que se refere à ação docente, em cada polo existe um tutor que acompanha as turmas, mediando a relação entre o aluno e o professor da disciplina.

É importante salientar que a EaD no Brasil tem um histórico longo. Melo (2011) aponta que, um pouco antes de 1900, já existiam anúncios em jornais que circulavam no Rio de Janeiro oferecendo cursos por correspondência. Ao longo dos anos, a EaD teve várias

renovações. No entanto, é notório que a partir dos investimentos recentes, principalmente com a instituição da UAB, essa modalidade de ensino tomou grande relevância no cenário nacional.

Essa expansão e os investimentos na educação a distância vêm proporcionando a oportunidade de muitos alunos obterem uma formação superior, principalmente os que não têm tempo de frequentar curso presencial. A tecnologia tem sido uma grande aliada da EaD, no entanto, destacamos que nessa modalidade de ensino, embora não haja encontros diariamente, a dedicação e a participação do aluno no sistema são primordiais para o sucesso da formação.

#### **1.3.4 Programa Universidade para Todos (PROUNI)**

A política de investimento na educação superior não se restringiu apenas ao setor público. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi lançado no ano de 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096/2005, tendo como finalidade conceder bolsas de estudos, parciais e integrais, para estudantes de graduação, em instituições privadas. Para ter acesso à bolsa de estudo, o estudante deve participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obter nota mínima, além de preencher alguns requisitos específicos:

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos uma das condições abaixo: Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; Ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; Ser pessoa com deficiência; Ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos com grau de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda (*SITE DO PROUNI. Disponível em: <[http://siteprouni.mec.gov.br/tire\\_suas\\_duvidas.php#conhecendo](http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo)>. Acesso em: maio 2014*).

As instituições privadas de ensino superior que aderirem ao PROUNI serão isentas do pagamento de alguns tributos, entre eles: o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), instituída pela Lei n. 7.689, de 15 de dezembro de 1988; a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estabelecida pela Lei Complementar n. 70, de 30 de dezembro de 1991; e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), instituída pela Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970 (art. 9).

No Gráfico 4, podemos observar a distribuição, por ano, das bolsas de estudo parciais e integrais. A maior parte das bolsas oferecidas pelo PROUNI é concebida de forma integral, com exceção do ano de 2008, quando as bolsas parciais tiveram um número maior.

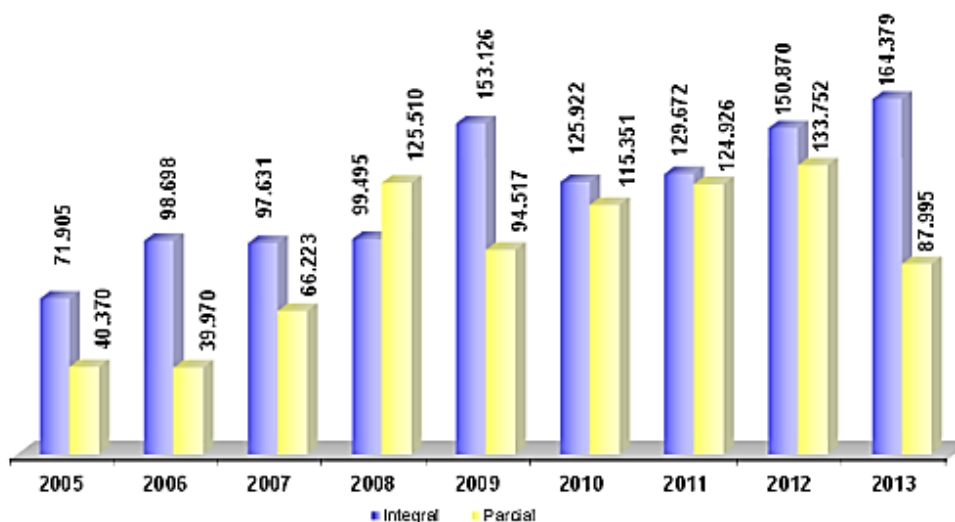


Gráfico 4: Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI entre os anos de 2005 e 2013

Fonte: Disponível em:

<[http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes\\_graficas/bolsas\\_ofertadas\\_ano.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf)> Acesso em: jun. 2014.

De acordo com os dados, entre os anos de 2005 a 2013 a oferta de bolsas integrais pelo PROUNI cresceu 129%, já as bolsas parciais obtiveram aumento de 118% no mesmo período. No entanto, esse programa vem passando por várias críticas ao longo dos anos, tendo como um dos motivos supostas irregularidades na concessão de bolsas.

Outro ponto duramente criticado diz respeito à qualidade de muitas instituições privadas que fornecem bolsas do PROUNI. Algumas são avaliadas de forma insatisfatória e não são descredenciadas do programa. Além disso, alguns críticos defendem a ideia de que o

dinheiro arrecadado pelos impostos das instituições privadas poderia promover mais vagas nas instituições públicas. Essa ideia é defendida por Mancebo (2004, p. 85), ao afirmar: “deve-se insistir no aspecto privatizante do PROUNI, porque delega responsabilidades públicas para entidades privadas e, mesmo que os alunos não paguem mensalidades, contribui para o aumento da oferta privada nesse campo”. Nessa interpretação, o PROUNI serviria apenas para manter a existência dessas instituições privadas e o governo estaria, então, agradando a essa parte da elite do país.

É evidente que o PROUNI vem contribuindo de forma significativa para a formação de milhares de brasileiros, que têm a oportunidade de frequentar, de forma gratuita, universidades privadas, as quais, em alguns casos, apresentam uma boa estrutura (bibliotecas, laboratórios, entre outros aspectos). No entanto, é sabido que muitas dessas instituições de ensino demonstram interesses meramente lucrativos, não tendo de fato a preocupação com a educação em si. Outro fator que aumenta ainda mais a preocupação com relação a algumas dessas instituições diz respeito a pouca oferta de pesquisa e extensão, comprometendo, assim, a qualidade do ensino.

### **1.3.5 Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) não foi criado no governo Lula, como citado anteriormente. Essa política foi desenvolvida no governo FHC, porém, no governo Lula, houve uma reformulação do programa. No ano de 2010, o FIES começou a funcionar em um novo formato. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa e os juros caíram para 3,4% ao ano. Além disso, foi permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

Para que possam candidatar-se ao FIES, os estudantes devem estar matriculados em instituições de ensino privadas cadastradas no programa, realizando cursos com avaliação positiva no SINAES (PAULA, 2011). Todas as operações de adesão das instituições de ensino, bem como de inscrição dos estudantes, são realizadas pela internet, o que traz comodidade e facilidade para os participantes.

Uma das mudanças mais consideráveis no programa durante o governo Lula, além da redução dos juros, foi a facilidade burocrática para se conseguir o financiamento. Para tanto,

O Fundo de Garantia de Operação de Crédito Educativo (FGEDUC) foi instituído, portaria normativa n. 21 de 20/10/2010. Esse fundo permite que candidatos ao FIES façam adesão ao programa de financiamento sem apresentar um fiador; o objetivo é facilitar o trâmite para contratação do financiamento. Independente do agente financiador escolhido, os estudantes aptos poderão fazer a opção pelo fundo fiador escolhido (BORGES, 2012, p. 42).

Os agentes financiadores do programa são a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, estando aptos a recorrer ao crédito os alunos que se encontram matriculados em instituições privadas de ensino, os estudantes que apresentam renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio e os bolsistas que já têm financiamento parcial do PROUNI, desde que esse financiamento seja para o mesmo curso no qual já possuem bolsa. A Tabela 3 mostra o total de investimentos do FIES ao longo do governo Lula.

Tabela 3: Despesa do governo federal em educação com o FIES

ANO	FIES
	RS milhões
2004	1.138
2005	1.050
2006	1.224
2007	1.149
2008	1.241
2009	1.302
2010	1.211
2011	2.247
2012	5.342
2013	8.189
2014	13.769

Fonte: Siga Brasil. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>>. Acesso em: abr. 2015.

De acordo com os dados apresentados na tabela, os investimentos em financiamento pelo FIES obtiveram um crescimento de 1.109% entre os anos de 2004 a 2014. Ainda é possível observar, a partir de 2010, que esses investimentos cresceram num ritmo mais acelerado. Esse fator pode ser explicado em virtude de que, a partir desse ano, foi instituído o FGEDUC, facilitando, assim, a concessão dos financiamentos.

### 1.3.6 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase III

No ano de 2010, chegou ao fim o governo Lula e, com o seu apoio, no ano seguinte iniciou-se o governo da presidente Dilma Rousseff. A fase III (2011-2020) do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi lançada no ano de 2011 e se constituiu como uma continuidade da proposta do governo Lula, que já tinha lançado as duas primeiras fases. Na fase III, a proposta era de que, até 2014, o Brasil tivesse mais 208 unidades dos institutos federais e 47 *campi* universitários. Os investimentos seriam de cerca de R\$ 7 milhões por unidade de educação profissional e R\$ 14 milhões por *campus* universitário.

A presidente da República destaca que a fase III dá continuidade à transformação histórica do sistema educacional brasileiro iniciada na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, defendeu a educação como “poderoso instrumento de redução das desigualdades” e um “caminho ao desenvolvimento” (COINF, 2011).

O Plano de Expansão da Rede Federal – Fase 3 propõe a implantação de 60 (sessenta) novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1.000 unidades ao final desta década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para as despesas com pessoal. Resultados Esperados: 1 milhão e 200 mil alunos matriculados na Rede Federal; Institutos Federais presentes em 1 de cada 5 municípios brasileiros; Constituição da maior rede de iniciação científica do país; Equacionamento definitivo da oferta de cursos de licenciatura em ciências e em matemática; Atendimento qualitativo às principais demandas por formação profissional (BRASIL, 2011, p. 29).

Com relação aos critérios utilizados para a escolha dos locais onde seriam construídas as novas instituições, o então secretário de educação, Fernando Haddad, explicou que “o governo federal considerou aqueles com população acima de 50 mil habitantes, os Arranjos Produtivos Locais (APL) e o percentual elevado de extrema pobreza. O governo federal não olhou partido político para ensejar um projeto dessa natureza” (COINF, 2011).

Ainda como ponto forte dessa terceira fase, destacou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que foi criado pelo governo federal, em

2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Esse programa, assim como o PROUNI, vem sofrendo duras críticas, pois muitas instituições que oferecem os cursos do PRONATEC são instituições privadas, o que retoma a discussão sobre o repasse de dinheiro público para a iniciativa privada.

No que se refere ao repasse de dinheiro para as instituições federais, o Quadro 2 apresenta os valores destinados para o programa de expansão entre os anos de 2005 e 2012.

Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640.396	64.840.709	<b>67.481.106</b>
2006	52.279.785	331.778.298	<b>384.058.083</b>
2007	73.154.311	366.877.394	<b>440.031.705</b>
2008	177.551.293	759.881.047	<b>937.432.341</b>
2009	332.843.609	1.283.763.854	<b>1.616.607.463</b>
2010	535.092.380	1.210.613.309	<b>1.745.705.690</b>
2011	890.924.058	1.922.229.625	<b>2.813.153.683</b>
2012	1.041.007.761	950.818.403	<b>1.991.826.164</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3.105.493.594</b>	<b>6.890.802.640</b>	<b>9.996.296.234</b>

Quadro 2: Recursos orçamentários do programa de expansão – 2005-2012  
Fonte: BRASIL/MEC, 2012.

Os dados do quadro demonstram que entre os anos de 2005 a 2012 o custeio com o programa de expansão aumentou 39.326%, já os investimentos no mesmo período cresceram em 1.366%. É importante destacar que os recursos de custeio e de investimento, destinados ao processo de expansão da rede federal de ensino, foram distribuídos de forma diferenciada para cada instituição de ensino, tendo em vista que cada universidade teve autonomia para elaborar o seu projeto de expansão. De acordo com o quadro, percebemos que os investimentos tiveram seu ponto forte entre os anos de 2009 e 2011, período em que houve grandes investimentos em obras e aquisição de equipamentos. Já em 2012, há uma recaída nesse número, tendo em vista que muitas obras foram finalizadas.

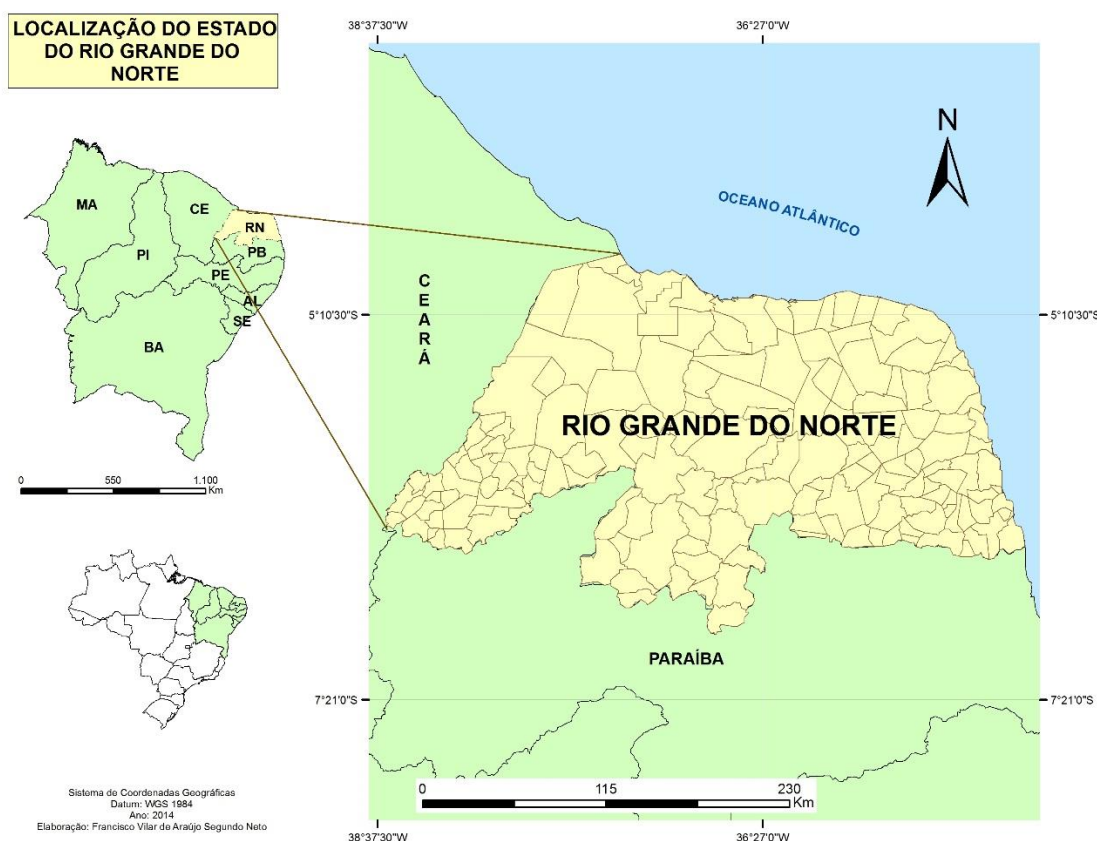
Diante de todos os programas criados para facilitar o ingresso e a permanência dos alunos na educação superior e técnica, entendemos que no governo Lula houve uma preocupação maior com esse nível de ensino, principalmente no que se refere a expansão e reestruturação das instituições. Partindo desse pressuposto, iremos analisar, no segundo

capítulo deste texto, como se deu esse processo de expansão do ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte.

## 2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E SUPERIOR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Neste capítulo, buscamos trazer informações e dados no que se refere ao panorama da educação técnica e superior no estado do Rio Grande do Norte, procurando entender um pouco da sua história no estado e o modo como se encontra a atual configuração frente a todo o processo de expansão vivenciado nos últimos anos pelo Brasil. Para tanto, detivemo-nos principalmente na análise de dados oficiais, como os do MEC e os dos *sites* das instituições de ensino, bem como nas contribuições de alguns autores que nos embasaram, como Andrade (2012), Ristoff e Giolo (2006), Pacheco (2010), entre outros.

O Rio Grande do Norte é uma das 27 unidades federativas do Brasil, estando localizado na região Nordeste do país, limitando-se com o Oceano Atlântico (norte e leste), com o estado da Paraíba (sul e oeste) e com o Ceará (noroeste). É dividido em 167 municípios, com uma área equivalente a 52.796,8 km<sup>2</sup>. No Mapa 1, encontra-se a localização no estado:



Mapa 1: Localização do estado do Rio Grande do Norte

Fonte: Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

## 2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO

Os investimentos para a implantação de Instituições de Ensino Superior (IES) no estado do Rio Grande do Norte, de acordo com Ristoff e Giolo (2006), ocorreram somente em meados do século XX e possuíam o mesmo objetivo das demais instituições espalhadas pelo Brasil, com escolas isoladas e dedicadas à formação de profissionais liberais.

No ano de 1923, segundo Newton Júnior (2005 *apud* RISTOFF; GIOLO, 2006), houve uma experiência de ensino superior, por iniciativa de alguns intelectuais do estado (médicos, dentistas e farmacêuticos), criando a “Escola de Pharmacia” na cidade de Natal. A experiência da escola não chegou a prosperar, devido às precárias condições e à falta de profissionais capacitados, no entanto, chegou a formar uma turma no ano de 1925, com apenas 2 alunos.

As iniciativas de implantação de Instituições de Ensino Superior voltaram a acontecer somente no ano de 1943, na cidade de Mossoró, através da iniciativa da Sociedade União Caixeiral e União dos Estudantes Mossoroenses. A Resolução Municipal n. 01/1943, de 18 de agosto de 1943, instituiu a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM). A luta pela implantação da IES também foi movida pelo ideário de alcançar o desenvolvimento local e/ou da região, tendo em vista que a cidade de Mossoró já se destacava na época em virtude de seu desenvolvimento econômico, bem como na política. Naquela época, havia, no município, comprometimento da elite intelectual com o desenvolvimento local, respaldado por forte apoio político. Dessa forma, a cidade se antecipou à capital na retomada de atenção à educação superior no Rio Grande do Norte, mantendo sua tradição de vanguarda na luta pelos direitos sociais no estado.

É importante salientar que o desenvolvimento do ensino superior no estado tem uma relação muito forte com a Segunda Guerra Mundial. As cidades de Natal e Parnamirim foram sedes da Base Militar norte-americana. Por meio do contato de oficiais brasileiros com os militares da base, que possuíam especializações em várias áreas, foi possível perceber o quanto a sociedade natalense era atrasada intelectualmente. Diante disso, a partir da década de 1940, embora alguns estados brasileiros já contassem com IES e até mesmo com o acesso das camadas menos privilegiadas, o estado do Rio Grande do Norte deu mais direcionamento aos investimentos na educação superior:

Dessa forma, apenas na década de 1940, quando houve grande expansão de escolas superiores e universidades no País, surgiram em Natal os primeiros cursos vocacionais isolados e regulares. As primeiras instituições criadas foram: a Escola de Serviço Social (1945); a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947); a Faculdade de Direito (1949); a Faculdade de Medicina (1955); a Faculdade de Filosofia (1955); e a Escola de Engenharia (1957). Estas, nascidas em pleno Estado Novo, resultaram da iniciativa da sociedade civil, da Igreja Católica e de associações de classes e tinham, portanto, caráter laico e confessional. No entanto, eram subvencionadas pelo governo do Estado e, por isso, submetidas a rígido controle por parte deste (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 26).

Vale salientar que até meados de 1950 as iniciativas por parte do poder público local, com relação aos investimentos nas IES, eram incipientes, fator que pode ser explicado devido ao atraso com relação ao desenvolvimento do estado, que possuía sua base econômica em expansão. Nesse contexto, não havia um grande público que tivesse condições de ter acesso a essa modalidade de ensino, pois as pessoas com maior poder aquisitivo enviavam seus filhos para cursar o ensino superior em Recife/PE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ e até mesmo em alguns países da Europa, como ocorria com os demais jovens da elite brasileira.

Somente no final da década de 1950, em virtude de uma mudança de um país agroexportador para o nacional desenvolvimentismo, a elite intelectual da época passou a buscar iniciativas, junto ao poder público local, para a criação de novas IES, resultando, assim, na criação, em 25 de junho de 1958, da Universidade do Rio Grande do Norte, originada da união de várias escolas privadas existentes em Natal, estando, inicialmente, sob a responsabilidade do governo estadual. Desse modo, em menos de dois anos, depois de instalada oficialmente, ela foi incorporada pela Federação, passando a ser denominada Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A cidade de Mossoró continuou investindo na educação como via de desenvolvimento, por ter um vínculo muito grande com as atividades agrícolas. A prefeitura municipal criou a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que, de início, foi mantida pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e, dois anos mais tarde, em 1969, agregada à Rede Federal de Ensino Superior.

O processo de expansão das IES no estado foi bastante influenciado pela reforma universitária de 1968. Tal reforma resultou da organização de pessoas com influências políticas e econômicas que lutavam por mudança das faculdades isoladas para universidades. Na cidade de Mossoró, essa reivindicação culminou na criação da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, tornando-se, mais tarde, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

É importante salientar que, mesmo antes de se tornar estadual, a Universidade Regional viveu um processo de interiorização, sendo “motivada ideologicamente pela teoria de desenvolvimento alcançado pela via da educação” (MAIA, 1990, p. 40). Ainda segundo a autora, em 1966, foi realizado o seminário de Polos de Desenvolvimento do Nordeste, sediado na cidade de Recife/PE e promovido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Na oportunidade, foram debatidas questões referentes ao desenvolvimento regional, sendo identificados na região Nordeste os “centros dinamizadores” e as regiões-programas. No tocante ao estado do Rio Grande do Norte, a cidade de Mossoró/RN se definia como um centro dinamizador, em virtude de sua posição geográfica e socioeconômica, fator fundamental para dinamizar e desenvolver as regiões sob sua influência. A cidade de Pau dos Ferros/RN se definia como região-programa, pelo fato de englobar territórios de alguns municípios e se mostrar como polo de desenvolvimento da região. Esse fator determinou a escolha de Pau dos Ferros/RN para abrigar o *Campus* da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Além de Pau dos Ferros, as cidades de Assú e Patu receberam *campus* da UERN, antes da estadualização.

No tocante à educação técnica do estado, houve várias transformações seguindo a história nacional, desde sua fundação, em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, depois, em 1937, como Liceu Industrial de Natal, 1942, Escola Industrial de Natal, 1965, Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte, passando em 1968 à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), em 1999, a Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-RN), até o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), em 2008. Até o ano de 1994, o estado contava apenas com uma unidade de escola técnica (CEFET-RN), localizada na capital do estado.

Ainda em relação à educação profissionalizante no estado, a Escola Agrícola de Jundiaí foi criada pela Lei n. 202, de dezembro de 1949, como “Escola Prática de Agricultura”, com localização na antiga Fazenda Jundiaí, distante 3 km da sede do município de Macaíba e a 25 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Em 1954, foi transformada em Escola Agrotécnica de Jundiaí, através de um convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura. Já no ano de 1967, a escola foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, passando, posteriormente, à denominação de Colégio Agrícola de Jundiaí (CAJ).

Em relação à Escola de Música, foi criada no ano de 1962 e incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte nesse mesmo ano, no dia 04 de outubro. Foi do então reitor Onofre Lopes a iniciativa de implementação desse importante empreendimento.

Esteve integrada ao antigo Instituto de Letras e Artes, em janeiro de 1968 e, em seguida, passou a ser órgão integrante do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes.

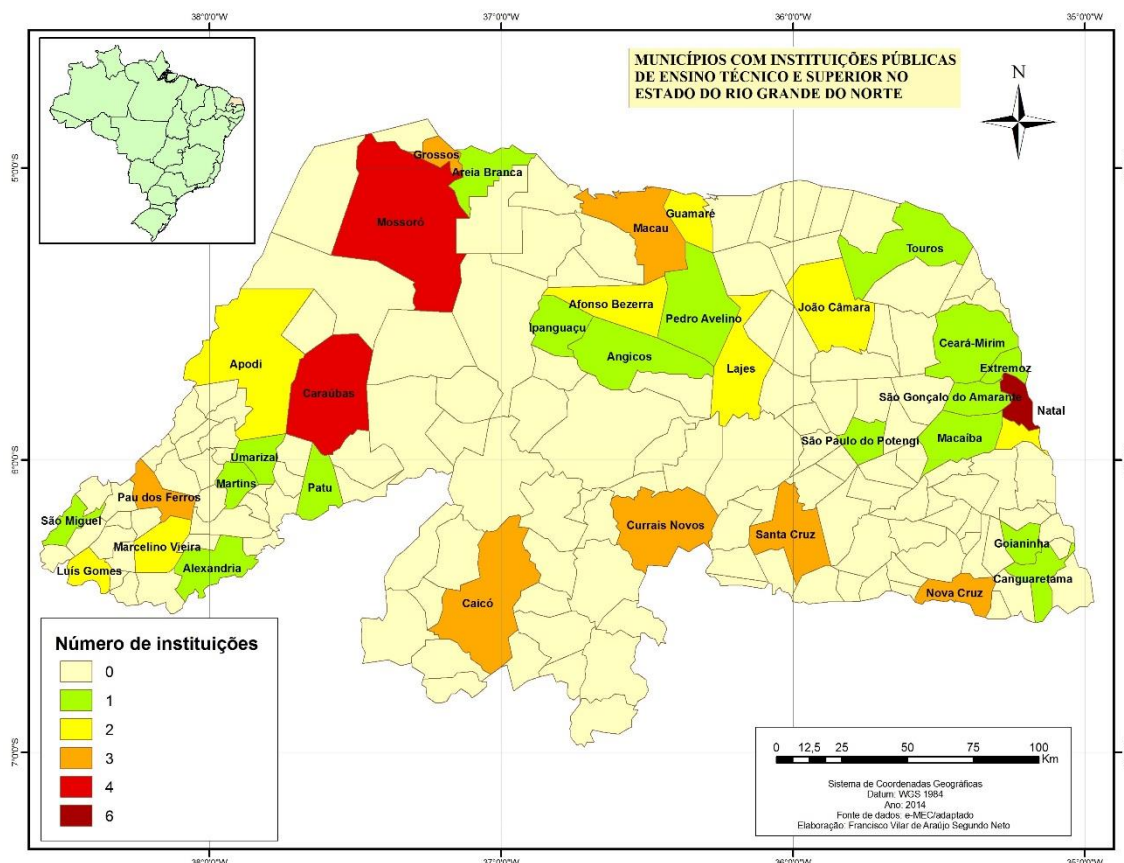
Outra escola técnica do estado foi a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, cujo funcionamento foi autorizado em 07 de dezembro de 1955, através da Portaria Ministerial n. 381, publicada em Diário Oficial do Distrito Federal, de 13 de dezembro do mesmo ano. No ano de 1960, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal teve seu reconhecimento pelo Decreto Federal n. 49.120-A e, no ano de 1964, foi incorporada à UFRN.

Diante do exposto, percebemos que o percurso de criação das escolas técnicas, bem como das universidades do estado, teve uma influência política muito forte. Além disso, destacamos o papel de Mossoró, que, mesmo sendo uma cidade no interior do estado, em virtude de sua importância econômica e política, sedia duas importantes instituições do estado: a então escola agrícola (hoje UFERSA) e a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (atual UERN).

Devido a pressões populares e, sobretudo, políticas, o ensino superior no estado passou a sair do eixo Natal-Mossoró, chegando a outras cidades no interior do estado, como Pau dos Ferros, Patu e Assú. No entanto, esse processo de expansão da educação técnica e superior se efetivou de forma mais notória em todo o estado, e também no Brasil, no período da gestão do então presidente Lula (2003-2010), tendo continuidade também no governo da presidente Dilma. Esses dados da expansão do ensino no estado serão tratados na próxima seção.

## 2.2 A EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NO ESTADO

O estado do Rio Grande do Norte conta com cinco instituições públicas de ensino superior, sendo elas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); e Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais de Educação – FIESP (criado no ano de 2001). O Mapa 2 demonstra como estão distribuídas, pelo estado, essas instituições de ensino técnico e superior.



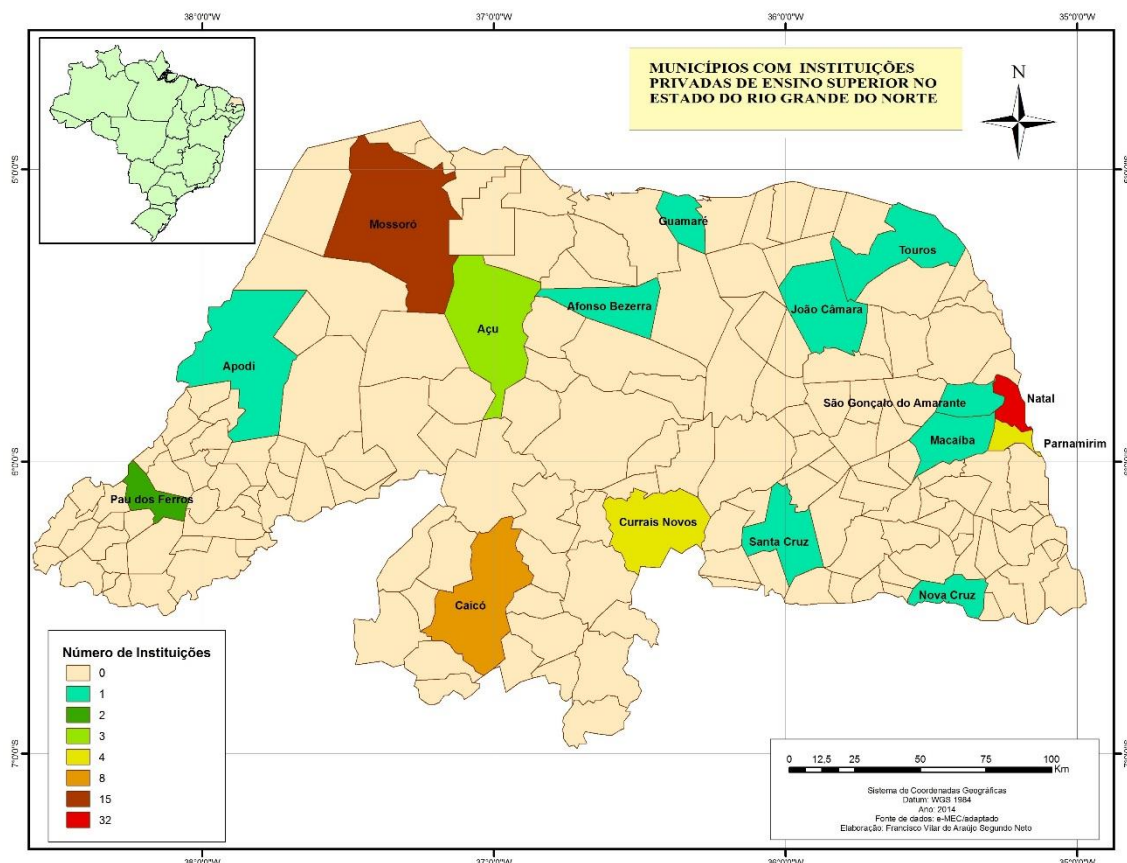
Mapa 2: Municípios com instituições públicas de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte

Fonte: E-MEC, 2014. Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

O Mapa 2 apresenta o número de instituições públicas de ensino em cada município do estado. Destacamos que em algumas cidades existem apenas polos de Educação a Distância (EaD).

As instituições públicas no estado do Rio Grande do Norte, até os anos 2000, se apresentavam de forma concentrada, principalmente no que se refere ao ensino público. Somente com a virada do século, essas instituições de ensino começam a se espalhar de maneira mais uniforme pelo estado. É importante destacar que as políticas implementadas pelo governo Lula muito contribuíram para essa interiorização, principalmente do ensino público.

O estado ainda conta com mais 77 instituições privadas, distribuídas por 16 cidades do estado. No Mapa 3, há a distribuição das instituições privadas no estado:



Mapa 3: Municípios que possuem unidades de instituições privadas de ensino superior no estado do Rio Grande do Norte

Fonte: E-MEC, 2014. Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

Conforme os dados apresentados no mapa, a maior parte das instituições se concentra na capital do estado (32) e na cidade de Mossoró (15), estando as demais espalhadas pelo estado. Embora haja um número expressivo de instituições privadas no estado, procuramos apenas apresentar alguns dados, tendo em vista que o nosso trabalho tem como foco o ensino público.

Com relação ao número de matrículas, é importante destacar que, diferentemente do que aconteceu em outras partes do Brasil, as vagas ofertadas pelas instituições privadas no estado somente começam a superar as vagas do setor público a partir do ano 2003, já na gestão do governo Lula. Na Tabela 4, podemos observar a oferta de vagas nos cursos de graduação presenciais no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 4: Número de vagas nos cursos de graduação presenciais no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte – 1998-2009

Ano	Vagas oferecidas no Brasil			Vagas oferecidas no RN		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
1998	214.241	589.678	<b>803.919</b>	4.985	2.969	<b>7.954</b>
1999	228.236	740.923	<b>969.159</b>	7.750	6.191	<b>13.941</b>
2000	245.632	970.655	<b>1.216.287</b>	6.045	5.860	<b>11.905</b>
2001	256.498	1.151.994	<b>1.408.492</b>	6.756	5.219	<b>11.975</b>
2002	295.354	1.477.733	<b>1.773.087</b>	7.889	7.861	<b>15.750</b>
2003	281.213	1.721.520	<b>2.002.733</b>	7.520	10.722	<b>18.242</b>
2004	308.492	2.011.929	<b>2.320.421</b>	7.046	11.188	<b>18.234</b>
2005	313.368	2.122.619	<b>2.435.987</b>	8.147	14.177	<b>22.324</b>
2006	331.105	2.298.493	<b>2.629.598</b>	7.798	14.874	<b>22.672</b>
2007	329.260	2.494.682	<b>2.823.942</b>	7.536	18.298	<b>25.834</b>
2008	344.038	2.641.099	<b>2.985.137</b>	7.830	21.465	<b>29.295</b>
2009	393.882	2.770.797	<b>3.164.679</b>	10.494	29.388	<b>39.882</b>
<b>1998/2009</b>	84%	370%	294%	110%	890%	401%
<b>Δ%</b>						

Fonte: Censo da Educação Superior (1998 a 2009) – MEC/INEP. Tabela extraída do trabalho de Andrade (2010, p. 119).

Com base nos dados, observamos que tanto em nível de Brasil como no âmbito estadual o setor privado apresentou um maior crescimento na oferta de vagas e que o estado do Rio Grande do Norte obteve um crescimento no número de vagas nos cursos de graduação presenciais de 890%, entre os anos de 1998 a 2009, taxa superior à nacional, que alcançou 370%. Podemos inferir que o fator que explica essa maior oferta está relacionado aos programas como PROUNI e FIES, facilitando o acesso de alunos à rede privada de ensino.

### 2.2.1 A expansão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

A Universidade Regional do Rio Grande do Norte, conforme mencionado no tópico anterior, tem sua sede na cidade de Mossoró/RN, sendo criada pela Lei Municipal n. 20, de 28 de setembro de 1968, a partir da junção das seguintes faculdades isoladas: Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem. No ano de 1987, a instituição vivenciou uma profunda mudança, marcada pela estadualização, assinada pelo então governador Radir Pereira, através da Lei n. 5.546/87, passando a ser chamada de Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

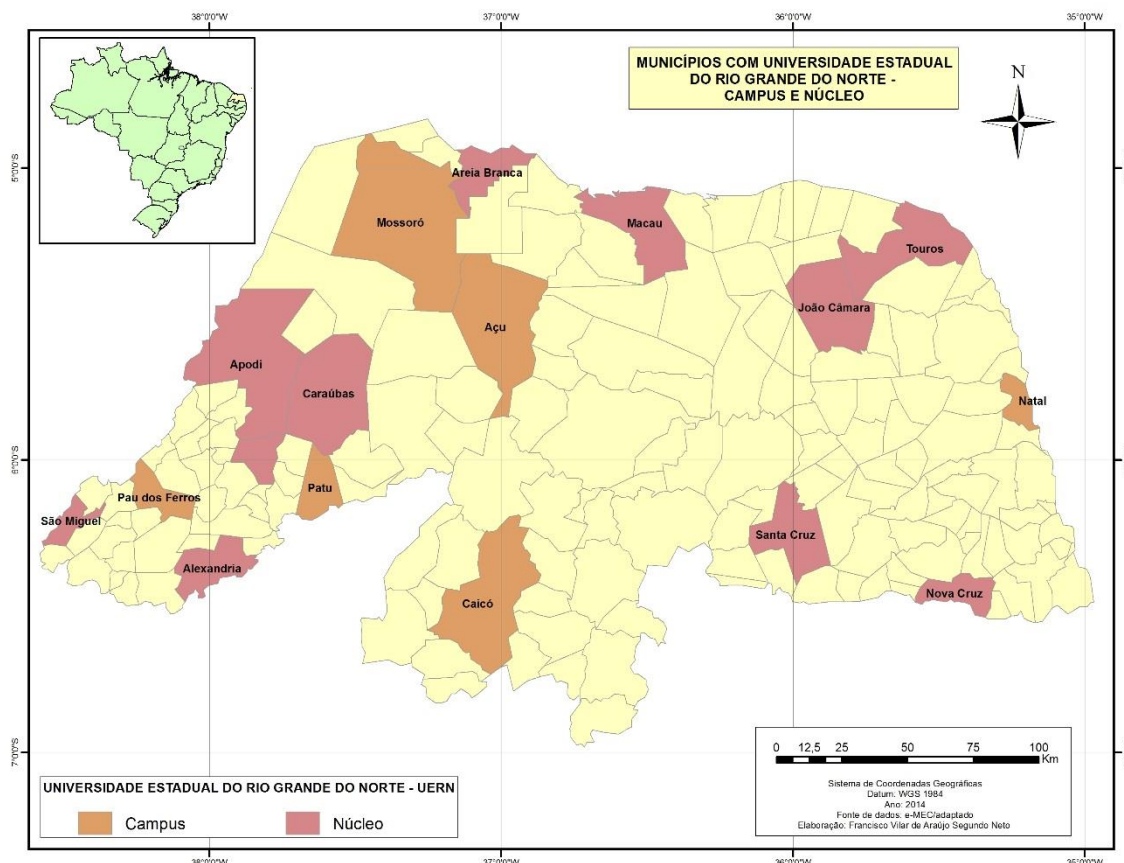
Na década de 1970, teve início o primeiro plano de expansão da UERN, antes mesmo da sua estadualização, passando a ser ofertado o ensino superior em mais três cidades no interior do estado, por meio da criação dos *Campi* avançados de Assú (1974), Pau dos Ferros (1976) e Patu (1980). Essa expansão foi resultado de articulações dos poderes políticos locais em parceria com os políticos de Mossoró.

Até o ano de 2001, a UERN contava apenas com o *Campus* Central e os três *campi* avançados. A partir do ano 2002, deu-se início à segunda fase de expansão da UERN. Sobre esse processo, é importante destacar a questão da ideologia política, sendo Mossoró a segunda cidade mais importante do estado, possuindo algumas famílias de tradição política. Por ser a cidade sede da UERN, a instituição de ensino e seu processo de expansão passaram a ser de grande interesse político, conforme relata Andrade (2012, p. 116):

O quadro político de hegemonia e coalisão no Estado reflete alguns encaminhamentos no processo de expansão da UERN. Foi durante a gestão de Garibaldi Alves, a partir do seu segundo mandato, que se iniciam movimentos político-eleitorais para ampliar o acesso do ensino superior na Universidade Estadual, passando a fazer parte do discurso do governo a “promessa” de levar ensino superior a todas as regiões do Estado, sob a justificativa do desenvolvimento regional e democratização do acesso à educação superior. Desse modo a partir do ano 2000 começam negociações entre políticos e Reitoria da UERN com projetos de expansão do ensino superior.

Percebemos então que a expansão da UERN teve uma grande influência dos chefes políticos das possíveis cidades que sediaram a universidade. Ainda como marco dessa luta política, destaca-se a proposta da Deputada Sandra Rosado para a criação da Faculdade de Ciências da Saúde, sendo sancionada pela Lei de criação n. 7995, de 29 de outubro de 2001.

O ano de 2002 foi marcado por uma grande expansão da UERN, sendo criados os *campi* na capital do estado, Natal, e em mais uma cidade do interior, Caicó. Além disso, houve a criação de um novo tipo de unidade acadêmica, os Núcleos Avançados de Educação Superior. A partir de então, a UERN passou a oferecer cursos isolados em mais 11 cidades do estado, sendo elas: Caraúbas, Apodi, Areia Branca, Alexandria, Umarizal, São Miguel, Macau, Touros, João Câmara, Nova Cruz e Santa Cruz (UERN, 2008). O Mapa 4 mostra como se apresenta, nos dias atuais, a distribuição da UERN no estado, diferenciando os *campi* e os núcleos:



Mapa 4: Municípios que possuem unidades da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Fonte: E-MEC, 2014. Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

É evidente que esse novo momento vivido pela UERN, a partir de 2002, foi de grande relevância para a ampliação do acesso ao ensino superior, principalmente em relação à população interiorana. No entanto, constatamos um interesse duplo por essa expansão:

de um lado os interesses políticos e partidários em se beneficiar da expansão da UERN para manter a sustentação política dos detentores de mandato, fortalecer suas bases e conseguir votos para as próximas eleições, uma vez que as ações voltadas para a área da educação têm muita receptividade pela população; do outro o então reitor da UERN José Walter da Fonseca, que disputava a reeleição para o cargo de reitor em 2000 cuja promessa de campanha era a expansão da UERN para todas as regiões potiguaras e a criação do curso de Medicina, de modo que já negociava com deputados e governo do estado para concretizar essa empreitada (ANDRADE, 2012, p. 117).

Vale destacar que essa expansão não se consolidou na forma de estrutura física. Alguns dos *campi*, como o de Natal, e principalmente os núcleos, funcionam em prédios alugados ou cedidos pelas prefeituras ou Secretaria de Educação Estadual. A situação do

*Campus* de Caicó, por exemplo, é bastante preocupante, tendo em vista que as aulas dos cursos de Odontologia e Filosofia funcionam na estrutura física do antigo CAIC<sup>12</sup>, prédio antigo e bastante deteriorado, além de dividir esse espaço com alunos da educação básica. Além disso, os núcleos não possuem professores efetivos, sendo necessária uma complexa logística de transporte e de docentes para ministrar aulas nessas cidades, que apresentam uma distância significativa, em alguns casos<sup>13</sup>. Outro fator negativo com relação aos núcleos está no fato de não haver uma vivência acadêmica, pois os professores não moram nas cidades dos núcleos e chegam no momento da aula, podendo-se citar ainda a pouca existência, ou inexistência, de atividades de pesquisa e extensão.

Diante de todos esses fatores citados, a questão dos núcleos sempre foi um tema polêmico para a UERN, dividindo opiniões entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Mesmo em face de tanta polêmica, o atual reitor da UERN, prof. Pedro Fernandes, decidiu pela extinção temporária dos núcleos desde o ano de 2013, tendo em vista que, no vestibular que oferecia vagas para ano letivo de 2014, não foram ofertadas vagas para os núcleos, no entanto, as aulas ainda continuaram a ser oferecidas, pois muitas turmas ainda não tinham concluído o curso integralmente.

A UERN vivenciou um processo de expansão que teve como marco o acesso à educação superior por todo o estado. Esse fator agrega positividade, considerando que o foco de formação da UERN está voltado para as licenciaturas, o que permite a formação de muitos professores que atuam ou irão atuar na educação básica. No entanto, é notório que essa expansão, principalmente dos núcleos e também dos recentes *campi* (Natal e Caicó), ocorreu sem o planejamento necessário, tendo em vista que não existe uma estrutura física própria e, muitas vezes, os cursos funcionam em prédios em estado precário. Em virtude dessa realidade e da falta de condições financeiras da UERN, tendo em vista que é uma instituição que não possui independência financeira, essa expansão sofre com a falta de estrutura, tendendo os núcleos a se extinguirem por completo.

---

<sup>12</sup> O prédio pertence ao Governo do Estado e funcionava no antigo Centro Integrado de Apoio à Criança. Atualmente, ainda são ofertadas aulas no ensino fundamental II, como também os cursos superiores da UERN.

<sup>13</sup> O núcleo de São Miguel é atendido pelo *Campus* Central, com distância de 193 km, segundo o Google Maps.

### 2.2.2 A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

A partir da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, ficou estabelecido que as Escolas Técnicas Federais fossem transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. No ano de 2008, ocorreu uma nova transformação, assim, a partir da Lei n. 11.892, de 29/12/2008, as instituições adquirem nova configuração, com a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, 2008).

O estado do Rio Grande do Norte contava, até o ano de 2003, com apenas dois *campi*, sendo eles: o Central, localizado na capital do estado, e o de Mossoró, que foi inaugurado no ano de 1994.

Na primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2005-2007), conforme citamos anteriormente, ocorreu o processo de interiorização dessas instituições de ensino em todo o Brasil. Desse modo, o estado do Rio Grande do Norte, através dessa política de expansão, passa a ser beneficiado já no ano de 2006, com a criação de mais três unidades de ensino: uma na capital do estado, na Zona Norte da cidade, uma na cidade de Ipanguaçu e outra na cidade de Currais Novos. O projeto de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte justifica o motivo da escolha das localidades para essa primeira fase da expansão do IFRN.

Com relação ao *Campus* da Zona Norte da capital do estado, é destacada a importância de desenvolver essa área, considerada uma das regiões mais carentes da cidade. No entanto, ao longo dos anos, tem recebido uma série de investimentos no seu entorno, além da grande população residente no bairro e em cidades vizinhas:

Outros fatores que têm impulsionado o desenvolvimento local podem ser destacados: a inauguração da ponte Newton Navarro (Forte-Redinha), que está atraindo grandes empreendimentos e investidores estrangeiros no setor turístico e imobiliário; a aprovação do novo plano diretor da Zona Norte de Natal, que promete um aumento da atividade imobiliária na região; a construção de supermercados de grande porte, de um grande shopping, de um Centro de Lazer e Cultura e a ampliação das linhas de ônibus dentro da própria Zona Norte, o que contribuirá para o incremento da atividade comercial da região e para o crescimento da demanda dos serviços ofertados à população; a quantidade de escolas públicas na região, muito superior ao número de escolas particulares, proporcionando a celebração de convênios

para a formação inicial e continuada para os alunos e funcionários (IFRN, 2008, p. 25).

Diante dessa realidade, a chegada do instituto federal tende a somar ao desenvolvimento dessa área da cidade, além de promover o acesso a esse nível de ensino, tendo em vista que até então a cidade contava apenas com uma unidade, assim, a instalação do *Campus* na Zona Norte favorece o encurtamento das distâncias e também da concorrência para o ingresso na educação profissionalizante.

Já a cidade de Ipanguaçu está localizada na microrregião do Vale do Assú, que compreende a junção dos municípios de Assú, Ipanguaçu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Pendências, Afonso Bezerra, Upanema e Itajá, somando uma população de 133.400 habitantes (IBGE, 2010). Essa região do estado apresenta uma grande diversidade econômica, desde a agricultura irrigada, seguindo-se de um potencial na piscicultura, até a exploração de petróleo e gás natural e um importante polo cerâmico.

Apesar disso, a região carece de instituições que atendam a necessidade de capacitação profissional para esses segmentos produtivos, de modo a desenvolver a região de forma sustentável, mantendo as pessoas próximas de suas residências e evitando a migração para as grandes cidades. Por isso, com o intuito de atender a demanda de profissionalização na região, foi concebido o projeto de implantação de uma unidade de ensino do CEFET-RN na cidade de Ipanguaçu, distante 220 km de Natal (IFRN, 2008, p. 30).

Essa preocupação por mão de obra qualificada se deve ao fato de que muitas empresas de exploração de petróleo, de gás natural e do agronegócio, que se instalaram na região do Vale do Assú, traziam mão de obra de fora, pela falta de qualificação local. Nesse contexto, foi implantado na cidade de Ipanguaçu o *Campus* do IFRN, buscando sanar essa deficiência.

Já em relação à cidade de Currais Novos, que está localizada na região Seridó do estado, também se configura como uma região proeminente na economia local, tendo destaque na pecuária leiteira, na indústria de exploração mineral, bem como na exploração da Scheelita, através na Mina Brejuí<sup>14</sup>. A utilização da informática nas atividades gerenciais e de

---

<sup>14</sup> Considerada a maior mina de Scheelita da América do Sul, a Mina Brejuí iniciou a exploração de suas atividades em 1943, data da descoberta do minério nesse município. Somente em 1954, a Mina Brejuí foi constituída empresa com o nome de Mineração Tomaz Salustino S/A, sendo concessionário o Desembargador Tomaz Salustino Gomes de Melo. A mineração em Currais Novos teve o seu apogeu em plena Segunda Guerra Mundial, fornecendo toneladas de minérios às indústrias do aço. Durante esse período, o progresso da sociedade se fez notar através da construção de: Tungstênio Hotel, cinema, posto de puericultura, emissora de rádio, estádio de futebol, campo de pouso, colégios, hospital e casa do idoso (Mineração Tomaz Salustino. Disponível em: <<http://www.minabrejuí.com.br/historia.html>>. Acesso em: 13 jul. 2014).

serviços, a revitalização do setor mineral e a possibilidade de diversificação na produção de laticínios e de pescados são algumas das potencialidades econômicas do Seridó.

Existe, ainda, a carência de uma profissionalização em relação às práticas associativas e o gerenciamento adequado desses empreendimentos de pequeno e médio porte nas áreas de processamento de alimentos, mineração e de informática como suporte para o desenvolvimento dessas áreas, fazendo com que as estruturas já existentes e outras que venham a se criar possam dar bons resultados e melhorar a qualidade de vida da população dessas regiões (IFRN, 2008, p. 33).

De acordo com o documento, percebe-se, por parte do IFRN, a necessidade de formar mão de obra qualificada para atender as necessidades atuais da região, preparando o mercado para possíveis empreendimentos que possam surgir.

Esses são os motivos apresentados pelo IFRN para a escolha dessas três cidades, que compreendem a primeira fase de expansão. Contudo, entendemos que, assim como ocorreu com a expansão da UERN, a questão política também teve destaque nesse processo vivenciado pelo IFRN. A Figura 2 demonstra como estavam distribuídas, até o ano de 2006, as escolas técnicas do estado, bem como suas respectivas áreas de influência.

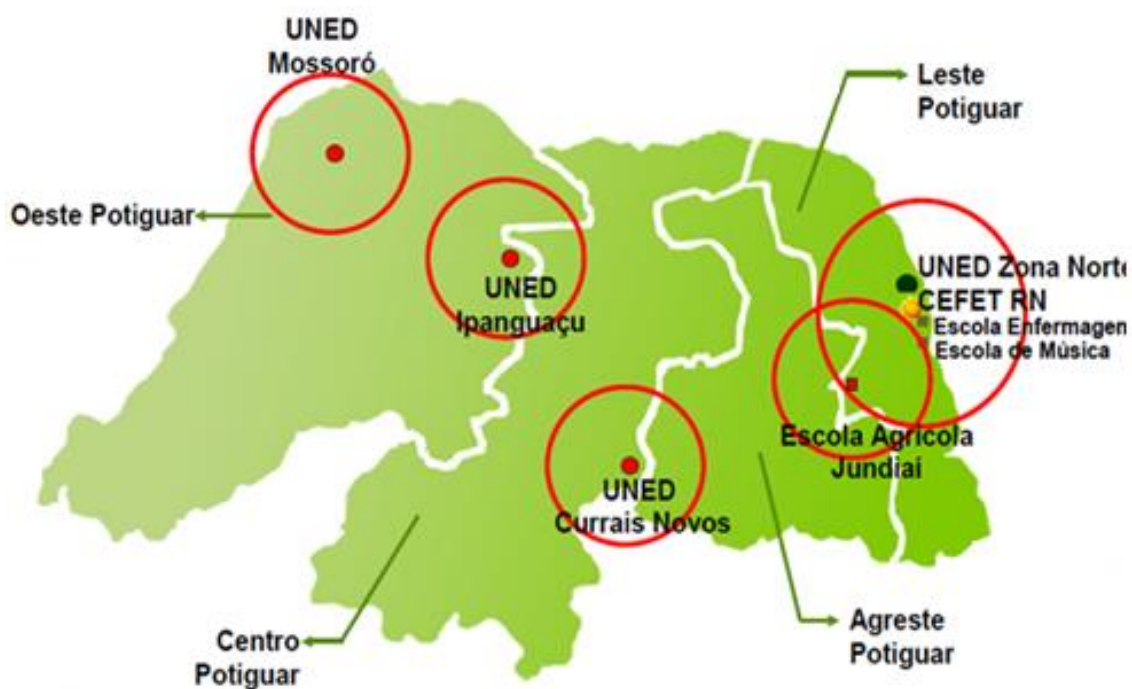


Figura 2: Distribuição geográfica da educação técnica no estado do Rio Grande do Norte até o ano de 2006

Fonte: MEC, 2007. Extraído do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – fase II.

A segunda fase de expansão do IFRN teve início no ano de 2007. Como mencionado anteriormente, o *slogan* dessa fase foi: “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Um dos critérios analisados para a escolha das novas cidades que iriam receber instituições diz respeito à cobertura do maior número possível de mesorregiões e à sintonia com os Arranjos Produtivos Locais. Nesse sentido, a proposta apresentada para essa segunda fase teve como objetivo atender a mais seis municípios. Na Figura 3, os círculos em azul demonstram a localização dos novos polos que foram criados e sua área de abrangência.



Figura 3: Proposta de Expansão – RN – Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais  
Fonte: MEC, 2007. Extraído do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – fase II.

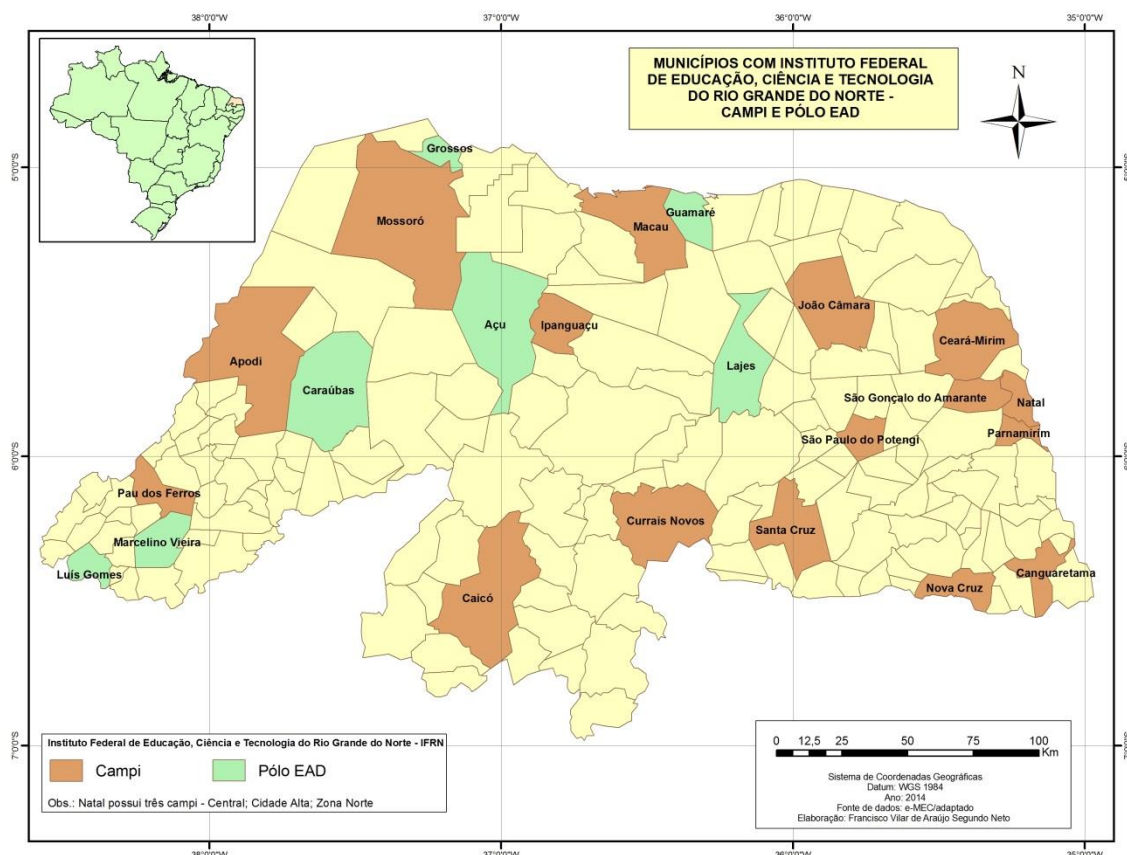
Conforme nos mostra a figura, nessa segunda fase estava prevista a criação de mais seis unidades do IFRN. Houve a construção de mais unidades nesse período de vigência, do final do mandato do governo Lula, beneficiando os municípios de Nova Cruz, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e mais um *campus* na capital do estado, o da Cidade Alta, o qual funciona no antigo casarão que abrigou a Escola de Aprendizes Artífices, o Liceu Industrial e a Escola Industrial de Natal.

Já no governo da presidente Dilma Rousseff, houve a continuação do plano de expansão com a terceira etapa, tendo como proposta que, até 2014, fossem criados mais três institutos federais com sede nas cidades de Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi e

Canguaretama, os quais já se encontram em funcionamento, totalizando 18 *campi* distribuídos por todas as regiões do estado.

O estudo realizado pelo IFRN, no sentido de levantar os arranjos produtivos locais e assim justificar a escolha dos cursos e das cidades que passariam a sediar um *campus*, tem grande relevância e coerência. No entanto, destacamos que, assim como ocorreu com o processo de expansão da UERN, a escolha das cidades para sede do IFRN teve grande influência dos chefes políticos, que viram uma oportunidade de conquistar mais votos com a implantação de uma unidade de ensino federal.

Como marcos dessa expansão, podemos citar: a criação dos polos de Educação a Distância, tendo sua sede na capital do estado, no *Campus* Central, e a distribuição de polos em mais de 8 cidades, das quais sete se encontram no estado do Rio Grande do Norte e, ainda, um polo na cidade de Mamanguape, no estado da Paraíba. O Mapa 5 apresenta como os *campi* e polos de EaD do IFRN estão distribuídos pelo estado, os quais são representados em todas as regiões, possibilitando acesso à formação técnica e também superior.



Mapa 5: Municípios que possuem unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Fonte: Adaptado do E-MEC, 2014. Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

O Mapa 5 demonstra, de forma clara, a proposta de descentralização do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Até 2003, existiam apenas 2 unidades educativas, distribuídas nos dois principais municípios do estado: Natal e Mossoró. Onze anos depois, o IFRN conta com 18 instituições espalhadas por todo o estado, além dos polos de EaD.

A Tabela 5 apresenta os aspectos da região onde os *campi* se inseriram, a população que poderá vir a ser atendida, bem como os arranjos produtivos de cada região.

Tabela 5: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Norte em sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais

Mesorregião	Microrregião	Município	População abrangida* (habitantes)	Arranjos produtivos sociais e culturais locais
Agreste Potiguar	Baixa Verde	João Câmara	58.936	Cajucultura, agricultura, pecuária, apicultura e comércio
	Borborema Potiguar	Santa Cruz	130.369	Confecções e ovinocaprinocultura
	Agreste Potiguar	Nova Cruz	115.970	Agropecuária, indústria e serviços
		São Paulo do Potengi	82.195	Agropecuária, comércio e extrativismo
Central Potiguar	Seridó Ocidental	Caicó	96.094	Confecções, bordados, laticínio e pecuária
	Seridó Oriental	Currais Novos	118.004	Minério, laticínios e alimentos
	Macau	Macau	46.729	Sal marinho, carcinicultura, pesca e petróleo
Leste Potiguar	Natal	Natal ( <i>Campus Natal-Central</i> )	968.773	Indústria, serviços e comércio
		Natal ( <i>Campus Natal-Cidade Alta</i> )		Cultura, hospitalidade e serviços
		Natal ( <i>Campus Natal-Zona Norte</i> )		Indústria, serviços e comércio
	Região Metropolitana de Natal	Parnamirim	202.413	Comércio, turismo, indústria e artesanato
		São Gonçalo do Amarante	87.700	Agropecuária, pesca, comércio, indústria e apicultura
	Macaíba	Ceará-Mirim	330.177	Agropecuária, comércio, extrativismo, indústria e pesca
	Litoral Sul	Canguaretama	129.077	Carcinicultura, Comércio, agricultura, turismo e serviços
Oeste Potiguar	Chapada do Apodi	Apodi	72.425	Apicultura, ovinocaprinocultura e cerâmica
	Vale do Açu	Ipanguaçu	145.212	Apicultura, agricultura, pecuária, cerâmica e fruticultura
	Mossoró	Mossoró	304.293	Petróleo e gás natural, sal, fruticultura, serviços e comércio
	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	80.437	Caprinocultura, pecuária, comércio e serviços
Todas	---	Natal ( <i>Campus de Educação a Distância</i> )	3.168.130	Áreas diversificadas

Fonte: IBGE, 2011. Extraído do Projeto Político-Pedagógico do IFRN (2012, p. 27)<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Os quantitativos referentes à população abrangida correspondem à população que é atendida no entorno do município onde cada *campus* está situado, em um raio de 50 km. Portanto, não dizem respeito ao número estatístico do censo populacional de cada município.

Diante dos dados apresentados na tabela, percebemos que as cidades que passaram a receber sede do IFRN no estado possuem uma população de abrangência expressiva. Nesse sentido, entendemos que a implantação das novas unidades de ensino contempla essa população, que até então encontrava dificuldade de acesso a esse nível de ensino, tendo em vista que apenas as cidades de Natal e Mossoró possuíam *campus*. Em face dessa realidade, a expansão da rede de ensino técnico para o interior do estado passou a atender uma demanda populacional muito significativa.

É importante destacar que os arranjos produtivos foram listados pelo IFRN levando em consideração informações e dados gerais das principais atividades desenvolvidas pelos municípios e sua área de abrangência.

Torna-se evidente a presença de instituições de ensino, principalmente do porte dos institutos federais, que têm se espalhado por todo o país e pelo estado, oferecendo uma estrutura física relevante com laboratórios, incentivo à pesquisa e à extensão, ou seja, uma vivência acadêmica da qual muitos alunos têm a oportunidade de participar desde a educação básica. Nessa perspectiva, concordamos com o posicionamento de Sampaio (2013, p. 86), quando aponta que, “paralelamente às políticas de qualificação profissional, se faz necessário estimular a permanência de profissionais qualificados no interior do país, sem, contudo deixar de promover os territórios que qualificam tais profissionais”. Entendemos, então, que é de suma importância levar as instituições para o interior, capacitando mão de obra, no entanto mostra-se imprescindível que essa mão de obra qualificada passe a encontrar mercado de trabalho também no interior.

A educação é essencial para a sociedade, mas ela não deve ser vista de forma isolada, uma vez que não se pode realizar o desenvolvimento apenas investindo em um setor, ou seja, não se trata somente de expandir as instituições de ensino, faz-se necessária uma

[...] articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região. É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vistas ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (PACHECO, 2010, p. 13).

Nesse sentido, compreendemos a grande importância desse processo de expansão do IFRN, garantindo assim o acesso à educação profissionalizante por todo o estado. É visível

que houve um planejamento nas ações de expansão do IFRN, embora alguns *campi* tenham passado a funcionar sem sua estrutura física totalmente concluída. Mesmo que seja imprescindível a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho, faz-se necessário também que haja investimentos em outros setores da sociedade, como saúde, habitação, segurança, dentre outros, a fim de que se alcance o desenvolvimento da região.

Destacamos ainda a escolha dos municípios que passaram a sediar um *campus*. Mesmo com o estudo dos arranjos produtivos, elaborado pelo IFRN, sabemos que as influências políticas tiveram participação decisiva nesse processo, como exemplo, podemos citar o projeto elaborado pelas cidades candidatas à sede dessas instituições e a questão da contrapartida oferecida pelo município, que era um fator importante nesse processo, mostrando que a força e articulação política exercida pelas cidades tinha papel fundamental. No próximo capítulo, daremos um maior destaque a essa questão.

### **2.2.3 A expansão da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)**

No ano de 2005, por meio da Lei n. 11.155, foi criada a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), a partir da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM). Até então, essa instituição de ensino se restringia apenas à sua sede na cidade de Mossoró. No entanto, com essa transformação em universidade, aliada ao momento vivido pelo país na expansão do ensino, a UFERSA também passa por esse processo.

Em outubro de 2007, a UFERSA passou a aderir ao programa REUNI, já apresentando como meta principal a ampliação do *Campus* Central em Mossoró e a implantação de três *Campi* Avançados nas microrregiões de Pau dos Ferros, Chapada do Apodi e Angicos, tendo como proposta abranger mais três regiões do semiárido nordestino.

Na perspectiva de entendermos como se deu o processo de transformação da Escola Agrícola de Mossoró em Universidade Federal Rural do Semiárido, realizamos uma entrevista com o Professor Josivan Barbosa Menezes Feitosa, então diretor da ESAM, no período da transição, e o primeiro reitor da UFERSA.

De acordo com o prof. Josivan Barbosa, quando assumiu a direção da ESAM, no ano de 2004, já existia um projeto de transformação em universidade, o qual já havia sido protocolado pelo Ministro da Educação. Esse projeto foi elaborado em 2003 por uma comissão interna liderada pelo então diretor da ESAM, prof. Marcelo Pedrosa: “*no entanto*

*esse projeto era um pouco limitado, sem muitas perspectivas, pouco ousado, tendo em vista que possuía uma proposta de contratação de apenas nove docentes e dezoito servidores, ou seja, um número resumido para se criar uma universidade”* (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Ainda segundo o prof. Josivan Barbosa, esse projeto é fruto de uma discussão interna e teve início quando aconteceu a primeira transformação de escola isolada em universidade, no ano de 1994, e a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), no estado de Minas Gerais, foi transformada em Universidade Federal de Lavras (UFLA), passando a receber cento e oitenta novos professores. Diante da realidade posta, abriram-se caminhos para outras escolas criarem o seu próprio projeto de transformação em universidade.

Ao relatar sobre seu papel nesse processo de transformação, o então reitor afirmou: *“minha primeira missão ao assumir a direção da ESAM foi coordenar esse projeto”* (Prof. Josivan Barbosa, primeiro Reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

É importante salientar que o prof. Josivan Barbosa cursou mestrado entre os anos de 1990/1992 e doutorado em 1994/1996 em Ciência dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras/MG. Como mencionado anteriormente, no ano de 1994, essa instituição tornou-se universidade e, dessa feita, o Professor acompanhou esse período de transformação de ESAL em UFLA. Assim, ao assumir o cargo de Diretor da ESAM, teve como um dos objetivos de sua gestão dar prosseguimento ao projeto que já havia sido encaminhado ao MEC.

Com relação às etapas desse processo, o prof. Josivan Barbosa esclarece que esse projeto é tido como longo e complexo, passando por dezoito pareceres. Inicialmente, ele deve ser encaminhado ao MEC e ao Ministério do Planejamento, sendo realizada uma exposição de motivos. Em um momento posterior, é enviado para a Casa Civil, que, depois de analisar todo o projeto, encaminha para a votação e aprovação no Congresso Nacional, seguindo para o Senado Federal e, depois, para a sanção da lei pelo Presidente da República.

Após um ano na direção da ESAM, o projeto de transformação em universidade chegou à Casa Civil. Contudo, no dia 14/01/2005, recebeu um parecer negativo dessa instância do poder público nacional, pois já era consenso para o MEC que, para se transformar em universidade, fazia-se necessário já se encontrar em funcionamento um doutorado e três mestrados, mas na ESAM existia somente um mestrado em funcionamento e descrito no projeto. A esse respeito, o Professor relata:

Quando eu cheguei na ESAM, eles estavam tentando criar um doutorado e dois mestrados já fazia um certo tempo, mas não tinha aquela força pra

poder criar, porque aquele corporativismo dos professores, aquela sabe... Aí eu fiz uma transformação na UFERSA, antiga ESAM, já preparei ela pra ser UFERSA. A primeira coisa: ela tinha oito departamentos, portanto tinha oito chefes e cinquenta e quatro professores. Então, de cara, fechei os oito e abri quatro departamentos, isso de cara, cheguei pra mudar, e é tanto que esse modelo ainda está lá até hoje. Com isso, nesse tempo, aí nós conseguimos arrumar duas propostas pra mandar de mestrado e uma de doutorado, nós encaminhamos durante o ano de 2004, quando foi em dezembro nós conseguimos aprovar os dois mestrados e um doutorado. Como o parecer negativo foi dado em janeiro, eu já tinha esse dois mestrados e um doutorado aprovado. Aí o que eu fiz, Wilma de Faria era governadora, aí foi uma participação muito forte dela e eu sempre digo isso. Wilma ligou pra José Dirceu, que estava em Cuba, e ele disse – “Governadora, quando eu chegar ao Brasil eu vou analisar o projeto e eu reencaminho ao MEC”. Na sexta, Wilma ligou pra José Dirceu, na terça o MEC já me chama, eu vou pra Brasília (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

A partir desse relato, passamos a perceber as relações partidárias de autoajuda. Porém, como já mencionado, embora as propostas de mestrado e doutorado já tivessem sido aprovadas, não houve tempo para o início de atividades. Nesse sentido, entendemos que os beneficiamentos políticos falaram mais alto, nesse caso, para a reavaliação desse projeto.

Sobre a convocação a Brasília para reavaliar o projeto, o prof. Josivan Barbosa relatou que teve a oportunidade de reelaborá-lo, mudando, assim, a parte financeira do projeto inicial, bem como de solicitar duzentos professores, de forma semelhante a do projeto da UFLA, já que o projeto inicial continha a contratação de apenas nove professores e dezoito servidores. No entanto, se houvesse uma mudança na parte financeira do projeto, isso resultaria em implicações no Ministério do Planejamento. Assim sendo, o Professor preferiu não correr o risco de atrasar ainda mais o processo de transformação da ESAM em UFERSA. Diante dessa situação, foi feita uma nova exposição de motivos: *“Nessa nova exposição eu mudei até o nome, porque tinha o nome UFERSA estava assim UFRSA, acrescentei o “E” UFERSA. Depois dessa nova exposição o projeto começou a andar, andar, é tanto que em seis meses de 2005 ele passou nas quatro comissões”* (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

A oportunidade de mudar o projeto e logo iniciar a universidade com mais recursos para contratação de professores e técnicos esteve nas mãos do então diretor da ESAM, no entanto o possível “embargo financeiro” poderia lhe trazer prejuízos maiores.

O Professor relata sobre quando, enfim, o projeto chegou à Câmara dos Deputados:

Quando chegou na Câmara dos Deputados foi uma sorte grande, pois esse projeto se juntou com mais três outros projetos: a Universidade Federal da Grande Dourados/MS, Universidade Federal Recôncavo Baiano/BA e Universidade Federal do Triângulo Mineiro/MG, e chegou junto também com a Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, no entanto, esse projeto deles foi adiado a votação, pois eles acrescentaram o “M” de Mucuri só depois, então teriam que voltar para análise. Com isso aqui nós passamos a ter gente forte perto de nós, vou dar um exemplo da Grande Dourados/MS tinha esse que foi candidato agora Delcídio Amaral, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano/BA, tinha Jaques Wagner da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/MG, tinha um Delgado lá do PSDB, esse era forte demais. E tinha o Severino Cavalcante que era presidente da Câmara, que chegou ao cargo por exclusão, tínhamos também o deputado federal por São Paulo Vicentinho, que é lá de Acari/RN. Severino Cavalcante, muito amigo de Fátima Bezerra, conseguimos chegar até ele por intermédio dela, e ele, enquanto presidente da Câmara, disse: “ou coloca o projeto da UFERSA pra ser votado, junto com esses outros, ou não vai nenhum dos três”. Resultado: foram os quatro votados e passaram, daí foi pro senado e também foi aceito em 31/07/2005. Foi assinado pelo então presidente Lula (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

A partir do relato acima, fica claro que já existia um contato, por parte da direção da antiga ESAM, com a bancada política do estado do Rio Grande do Norte em Brasília, na pessoa da então deputada federal Fátima Bezerra, assim como da própria governadora do estado Wilma de Farias, conforme mencionado anteriormente, que também foi uma pessoa que se fez presente nessa luta de transformação da ESAM em UFERSA. É interessante observar as palavras do Professor, quando coloca: “*passamos a ter gente forte perto de nós*”, referindo-se à bancada que agora se unia em prol desses projetos e, de certa forma, frente à pressão que o então presidente da Câmara dos Deputados impôs. Ficamos a nos questionar: o que é realmente discutido para a aprovação de uma universidade? Esses projetos são analisados? Ou apenas são vistos por quem os defende na plenária? Com base nesse relato, entendemos que essas decisões têm como objetivo central favorecer os acordos e coligações políticas.

O *site* oficial da UFERSA conta toda sua história de luta pela transformação em universidade, relatando ainda o empenho do diretor prof. Marcelo Pedrosa (2000-2003), que esteve junto à bancada parlamentar do Rio Grande do Norte e também à Câmara Municipal de Vereadores de Mossoró, realizando audiências públicas em defesa da transformação da ESAM em universidade.

Nesse contexto, em 2007 a ESAM passa a ser UFERSA, porém, a instituição, até 2003, possuía somente dois cursos de graduação – Agronomia (principal curso da Antiga

Escola Agrícola) e Medicina Veterinária –, além dos cursos de pós-graduação. No final da gestão do prof. Marcelo Pedrosa, foram aprovados mais dois cursos de graduação, Zootecnia e Engenharia Agrícola Ambiental, os quais entraram em funcionamento somente na gestão do prof. Josivan Barbosa.

O Professor ainda relata na entrevista que a UFERSA se tornou universidade, no entanto sem quadro de professores. Segundo ele:

Foi aí quando eu percebi em Brasília o “movimento de balcão”. O que é esse movimento de balcão? É juntar uma meia dúzia de deputados, meia dúzia de senadores, prefeitos e vão ao MEC, isso era muito comum. Aí eu disse, sabe de uma coisa, eu vou começar logo, já que a universidade tem autonomia, eu vou começar logo criando os cursos, fiz o movimento contrário, eu não tinha professores, mas fui criando os cursos, por exemplo, Administração, chamava dois professores, elaborava a proposta e levava. Aí criei em 2005 Ciências da Computação, Administração e Engenharia de Pesca, sem ter professor, no entanto sabia que era uma questão de forçar lá em Brasília. Então a UFERSA viveu esse período de expansão I, expansão negociada com o MEC. O nosso argumento foi: a UFERSA foi transformada diferente das outras universidades, a UFERSA foi transformada sem ter professor, então vocês têm que liberar vagas por causa disso. Isso uma luta junto ao Ministro em parceria com os políticos do estado, a gente sempre que vai conversar com o Ministro a gente vai com eles (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Ao longo da entrevista é possível perceber a influência política na aprovação da UFERSA, uma vez que o próprio professor deixou bem claro que mantinha um bom relacionamento com a bancada política do estado, o que certamente foi fator fundamental nesse movimento contrário de criar o curso para então ir atrás de profissionais para atuar na área, sem contar com a questão da estrutura física, isto é, de salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico etc. Como ficou claro em seu relato, o então reitor da UFERSA já tinha conhecimento de como funcionava o “movimento de balcão” em Brasília.

No ano em que a UFERSA torna-se universidade, em 2007, o Ministério da Educação, cujo Ministro era Fernando Haddad, idealizou o REUNI, que tinha como proposta o crescimento de 20% em vagas nas universidades federais. Contudo, em algumas universidades pequenas – segundo o prof. Josivan Barbosa, a UFERSA em 2007 era a menor de todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) –, o impacto financeiro foi de apenas 0,3% de participação na matriz orçamentária do MEC. Nessa perspectiva, as universidades pequenas se reuniram e passaram a reivindicar 50% de crescimento no orçamento. No entanto, a UFERSA, mesmo crescendo 50%, só criaria cinco cursos, o que só

seria possível em Mossoró/RN, onde já existia uma estrutura física e já estava vivenciando esse movimento de expansão de cursos.

Quando questionamos como se deu então o processo de implantação dos *campi*, já que o recurso do REUNI era suficiente somente para ser aplicado no *campus* sede, o Professor declara:

Os *campi* não têm nada a ver com o REUNI. Então o que foi que nós fizemos? A gente já vinha da expansão I, lutando dentro do MEC, e eu estava vendo que dentro do MEC eles conseguiam aprovar os *campi*, juntando a bancada a gente conseguia, mesmo com essa proposta de REUNI. Só que quando o Fernando Haddad organizou essa proposta de REUNI ele fechou pra “negociar balcão”, ou seja, quem quiser crescer, cresce aqui, planejado dentro desse programa. Mas a UFRSA não foi nessa onda de Fernando Haddad. O que eu fiz, contratei uma empresa, aproveitei que tinha o REUNI, por 400 mil reais, e ela elaborou o projeto executivo dos *campi*, o projeto mesmo, ou seja, quantas salas de aula, bloco administrativo, auditório etc. Só que esse projeto foi multiplicado por três, no contrato com a empresa, poderíamos utilizar o mesmo projeto em três locais. Na proposta do REUNI não tinha dinheiro pra poder fazer os *campi*, mas quando foi escrita a proposta do REUNI, nós colocamos os *campi* dentro, sem ter o dinheiro. Quando chegamos no conselho universitário, nessa época setembro de 2007, os conselhos universitários de muitas universidades não estavam aceitando os projetos de REUNI, pois a associação dos professores era contra o REUNI, era contra porque defendiam a ideia que a universidade iria criar novos cursos, sem ter professores, sem ter funcionários, equipamentos, causando assim todo um problema estrutural dentro da instituição. No entanto, quando levamos a proposta ao conselho, eu pedi um voto de confiança ao conselho, pedindo que aprovasse os *campi*, mesmo sem ter o recurso, porque aprovando os *campi* eu tinha um crédito de chegar em Brasília e lutar pelo recurso, e assumi a responsabilidade de investir 100% do recurso do REUNI em Mossoró (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFRSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Embora com o REUNI “o movimento de balcão” estivesse ameaçado, o reitor da UFRSA não se intimidou, tendo em vista que ele já vinha de uma maratona de aprovação de cursos e apresentava uma bancada “forte” ao seu lado. Quanto à resistência à aprovação dos *campi* por parte do conselho universitário, temia-se que fossem criados os *campi* e estes acabassem tendo a mesma configuração dos núcleos da UERN, em que os professores precisam se deslocar para as cidades vizinhas a fim de ministrar aula nestes, ou seja, havia o receio de que o dinheiro do REUNI fosse investido nos *campi* e de que Mossoró, que era o *Campus* Central, continuasse como estava, pois, assim, possivelmente, teriam que se deslocar para ministrar aulas. Era um risco que poderia haver, mas o reitor preferiu, mais uma vez, ir junto à bancada do estado defender a instalação dos *campi*.

Uma das nossas inquietações era compreender como se deu a escolha dos cursos a serem ofertados nos *campi* e dos novos cursos a serem implantados no *Campus* Central a partir do REUNI.

Uma discussão rápida, não era muito demorada não, era assim: chamava um bloco de professores e dizia: olha, é pegar ou largar, vocês querem? Decidimos criar o bacharelado de Ciência e Tecnologia, e a Petrobras tinha pedido pra criar Engenharia Mecânica, Engenharia de Energia. Justificando que a Petrobras tinha um forte aqui para absorver os profissionais na área tecnológica. Para os *campi* os cursos seriam o bacharelado em Ciência e Tecnologia e as engenharias e as licenciaturas, as licenciaturas porque eram uma proposta do MEC. Então, em cada *campus* seriam cinco engenharias, três licenciaturas, mais o bacharelado em Ciências e Tecnologia (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFRSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Diante desse relato, percebemos que, como o professor mesmo expõe, não houve uma discussão aprofundada da realidade local da região, principalmente dos *campi*. Houve a proposta de levar o curso de bacharelado em Ciência e Tecnologia para ambos os *campi*, acerca dos quais ainda não havia uma definição sequer sobre qual seria o local exato de sua instalação. No projeto REUNI, elaborado pela UFRSA, apontava-se apenas a região onde poderiam ser instalados. Ou seja, embora os cursos da área de engenharia estivessem em alta, existia mercado de trabalho para a região? Esses cursos iriam trazer benefícios futuros para essa localidade? Quais as licenciaturas a serem ministradas? Qual a demanda de cada região? Que parcerias com outras instituições poderiam ser firmadas? Essas são questões básicas que, em nosso entendimento, deveriam e devem ser discutidas antes de se pensar na instalação de um novo curso, as quais, possivelmente, não foram todas levantadas, pela rapidez da elaboração da proposta.

Nas seções seguintes, passaremos a discutir sobre o processo de implantação de cada *campus*.

## 2.2.4 Implantação do *campus* de Angicos

Após a adesão da UFERSA ao programa REUNI, o então reitor, assim como se comprometeu com o conselho universitário, parte para Brasília em busca de recursos para a implantação dos *campi*.

Ainda segundo o prof. Josivan Barbosa, no projeto de adesão ao programa, ainda não havia a definição das cidades, somente das regiões do estado onde a UFERSA pretendia atuar, sendo elas: a região Central Potiguar, o Médio Oeste e o Alto Oeste. Posteriormente, foram definidas as cidades de Angicos, Limoeiro do Norte e Pau dos Ferros, para cada região, consecutivamente. Limoeiro do Norte é uma cidade localizada no Vale do Jaguaribe que tem grande potencial de desenvolvimento para a região do Semiárido, assim, a proposta era desenvolver a região do Vale e, possivelmente, a da Chapada do Apodi, tendo em vista que são regiões que fazem fronteiras. No entanto, “*Apodi viu que o projeto beneficiaria Limoeiro e não Apodi, entrou na briga e nós acabamos cedendo*” (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014), o que mais tarde não veio a acontecer, uma vez que o *campus* teve como sede a cidade de Caraúbas.

A região Central Potiguar do estado era citada no projeto, com destaque para a microrregião de Angicos, que possuía apenas 1,8% dos jovens matriculados na educação superior, ou seja, embora não definisse claramente a cidade de Angicos como uma cidade a sediar o *campus* da UFERSA, indicava dados que justificavam tal fato.

Já no início de 2008, o senador norte-rio-grandense Garibaldi Alves Filho assumiu o Congresso Nacional. Esse fato foi propício para o momento histórico vivenciado pela UFERSA, que necessitava ainda mais de um “movimento de balcão” em Brasília, para conseguir recursos para a instalação dos *campi*. Sobre o processo de instalação do *Campus* da UFERSA Angicos, o Professor relata:

Garibaldi assumir o congresso nacional foi uma mão na roda para aprovar o *Campus* de Angicos, concorda? É a cidade dele, né? Aí fui pra cima dele: – Garibaldi, é o seguinte: o projeto da UFERSA são três *campi*. A UFERSA tem que criar isso, aí fui explicando e tal, fui pra cima dele, pra cima da bancada, fazia reunião com a bancada, mostrava o projeto, a bancada foi pra cima dele e tal. Aí Garibaldi falou: – não, mas primeiro eu quero que instale em Angicos. [...] Era uma sexta-feira, ou uma quinta, lembro demais, Garibaldi liga para Fernando Haddad: – Fernando Haddad, daquela nossa última reunião não avançou nada da UFERSA Angicos? Será, Ministro, que eu vou ter que pedir ao Presidente Lula para fazer um *campus* universitário

na terra de Aluízio Alves<sup>16</sup>, na minha terra? Essa ligação foi 10, pode acreditar na terça-feira eles me chamam em Brasília: – reitor, vamos elaborar o projeto desse *Campus* Angicos. Eu falei não, o projeto está elaborado, está aqui, já trouxe [...] custa 28 milhões, tem tantos blocos de sala de aula, tem tantas pessoas pra trabalhar lá. Então, começamos, vamos começar a liberar, aí começaram liberando 10 vagas pra professor. Pronto, isso aqui está ótimo, está bom, começou o *campus*, porque como começa um *campus*? Quando tem professor (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFRS, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Ainda que a região Central Potiguar necessitasse de um *campus* universitário, fica evidente que a implantação do *Campus* de Angicos se deu mediante apadrinhamento político, principalmente por Garibaldi Alves, que, embora não seja natural da cidade, tem sua origem familiar nesse município. Outro fator que percebemos foi a não participação popular local para a chegada desse *campus*, como o Professor mesmo relatou: “*Nunca o povo de Angicos pediu um campus universitário, nós que identificamos como sendo Angicos*” (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFRS, em entrevista cedida em outubro de 2014).

É preciso também considerar o interesse de desenvolver a região, que teve seu apogeu na década de 1980, polarizando a região central do estado. Essa região encontrava-se em decadência, nesse sentido, a chegada de um *campus* universitário federal poderia favorecer o seu desenvolvimento.

Após a aprovação do *Campus* Angicos, as atividades da instituição se iniciaram com um total de dez professores, mas havia a necessidade de sessenta docentes, cujas vagas foram sendo liberadas conforme a demanda. No entanto, embora reconheçamos o papel fundamental do professor para o processo de ensino-aprendizagem, não concordamos que para a instalação de um *campus* universitário a presença do professor isoladamente seja suficiente, tendo em vista que esse profissional necessita de qualidade de trabalho, estrutura física adequada e recursos para a execução de seu trabalho. A falta desses elementos, a nosso entender, compromete o trabalho desse profissional da educação.

As instalações onde se iniciaram as atividades do *Campus* da UFRS em Angicos foram improvisadas, até que sua construção, tal qual está no projeto (o mesmo para os demais *campi*), fosse concluída. Diante disso, foi realizada uma reforma numa escola do município, conforme Figura 4 abaixo:

---

<sup>16</sup> Ex-governador do estado do Rio Grande do Norte, natural da cidade de Angicos, e tio do senador Garibaldi Alves Filho.



Figura 4: Antes e depois da reforma da escola, cedida pelo município para instalação do *Campus* da UFERSA em Angicos

Fonte: Disponível em: <[http://pordeus77.blogspot.com.br/2012/04/consolidacao-e-crescimento-da-ufersa-no\\_10.html](http://pordeus77.blogspot.com.br/2012/04/consolidacao-e-crescimento-da-ufersa-no_10.html)>. Acesso em: 9 mar. 2015.

A partir dessas imagens, percebemos que, embora tenha sido realizada uma reforma na escola que passou a ser a sede do *Campus* UFERSA Angicos, não são instalações adequadas para iniciar atividade em nível de graduação, principalmente com cursos na área de tecnologia, que era a proposta inicial para os *campi*, com os cursos de bacharelado em Ciência e Tecnologia (CeT). No entanto, o *Campus* Angicos estendeu suas atividades de forma provisória por três anos, passando, somente em 2011, a ocupar a estrutura física própria, que ainda se encontra em fase de finalização de algumas obras, conforme Figura 5 a seguir:



Figura 5: Atual estrutura do *Campus* da UFERSA em Angicos

Fonte: Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/noticias/3119/Angicos:%20cidade%20universit%C3%A1ria%20do%20Sert%C3%A3o%20Central%20Potiguar>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

Como podemos perceber, algumas obras ainda permanecem em construção, pois o projeto contempla muitos prédios, residência universitária, restaurante universitário, espaço de convivência, sala de professores, laboratórios etc. Assim, conforme a figura acima, é possível inferir que, frente às antigas instalações, houve uma melhoria considerável em relação à estrutura física, embora não tenhamos realizado visita de campo nessa cidade. No entanto, como o projeto é o mesmo para os três *campi*, a partir da visita realizada ao *Campus* de Pau dos Ferros, podemos depreender essa qualidade.

### 2.2.5 Implantação do *campus* de Caraúbas

Com relação ao *Campus* de Caraúbas, diferentemente de como aconteceu em Angicos, houve de certa forma uma participação popular e política local. Embora, como já mencionado, a ideia inicial fosse desenvolver o Vale do Jaguaribe, houve uma participação muito forte da população de Apodi para que o *campus* fosse instalado no município; a partir de então, a bancada, junto ao então reitor da UFERSA, passa a pleitear a instalação do *Campus* da UFERSA em Apodi. Por sua vez, já estava sendo construído no município, pelo governo federal, o *Campus* do IFRN, o que, segundo o prof. Josivan Barbosa, veio a embargar o andamento da liberação da aprovação do *Campus* da UFERSA em Apodi. Ciente dessa questão, a população civil e principalmente política de Caraúbas passa a reivindicar a instalação do *campus*, conforme o relato a seguir.

Qual foi a confusão, o Ministro Fernando Haddad toda vida que a gente ia com a bancada lá, fomos quatro reuniões com a bancada lá, pra decidir os dois *campi*, Pau dos Ferros e Caraúbas. [...] Fernando Haddad, a gente chegava lá, e ele tinha um quadro no gabinete dele, mais ou menos do tamanho dessa parede, que mostra onde tinha IFs, aí quando a gente mostrou Apodi, ele botou o dedo assim e disse: não, aqui está sendo construído um IF, que terá curso superior, terá diretor, não vou construir um *campus* do IF e uma universidade no mesmo local, não. Durante duas reuniões ele insistiu que não faria o *campus* em Apodi. Aí o pessoal de Caraúbas começou a se movimentar, atrasou né? A decisão por Apodi. Aí resultado, quando eu recebo a equipe de Caraúbas, tudo, né? Eu disse: olha, é o seguinte, eu acho que é até bom a gente mudar pra Caraúbas, porque tanto faz, o *campus* é ali naquela estrada entre Apodi e Caraúbas, então pra os jovens do Médio Oeste não faz diferença, agora se nós não formos ativos a gente perde esse *campus* porque Haddad não quer. Aí quando foi na terceira reunião eu levei o nome Caraúbas. Aí quando falei Caraúbas, Haddad olhou assim, tem IF não. Sabe quem vestiu a camisa de Caraúbas, que nem soube usar isso agora? Foi Henrique Alves, ele botou isso debaixo do braço, ele é um cara forte demais, ele foi lá e negociou. O que o Ministro queria, veja como tudo é assim mesmo não tem diferença, fizemos a reunião lá com o Ministro, aí Zé Agripino não é oposição dura ao governo, né? Aí Haddad olhou pra Zé Agripino e disse: Zé Agripino, você que é liderança da oposição, e vocês estão travando a pauta do congresso pra criar as oito mil vagas de professores universitários, para todas universidades, eu faço um negócio com vocês, e aí o líder do PMDB aqui, que é o Deputado Henrique, faço um negócio com vocês dois, vocês lideram pauta, colocam esse projeto pra votar, porque o REUNI está todo comprometido porque não tem as oito mil vagas aqui, vocês liberando, na outra semana eu mando chamar o reitor aqui pra trazer o projeto de Caraúbas (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

A mudança de Apodi para Caraúbas configurou-se apenas como uma fragilidade política para o município de Apodi, mas, do ponto de vista de localização, houve pouca mudança, tendo em vista a proximidade<sup>17</sup> entre essas cidades. De modo similar ao que aconteceu com o *Campus* de Angicos, a aprovação do *Campus* de Caraúbas foi movida por acordos de gabinetes. O estado do Rio Grande do Norte passava por um cenário importante no contexto da política nacional, uma vez que havia a influência de norte-rio-grandenses como: o líder da oposição do governo, o Senador José Agripino; o líder do PMDB, um dos maiores partidos do país; e o então presidente do senado federal, Garibaldi Alves. Assim, era uma oportunidade ímpar para pressionar as instâncias de Brasília, no sentido de captar recursos para a instalação dos *campi*, e com o de Caraúbas não foi diferente.

As atividades docentes da UFRSA em Caraúbas tiveram início no ano de 2010, e, assim como ocorreu em Angicos, começaram antes da conclusão das obras do *campus*. Durante os três primeiros anos de funcionamento, as aulas foram ministradas em três escolas da cidade, conforme Figura 6 abaixo.



Figura 6: Escolas que foram sede da UFRSA em Caraúbas

Fonte: Disponível em: <<http://caraubas.ufersa.edu.br/historia-do-campus/>>.

<sup>17</sup> A distância entre Apodi e Caraúbas é de 47 km, segundo o Google Maps.

Na primeira imagem, na parte superior à esquerda, temos a Escola Estadual Antônio Carlos, onde funcionavam as aulas do período noturno; na segunda imagem, à direita, a Escola Estadual Lourenço Gurgel, que funcionava no período integral (manhã e tarde); e, na imagem inferior, a Escola Municipal Josué de Oliveira, a qual também funcionava no período noturno.

Essas três unidades de ensino receberam provisoriamente as atividades da UFERSA, sendo que eram ministradas de forma paralela atividades de ensino médio, fundamental e ensino superior no mesmo espaço. Desse modo, compreendemos que as dificuldades enfrentadas nesses primeiros anos de funcionamento da UFERSA Caraúbas foram enormes, uma vez que não havia estrutura física própria e era preciso dividir o mesmo espaço com os alunos da educação básica. Convém ressaltar que não estamos colocando a relação educação básica e ensino superior como um fator negativo, pelo contrário, entendemos que essa relação deve existir, no entanto, para esse momento de formação de futuros bacharéis em Ciência e Tecnologia, defendemos a ideia de que seria essencial ter um espaço direcionado especialmente para essa finalidade.

Em maio de 2013, toda a estrutura universitária foi transferida para a atual sede do *campus*. Abaixo, na Figura 7, há algumas imagens do *campus*.



Figura 7: Atual estrutura do *Campus* da UFERSA em Caraúbas

Fonte: Disponível em: <<http://caraubas.ufersa.edu.br/historia-do-campus/>>.

As obras ainda se encontram em andamento, mas a previsão é que ainda neste ano de 2015 o *campus* ganhe um novo bloco de aulas e laboratórios, um restaurante universitário e uma residência acadêmica com capacidade para abrigar até 160 estudantes. Mesmo com as possíveis dificuldades para estar em um *campus* que é um verdadeiro canteiro de obras, certamente é um ambiente mais adequado para a formação.

### 2.2.6 Implantação do *Campus* de Pau dos Ferros

Pau dos Ferros foi a terceira cidade a ser definida como sede para o *Campus* da UFERSA, tendo sido, como pudemos observar, a que mais se organizou politicamente para a chegada do *campus*, embora, como já relatado, a cidade de Caraúbas tenha também se organizado. No entanto, em Pau dos Ferros, além da comunidade política, houve uma participação da sociedade civil e, principalmente, da sociedade acadêmica, que uniu forças para que a cidade recebesse mais uma unidade de ensino superior.

Na busca de compreender o processo de implantação da UFERSA em Pau dos Ferros, bem como a organização da sociedade pau-ferrense e da classe política local para a chegada do *Campus* da UFERSA, realizamos entrevista com o prof. Gilton Sampaio, diretor do *Campus* da UERN em Pau dos Ferros, que também fez parte dessa comissão em defesa da vinda do *campus* para a cidade.

O prof. Gilton já vinha participando de várias discussões acerca da expansão do ensino na cidade de Pau dos Ferros, desde a expansão dos cursos do CAMEAM/UERN, e também da comissão para a implantação do *Campus* do IFRN. Com relação à UFERSA, ele relata:

O prof. Josivan, então reitor da UFERSA, liderou uma expansão mais para o interior, sair só de Mossoró para outros interiores, e o próprio CONSEPE lá no conselho da UFERSA, ele cita três regiões que era a região lá de Angicos, Alto Oeste e Médio Oeste. Só que não estavam definidas as cidades e aí Josivan conversou, apresentou ao pessoal da Câmara a proposta discutindo e Tércia Batalha, vereadora, acho que era presidente da Câmara ou se não fosse era vereadora, que foi ex-professora daqui da universidade, ex-diretora, ela puxou essa campanha, a liderar em Pau dos Ferros, a liderança política dessa discussão e Tércia Batalha nos convida também ao fórum. Eu fui coordenar essa comissão técnica pra a elaboração dessa proposta. Tércia coordenava toda essa discussão com contatos políticos, a gente foi fazer contatos com todos os poderes. [...]. E aí a gente foi com a discussão, por exemplo, com a UFERSA, nós fomos andar Pau dos Ferros para tentar encontrar um terreno, discutir onde precisava um terreno bom, viabilidade e

desenvolvimento, pessoas pra doar o terreno, na pessoa de Alzir<sup>18</sup> que doaram aquele terreno. [...] a gente participou também na articulação com a classe política, tem as fotos em Natal com todos os senadores, eu expondo o projeto da UFERSA aqui no BNB, Banco do Nordeste, pra Garibaldi Senador, o então presidente do senado, Sandra Rosado, todas as bases, deputados estaduais. Que a ideia da gente era mobilizar toda a classe política estadual e depois todos os nossos 11 parlamentares do governo federal. Chegando, fechando com uma carta de Pau dos Ferros, uma carta de Brasília feita e assinada pelos 11 parlamentares, os 8 deputados federais e os 3 senadores pra uma emenda pra Pau dos Ferros e essa emenda houve, essa emenda foi liberada em 22 milhões para a construção aí da estrutura do *Campus* de Pau dos Ferros (Prof. Gilton Sampaio, diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Como discutimos anteriormente, a expansão dos *Campi* da UFERSA foi muito influenciada por uma questão política. No entanto, é importante destacar que na cidade de Pau dos Ferros houve uma organização bastante forte por parte da classe política local, juntamente com a comunidade acadêmica, no intuito de defender a cidade como polo da região. Para tanto, foi criada uma comissão, liderada pela vereadora Tércia Batalha, com vistas à defesa da implantação do *Campus* da UFERSA nessa cidade. Abaixo, temos algumas fotos dessa organização política local, na busca de implementação do *Campus* em Pau dos Ferros.



Figura 8: Comissão da UFERSA em Pau dos Ferros em articulação com a classe política do estado  
Fonte: Arquivo pessoal do prof. Gilton Sampaio.

<sup>18</sup> Comerciante local, que fez a doação do terreno para construção do *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros.

Na primeira fotografia acima à esquerda, observamos a representação da comissão do fórum em luta pela UFERSA em Pau dos Ferros, em reunião com a classe política na capital do estado. Na segunda imagem à direita, há um fórum de discussão que foi realizado na cidade de Pau dos Ferros, onde também estiveram presentes alguns representantes políticos, bem como a Reitoria da UFERSA. Nesse fórum, a comissão defendia a viabilidade da implantação do *campus* na cidade e pedia o apoio da classe política. Abaixo, na fotografia à esquerda, vemos a líder do fórum, a vereadora Tércia Batalha, entregando documentos, elaborados pelo fórum, para a então governadora do estado Wilma de Farias. Na última fotografia, observamos o então prefeito de Pau dos Ferros, Leonardo Rego, junto com a vereadora Tércia Batalha, em conversa com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, pedindo o apoio para a implantação do *Campus* em Pau dos Ferros.

O prof. Gilton relata que as propostas do fórum para a implantação do IFRN e da UFERSA, embora tivessem o mesmo objetivo, o de implantação de uma instituição de ensino federal na cidade, eram diferentes. O IFRN já tinha a cidade definida, assim, o relatório elaborado seria um parecer técnico, justificando o início das obras. Já para o da UFERSA a cidade não estava definida, mas todo o projeto técnico encontrava-se elaborado pela própria instituição, como afirma o prof. Gilton: “a UFERSA já tinha muita definição técnica. Ela queria a viabilidade econômica, a viabilidade logística e dinheiro para construir a sede e ajudar Josivan a garantir recursos humanos, quadro de pessoal”. Ou seja, o que a UFERSA precisava era de ajuda política no sentido de alocar recursos para a construção do *campus*. Diante de toda a mobilização<sup>19</sup>, esses recursos foram conseguidos.

Ainda a respeito dessa dificuldade de definição da cidade de Pau dos Ferros para sediar o *Campus* da UFERSA, o prof. Josivan declara:

Eu reuni a bancada e fui colocar a questão de Pau dos Ferros. Aí Henrique era contra, porque o prefeito lá era do DEM, e ele era ligado a Nilton do PMDB, então ele disse: – Josivan, é o seguinte, eu não vou dar um passo. Eu entendi, né? e continuei. Aí eu reuni a bancada em 2009, já tinha aprovado Angicos, já tinha aprovado Caraúbas, e a bancada colocou dinheiro para começar a construir, isso incluso no orçamento geral da união<sup>20</sup> [...]. Aí Wilma ficou muito chateada, pois Rosalba, como senadora, esteve em Pau dos Ferros no evento Justiça na Praça, e em discurso proferido à população ela enquanto pré-candidata ao governo do estado e disse: – eu e Zé Agripino conseguimos o *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros. Ela tinha participado da reunião, sabia da dificuldade e tudo, sabia que não tinha sido

<sup>19</sup> Ver Anexo B: Notas de jornais relatando a mobilização local para implantação da UFERSA em Pau dos Ferros.

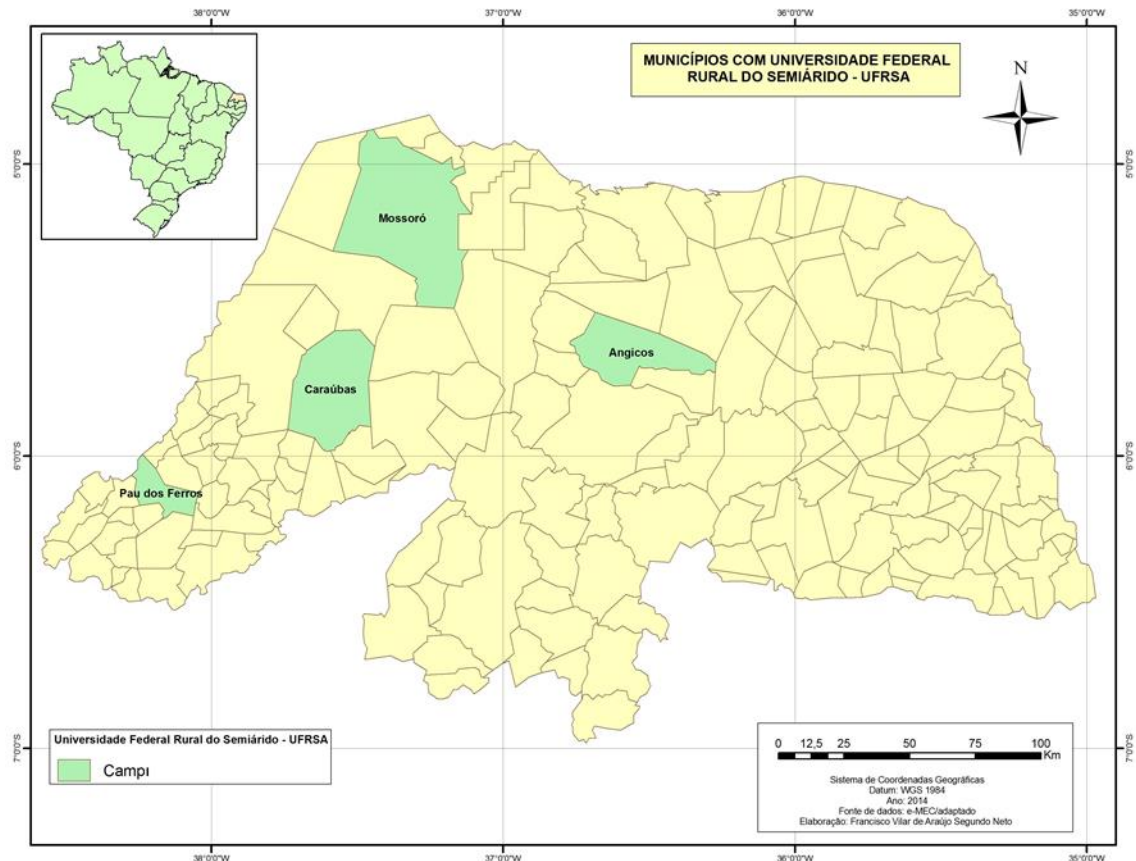
<sup>20</sup> Ver Anexo C: Carta com assinatura dos parlamentares comprometendo-se em alocar recursos de emenda de bancada.

ainda aprovado. Aí Wilma me liga e diz: – Prof. Josivan, eu corro atrás das coisas, batalho e Rosalba que leva o nome? Eu disse: – governadora, vamos fazer o seguinte, não tem nada, nada disso é verdade, vamos fazer uma reunião sobre isso, pra gente tratar desse assunto. Lá expliquei pra ela: governadora, é o seguinte, com relação ao *Campus* de Pau dos Ferros está faltando força política para aprovar, Henrique é contra, porque ele não quer que Zé Agripino e o prefeito lá estejam comemorando esse *campus*. Aí, governadora, a senhora poderia fazer isso como? A senhora liga pra Fernando Haddad, cobra o *campus*, ele aprova o *campus*, a senhora marca com ele para ir lançar o *campus* lá em Pau dos Ferros, pronto e a senhora leva Iberê, que era o candidato dela a sucessor ao Governo do Estado, pronto, tem que ser nesse formato [...]. Aí ficou nisso, vem não vem, aprova não aprova, e isso o tempo foi passando, e nada. Aí isso já era setembro, e eu disse vamos começar a construção com o dinheiro da emenda de bancada, mesmo sem aprovar. Aí uns assessores meus diziam: não, mas se o Tribunal de Contas da União bater em cima? Eu disse: não tem problema não, porque a universidade ela tem autonomia administrativa [...]. Aí o seguinte, abri a licitação e começamos a construir em 2009 (Prof. Josivan Barbosa, primeiro reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Novamente, verifica-se a questão política sendo fortemente decisiva nesse processo de escolha da cidade de Pau dos Ferros, inclusive aflorando embates políticos tradicionais no estado.

Mesmo diante de toda a dificuldade para que o *campus* fosse implantado, como mencionamos anteriormente, as atividades do *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros tiveram início em 27/02/2012. No entanto, assim como nos demais *campi*, as atividades começaram de forma improvisada no *campus* do IFRN.

Diante disso, a partir de 2012, a UFERSA passou a ter sede em 4 municípios do estado, conforme Mapa 6.



Mapa 6: Municípios que possuem unidades da Universidade Federal Rural do Semiárido  
 Fonte: E-MEC, 2014. Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

Até então, a UFRSA era a universidade pública do estado que se apresentava de forma mais concentrada, mas a instituição se articulou para continuar se expandindo. Já no ano de 2011, havia superado o número de vagas estabelecido pelo REUNI. No ano de 2008, foi pactuado que a oferta seria de 1440 vagas até o ano de 2012, no entanto, no ano de 2011, a UFRSA já oferecia 2030 vagas, conforme se observa no Gráfico 5.

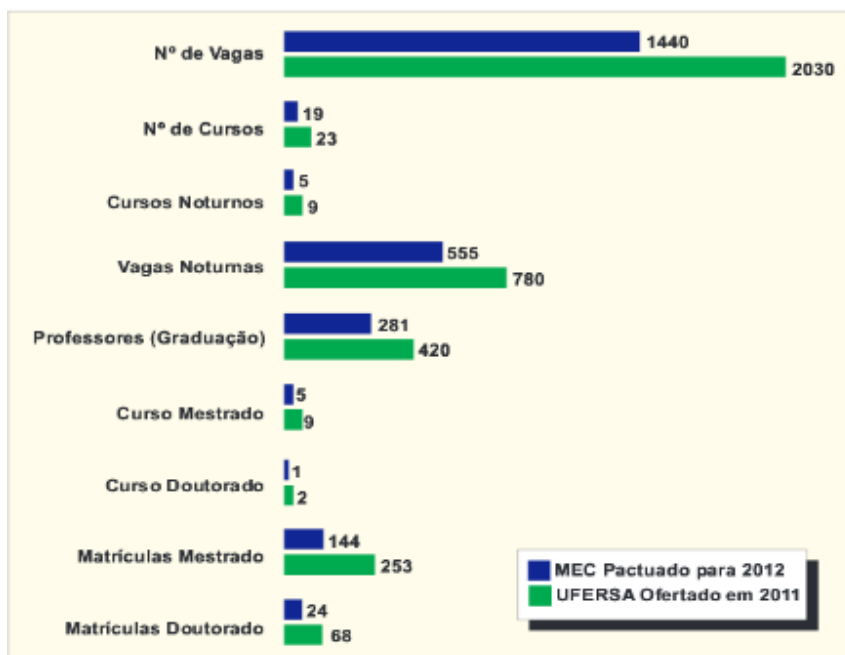


Gráfico 5: Os números da UFERSA no Programa REUNI

Fonte: Site da UFERSA, 2011.

Além das vagas, todas as outras metas foram superadas, demonstrando, assim, o interesse da instituição no processo de expansão. A UFERSA continua com projetos de expansão, tanto no número de vagas como de mais um *campus*. Com o objetivo de discutir e planejar a questão da expansão da UFERSA no estado, foi criada a Comissão de Expansão da Universidade Federal Rural do Semiárido, que, de acordo com informações disponibilizadas no *site* da instituição, vem realizando vários debates e ações visando à expansão dessa universidade. Sobre esse novo processo de expansão da UFERSA, trataremos de forma mais detalhada no próximo capítulo.

### 2.2.7 A expansão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25 de junho de 1958, através de lei estadual, e federalizada em 18 de dezembro de 1960. A partir da década de 1970, a UFRN deu início, através do sistema multicampi, à sua expansão para o interior do estado, a exemplo do que ocorria com as demais instituições públicas de ensino superior. Em 1973, foi criado o Núcleo Avançado de Caicó e, em 1977, o ensino superior chegou à cidade de Currais Novos. Esses

dois *campi* compõem o Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES. Também houve uma expansão da UFRN, no ano de 1966, para a cidade de Santa Cruz, com a criação da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), que tem como principal área de atuação a da saúde.

No entanto, como as demais instituições públicas do estado, a preocupação e os maiores investimentos que visaram à expansão são mais recentes. A UFRN também aderiu ao plano do REUNI e, a partir de então, algumas medidas foram tomadas com o objetivo de ampliação de vagas, principalmente na graduação. A Tabela 6 apresenta os cursos criados pela UFRN no período de 2007 a 2012.

Tabela 6: Criação de novos cursos na UFRN no período 2007-2012

Nº	Novos Cursos	Turno	Criação do Curso Resolução do CONSEPE
01	Geofísica (Bacharelado)	Diurno	21/2007
02	Química do Petróleo (Bacharelado)	Diurno	23/2007
03	Geografia (Bacharelado) (CERES-Caicó)	Noturno	63/2008
04	História (Bacharelado) (CERES-Caicó)	Noturno	64/2008
05	Letras - Língua Espanhola (Licenciatura) (CERES-Currais Novos)	Noturno	65/2008
06	Letras - Língua Espanhola (Licenciatura)	Noturno	66/2008
07	Engenharia de Produção (Bacharelado)	Noturno	70/2008
08	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (Bacharelado)	Noturno	71/2008
09	Dança (Licenciatura)	Noturno	72/2008
10	Engenharia Florestal (Bacharelado) (EAJ-Macaíba)	Diurno	74/2008
11	Ciências Atuariais (Bacharelado)	Noturno	76/2008
12	Sistemas de Informação (Bacharelado) (CERES-Caicó)	Diurno	78/2008
13	Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde (Bacharelado)	Noturno	80/2008
14	Biomedicina (Bacharelado)	Noturno	81/2008
15	Ciências e Tecnologia (Bacharelado)	Diurno	83/2008
16		Noturno	
17	Fonoaudiologia (Bacharelado)	Diurno	85/2008
18	Farmácia (Bacharelado)	Noturno	87/2008
19	Nutrição (Bacharelado) (FACISA-Santa Cruz)	Diurno	88/2008
20	Fisioterapia (Bacharelado) (FACISA-Santa Cruz)	Diurno	90/2008
21	Design (Bacharelado)	Diurno	93/2008
22	Gestão de Políticas Públicas (Bacharelado)	Diurno	106/2008
23		Noturno	
24	Engenharia de Software (Bacharelado)	Diurno	95/2008
25	Engenharia de Petróleo (Bacharelado)	Diurno	228/2009
26	Engenharia de Aquicultura (Bacharelado)	Diurno	89/2010
27	Agronomia (Bacharelado) (EAJ-Macaíba)	Diurno	94/2010
28	Engenharia de Materiais (Bacharelado)	Noturno	176/2010
29	Engenharia de Telecomunicação (Bacharelado)	Noturno	38/2011

30	Engenharia Ambiental (Bacharelado)	Diurno	40/2011
31	Engenharia Biomédica (Bacharelado)	Noturno	42/2011
32	Engenharia Mecatrônica (Bacharelado)	Diurno	58/2011
33	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo) (EAJ-Macaíba)	Diurno	57/2012
34	Tecnologia da Informação – BTI (Bacharelado)	Diurno	73/2012
35		Noturno	
36	Engenharia Mecânica (Bacharelado)	Noturno	174/2012
37	Medicina (Bacharelado) CERES-Caicó e Currais Novos e FACISA-SantaCruz	Diurno	237/2012
38	História (Licenciatura) – CERES-Caicó	Noturno	255/2012
39	História (Bacharelado) – CERES-Caicó	Diurno	256/2012

Fonte: CONSEPE. Extraído do Projeto de Reestruturação e Expansão (REUNI-UFRN): Relatório 2008-2012. UFRN, 2013.

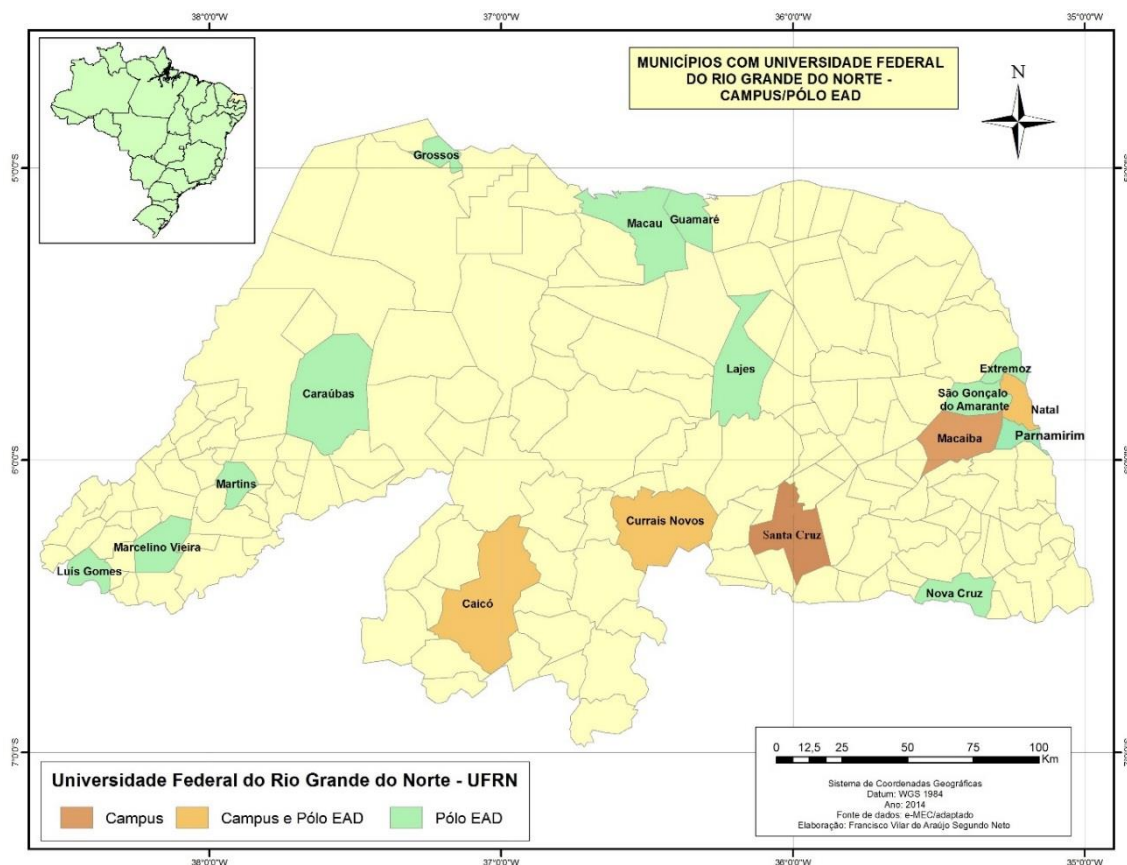
De acordo com a tabela acima, identificamos a criação de 39 cursos de graduação regular na modalidade presencial. Nesse sentido, entendemos que a UFRN cumpre uma das metas estabelecidas pelo REUNI, que é a de criação de novos cursos, e consequentemente maior oferta de vagas, para as Universidades Federais. Ainda destacamos a criação do curso de Medicina na cidade de Caicó, que deu início a suas atividades no ano de 2014, aumentando assim as possibilidades de formação desses profissionais da saúde no interior do estado<sup>21</sup>.

Outro fator de destaque, com relação à expansão da UFRN, diz respeito aos polos de EaD. Para atender a essa demanda, foi criada em 2003 a Secretaria de Educação a Distância (SEDIS), da UFRN. No intuito alcançar as metas pactuadas, por ocasião do REUNI, a instituição cria estratégias, entre elas “a expansão dos cursos na modalidade da educação a distância que, em 2007, registrava um total de 2.586 matrículas, passando, em 2012, para 4.432 matrículas, o que representou um crescimento percentual aproximado de 71%” (SILVA; CASTRO, 2014, p. 222). Diante dessa expansão,

os cursos de EaD da UFRN funcionam nos Polos de Apoio Presencial, ambientes físicos de referência para os alunos, espalhados por 14 municípios do estado, para a realização de atividades didático-pedagógicas de diferentes naturezas. Cada polo dispõe de espaços equipados com laboratório de informática, biblioteca, secretaria acadêmica e laboratórios. Neles encontram-se, ainda, tutores presenciais, com horários disponíveis para atendimento aos alunos (ANDIFES, 07/01/2014).

No Mapa 7, podemos observar como a UFRN encontra-se distribuída pelo estado.

<sup>21</sup> Até então, o único curso de medicina, fora da capital do estado, era ofertado pela UERN em Mossoró.



Mapa 7: Municípios que possuem unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
 Fonte: E-MEC, 2014. Cartografia: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, julho de 2014.

Conforme observamos no mapa, existem três polos da EaD que possuem sede na mesma cidade que o *campus*, sendo eles: Caicó, Currais Novos e Natal, por esse motivo a manutenção do polo é de responsabilidade da UFRN. Com relação aos demais, foram realizadas parcerias com as prefeituras, ficando o custeio com os polos na responsabilidade do governo municipal, no que se refere à manutenção da estrutura física.

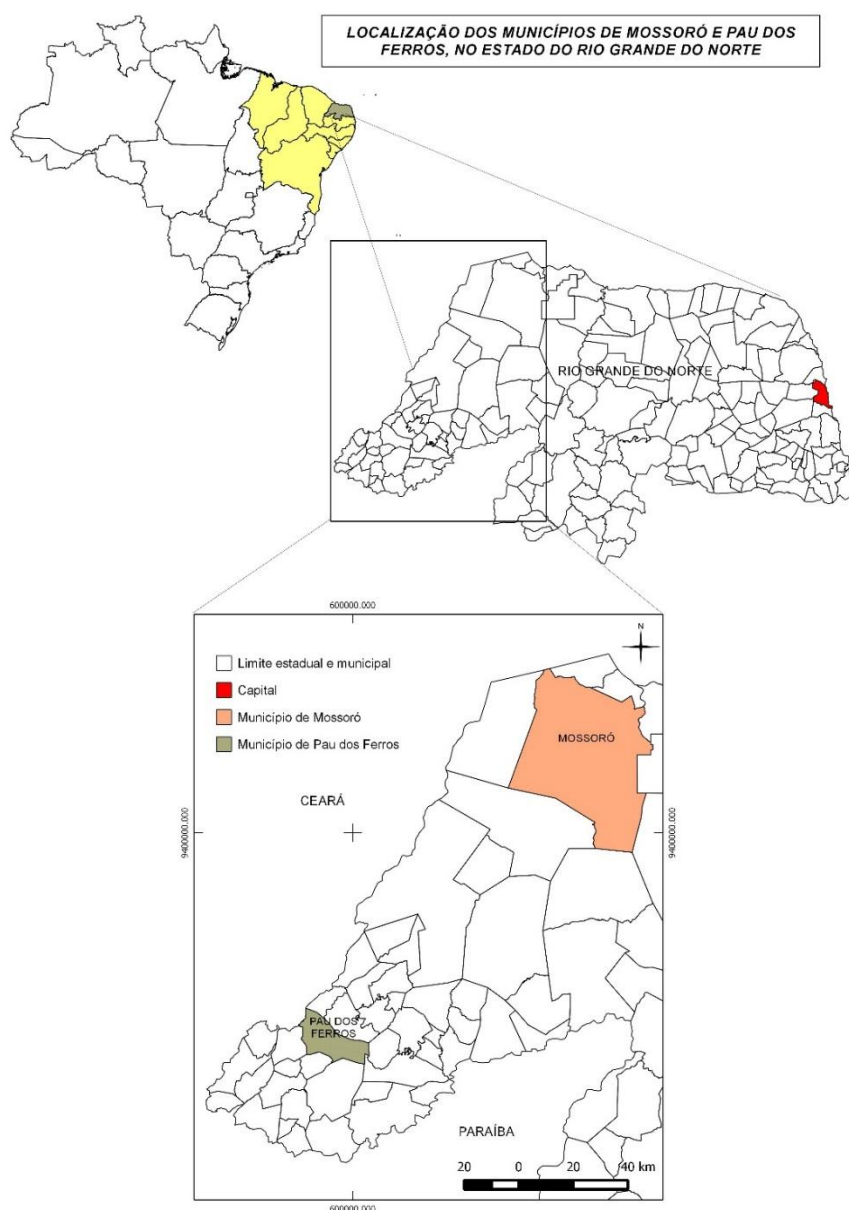
Nesse sentido, entendemos que o processo de expansão da UFRN nos últimos anos ocorreu, principalmente, no aumento das vagas e de cursos de graduação. Essa expansão também tem se efetivado na pós-graduação, principalmente na formação a distância, espalhando-se de maneira mais uniforme pelo estado, através dos polos de EaD.

Diante de todos os dados apresentados, é pertinente afirmar que as políticas educacionais dos últimos anos têm contribuído, de forma efetiva, para o processo de expansão do ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte, que até então se encontrava bastante centralizado, permitindo assim o acesso da população interiorana a esse nível de ensino. No entanto, acreditamos que devido ao modo como ocorreu esse processo, por meio de “acordos de bancada”, e à falta de estrutura adequada, o início das atividades ficou

comprometido. No próximo capítulo, iremos discutir de modo mais detalhado alguns aspectos do processo de expansão no estado.

### 3 O ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE MOSSORÓ

A partir das próximas seções, priorizaremos a análise da expansão e ampliação do ensino técnico e superior na região Oeste do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente nas cidades de Mossoró e Pau dos Ferros. No Mapa 8, observamos a localização dessas cidades.



Mapa 8: Localização dos municípios de Mossoró e Pau dos Ferros

Fonte: Cartografia elaborada por Bernardino Costa (2015).

O motivo da escolha dessas cidades se deve ao fato de ambas terem sido beneficiadas com a instalação e ampliação das instituições de ensino técnico e superior durante o recorte temporal desta pesquisa, bem como por serem cidades do interior do estado que possuem uma grande área de influência, em virtude principalmente da oferta de serviços. Nesse sentido, analisamos a importância desses municípios do ponto de vista da educação técnica e superior.

Conforme apresentamos ao longo do texto, as cidades de Pau dos Ferros e Mossoró possuem três *campi* de instituições públicas: a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

Mossoró está localizada no interior do estado, conforme demonstra o Mapa 8, na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião de Mossoró. A cidade é a segunda maior e a segunda mais importante do estado, com uma população de 259.815 habitantes, incluindo residentes da zona rural e 237.241 residentes da zona urbana (IBGE, 2010).

De acordo com a última pesquisa das Regiões de Influências das Cidades (REGIC) (IBGE, 2008), a cidade de Mossoró configura-se como capital regional C. A Figura 9 demonstra sua influência dentro do estado.

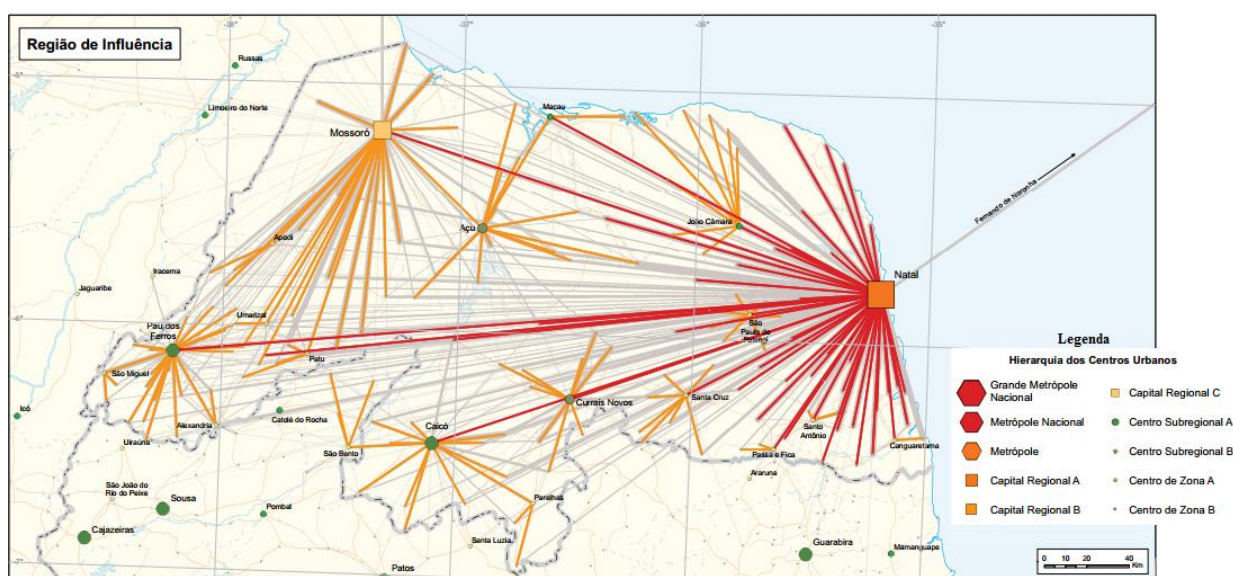


Figura 9: Rede Urbana do Rio Grande do Norte (REGIC, 2007)  
Fonte: IBGE (2008).

Ainda de acordo com o estudo, Mossoró possui uma área de influência de mais de 638 mil habitantes, abrangendo quarenta cidades circunvizinhas, todas no estado do Rio Grande do Norte. No entanto, “observa-se que vários outros municípios, inclusive localizados em estados vizinhos como do Ceará e Paraíba poderiam fazer parte do espaço não metropolitano organizado por Mossoró” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 107).

Diante disso, podemos entender a atual configuração da cidade de Mossoró a partir dos diferentes períodos pelos quais passou em seu desenvolvimento econômico, como, por exemplo:

O período que compreende até meados do século XIX com as atividades de suporte da então Ribeira de Mossoró; o segundo momento que se deu do final do século XIX, com a criação da cidade de Mossoró, até a década de 1970, quando o centro foi alvo de algumas políticas de industrialização e planejamento urbano; e finalmente, após esse período até os dias atuais, com a modernização dos setores produtivos fomentada pela globalização (BEZERRA, 2013, p. 105).

Assim como muitas cidades do interior do Nordeste, Mossoró encontrava-se na rota do gado e, posteriormente, passou a sediar algumas fazendas, que tinham como finalidade o beneficiamento da carne e do couro. Aliado a isso, outros fatores foram importantes para o desenvolvimento da cidade, dentre eles: a sua localização geográfica, às margens do Rio Apodi-Mossoró; a presença de sal, que se depositava naturalmente em lagoas e lagamares; bem como a sua proximidade do porto de Areia Branca<sup>22</sup>.

Essa proximidade do porto foi de grande importância para o desenvolvimento do comércio na cidade, tendo em vista que, com o assoreamento do Porto de Aracati/CE, viu-se a “possibilidade de escoamento da produção, desde o porto da Ilha no Rio Mossoró em direção ao porto de Areia Branca atraiu investidores e comerciantes expandindo-se a instalações de armazéns junto ao núcleo urbano de Mossoró” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 110).

A partir desses fatores naturais, aliados à posição geografia, a cidade de Mossoró passou a viver um grande crescimento: “Do sertão vinham o algodão, a pecuária e as peles de animais; do litoral vinham o sal, a carne seca e o peixe. Mossoró tornava-se naquele momento o lugar de troca, pois recebia mercadorias de outras praças, do país e do exterior, e embarcava pelo seu porto a produção regional, que se destinava ao mercado nacional e internacional” (SANTOS, 2009, p. 103). Além de uma importância econômica, a cidade de Mossoró viveu um grande avanço em população e crescimento da cidade.

---

<sup>22</sup> O município de Areia Branca/RN pertenceu a Mossoró até o ano de 1892.

Além da atividade salineira e da importância no comércio, Mossoró tem destaque em outros setores produtivos. A partir do ano de 1979, foi iniciada a exploração de petróleo e gás natural na bacia potiguar e a cidade de Mossoró apareceu como importante núcleo produtor do chamado ouro negro. Já na década de 1980, ocorreu a consolidação do agronegócio no polo Assú/Mossoró<sup>23</sup>, que tinha como foco de produção a fruticultura irrigada, exportando a produção de frutas tropicais para todo o país, bem como para outros países que compõem o MERCOSUL, os Estados Unidos e a União Europeia (SANTOS, 2009). Diante disso, Mossoró reafirmou-se como um grande centro comercial, embora boa parte da produção das atividades não fosse necessariamente produzida na cidade. Os empresários que prestavam serviços ou vendiam produtos necessários à cadeia produtiva viam na cidade de Mossoró uma maior infraestrutura urbana para a instalação das empresas.

Além dessa importância econômica, a cidade de Mossoró tem destaque pela sua história. Alguns dos motivos de orgulho para os mossoroenses correspondem ao fato de esta ser a cidade que expulsou o famoso bando do cangaceiro nordestino Lampião, no ano de 1927, e também onde aconteceu o primeiro voto feminino, em 1928, por Celina Guimarães. Além disso, a cidade é famosa por sediar grandes eventos culturais, dentre eles, o de maior destaque na época dos festejos juninos, o Mossoró Cidade Junina.

Considerando todo o destaque que Mossoró apresenta no cenário estadual e nacional, corroboramos o entendimento de Felipe (1982) quando coloca que o papel de centro de serviços e mercadorias exercido pela cidade se deve também ao fato de que as demais cidades do Oeste Potiguar apresentam deficiências no que se refere à estrutura de comércio e demais serviços. Em face disso, Mossoró reafirma-se como cidade-polo em toda a região Oeste do estado, ofertando serviços especializados que as demais cidades vizinhas não oferecem, seja nas áreas de saúde, educação e no comércio em geral, seja na geração de empregos, nos três setores da economia, seja na presença de grandes franquias nacionais, como *shoppings*.

Torna-se evidente que a cidade de Mossoró possui uma relevância muito grande não somente na região Oeste, mas também em todo o estado do Rio Grande do Norte. No que concerne à educação técnica e superior, foco da nossa discussão, a cidade é a sede de duas das principais instituições superiores do estado: a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), além de sediar um *campus* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFRN). Trataremos da presença dessas unidades de ensino nas próximas seções.

---

<sup>23</sup> Fazem parte do polo Assú/Mossoró os seguintes municípios: Baraúna, Mossoró, Serra do Mel, Carnaubais, Pendências, Alto Rodrigues, Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Itajá, Assú, Upanema. Mossoró é a sua sede.

## 3.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E A ESTRUTURA ATUAL DAS INSTITUIÇÕES

Nesta seção, analisaremos como se deu o processo de implantação e a atual configuração das instituições públicas de níveis técnico e superior na cidade de Mossoró.

### 3.2.1 A UERN em Mossoró

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que tem como sede a cidade de Mossoró, foi criada no ano de 1968. Nesse período, recebia o nome de Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), vinculada à Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN). Como citado no capítulo anterior, a URRN nasceu da junção das seguintes Faculdades Isoladas: Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, criada em 1943; Faculdade de Serviço Social de Mossoró, de 1965; Instituto de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró, do mesmo ano, com os cursos de Pedagogia, Letras, História e Ciências Sociais; e a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró, de 1968.

Antes do processo de estadualização, a Universidade era de responsabilidade municipal, assim, parte dos gastos para a manutenção da instituição era custeada pelo poder municipal e a outra parte pelos próprios alunos, que pagavam uma mensalidade mensal. Diante das dificuldades apresentadas pelo município em continuar mantendo os gastos da instituição, no ano de 1987, ocorreu a sua estadualização, passando a ser denominada de Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Com o intuito de entender melhor a atual configuração do *Campus* da UERN em Mossoró, bem como as perspectivas de crescimento no estado, realizamos uma entrevista com o atual vice-reitor da UERN, o prof. Aldo Gondim Fernandes<sup>24</sup>.

A instituição não possui autonomia financeira, nesse sentido, todo o orçamento é passivo de aprovação na câmara estadual. Diante disso, o prof. Aldo coloca que a UERN

é muitíssimo dependente. Existe toda uma manifestação, inclusive pública da governadora solicitando esse projeto, [...] vamos encaminhar pra o governo estado, o governo tem um compromisso com a gente firmado de público na assembleia universitária em 28 de setembro, que quando o gabinete instalou-

---

<sup>24</sup> No período de realização da entrevista, o prof. Aldo Gondim estava como reitor interino, devido a uma viagem realizada pelo Reitor Pedro Fernandes.

se aqui, o gabinete de trabalho da governadora e novamente quer encaminhar o projeto de autonomia financeira da universidade (Prof. Algo Gondim, vice-reitor da UERN, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Diante dessa dependência financeira, a instituição tem procurado estratégias para alcançar sua independência em relação ao orçamento, embora o prof. Aldo declare:

Eu pessoalmente tenho reticências em relação à autonomia financeira, será que o percentual vai dar, que essa ânsia que a gente tem de crescer com esse percentual vai atender, eu pessoalmente tenho minhas reticências, mas eu acho que se é bom pra comunidade tem que ser bom pra mim [...] sabemos hoje que UFA está numa situação extremamente complicada, que tem autonomia financeira, a Universidade Estadual da Paraíba também tá numa situação muito complicada, porque, dizem que é uma questão de gestão, então digo nós gestores vamos ter que ter muita responsabilidade nessa aplicação desses recursos (Prof. Algo Gondim, vice-reitor da UERN, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Em face dessas questões de ordem financeira, a UERN é uma instituição que já passou por muitos movimentos grevistas<sup>25</sup>. A principal reivindicação por parte dos docentes é de ordem financeira, no entanto, várias outras pautas sempre estão presentes, sugeridas principalmente pelos discentes, que solicitavam, por exemplo, há muitos anos, a construção de uma residência e do restaurante universitário.

Outro problema enfrentado pela UERN, principalmente pelo *Campus* Central, diz respeito à estrutura física, motivo de reivindicação também por parte dos discentes. Frente a essa questão, o prof. Aldo Gondim relata que a presença de professores doutores tem contribuído bastante para a manutenção do *campus*, tendo em vista que, utilizando-se do título, torna-se mais fácil os projetos serem aprovados pelas agências de fomento. Nesse sentido, muitos laboratórios têm sido equipados através desses projetos. Já no que concerne à manutenção dos prédios, a UERN possui uma empresa licitada para dar apoio em todos os *campi*. Na Figura 10, temos algumas imagens da estrutura atual do *Campus* Central.

---

<sup>25</sup> A UERN paralisou suas atividades em maio do corrente ano pelo não cumprimento do acordo firmado pela última gestão do governo.



Figura 10: Imagens do *Campus* Central da UERN em Mossoró  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Na imagem acima, temos a estrutura das salas de aula do *Campus* Central; na segunda imagem à direita, a sede da reitoria; na terceira, a Faculdade de Enfermagem; por fim, na quarta, a Faculdade de Ciências da Saúde, onde se realizam as atividades do curso de Medicina. É importante destacar que a estrutura do *Campus* Central encontra-se totalmente fragmentada e, por esse motivo, as imagens aparecem em bairros diferentes da cidade.

Em relação ao corpo docente e técnico, a demanda por concursados já existe, embora haja uma forte resistência do governo para a realização de concursos públicos, devido aos gastos para a realização do processo. No entanto, o prof. Aldo coloca: *“acreditamos que já estamos preparando esse orçamento para o próximo ano, 2015, um concurso público aí pra atender. Estamos programando um concurso pra 2015 a 2016, no máximo 2016, porque já existe demanda”* (Prof. Aldo Gondim, vice-reitor da UERN, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Em relação ao quadro de apoio, que compreende segurança, motoristas e auxiliares de serviços gerais, esses cargos encontram-se em processo de terceirização, já que até então eram funcionários contratados pela própria instituição e tinham seus contratos renovados a cada ano.

No que se refere à expansão da instituição, o prof. Aldo Gondim afirma:

A gente tem muitos pedidos de ampliação dos cursos, nós deixamos essa parte com os próprios diretores. Saí da presidência do fórum pra assumir a vice-reitoria da universidade, então hoje tem dois fóruns, são legítimos, mas não regulamentados, o fórum dos professores e fórum dos chefes de departamento, então toda essa demanda surge lá, manda pra o conselho de diretor, o fórum dos diretores que discutem e a gente vai ver, nós queremos que eles sejam gestores responsáveis, simplesmente criar cursos pra depois, por exemplo, nós temos *campus* aí que dizem ter dificuldade de estrutura física, aí pede a criação de um, dois, três cursos simultaneamente, aí onde que tá onde vai colocar esses cursos? É crescer, mas é crescer correto, essa é a nossa meta, então nós queremos crescer, vai sair o *campus* de Apodi, não foi uma decisão de diretoria, de reitoria, foi uma decisão da comunidade, da sociedade, aprovada pelo conselho universitário e a gente respaldado. Nós vamos criar cursos, vamos, não sei aonde nem quando, agora dentro das possibilidades, tudo com muita responsabilidade (Prof. Algo Gondim, vice-reitor da UERN, em entrevista cedida em outubro de 2014).

A partir da fala do Professor, percebemos que a instituição está sendo cautelosa no seu processo de expansão. Esse fato é percebido também em relação ao cancelamento da oferta de vagas nos núcleos, conforme já tratamos no capítulo anterior.

Destacamos, ainda, que a implantação do *Campus* da UERN em Apodi partiu mais de uma pressão política dos governantes locais ao Governo do Estado, fazendo com que a UERN acatasse ao projeto de expansão: “*população mobilizou-se, mobilizou a classe política e junto comunidade e classe política mobilizaram a universidade*” (Prof. Algo Gondim, vice-reitor da UERN, em entrevista cedida em outubro de 2014). Nesse sentido, entendemos que a pressão política, por parte da comunidade local e principalmente da classe política, que já haviam perdido o *Campus* da UFERSA, é fundamental, possibilitando a criação de um *Campus* da UERN.

Atualmente, o *Campus* da UERN em Mossoró oferece trinta e um cursos de graduação regular, conforme Quadro 3.

UERN/MOSSORÓ
Administração
Ciências Biológicas (Bacharelado)
Ciências Biológicas (Licenciatura)
Ciências da Computação
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas

Ciências Sociais (Bacharelado)
Ciências Sociais (Licenciatura)
Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo)
Comunicação Social (Habilitação em Publicidade e Propaganda)
Comunicação Social (Habilitação em Radialismo)
Direito
Educação Física (Bacharelado)
Educação Física (Licenciatura)
Enfermagem
Filosofia
Física
Geografia
Gestão Ambiental
História
Letras (Língua Portuguesa)
Letras (Língua Inglesa)
Letras (Língua Espanhola)
Matemática
Medicina
Música
Pedagogia
Química
Serviço Social
Turismo
Gestão Pública

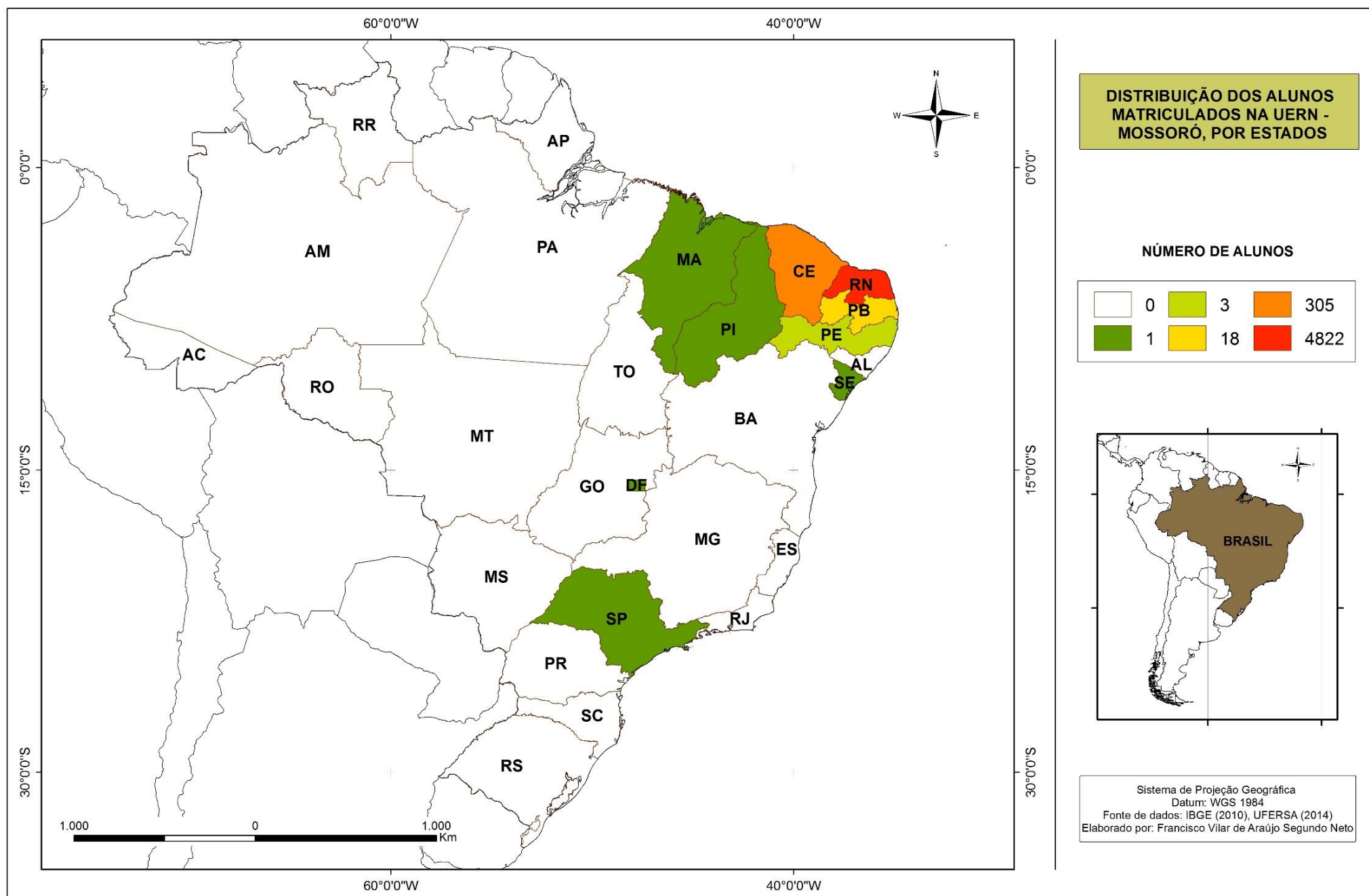
Quadro 3: Oferta de cursos de graduação regular pelo *Campus* Central da UERN em Mossoró  
 Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Com relação à forma de ingresso, a UERN anunciou em meados de 2014 que, já para 2015.1, se daria por meio do SiSU. No entanto, alguns alunos que já estavam se preparando para o vestibular vocacionado da instituição recorreram à justiça para que a instituição realizasse o certame. Devido ao questionamento pelo ministério público, a UERN decidiu ofertar apenas 60% das vagas pelo SiSU e 40% pelo vestibular, no entanto, para o ingresso no ano de 2016, 100% das vagas serão ofertadas pelo SiSU.

De acordo com pesquisa realizada junto à Unidade de Processamento de Dados (UPD)<sup>26</sup>, identificamos a origem municipal dos alunos matriculados no ano de 2014, assim, constatamos a área de influência do *Campus* Central, conforme pode ser visto no Mapa 9.

---

<sup>26</sup> Dos 5244 alunos matriculados até o ano de 2014, 91 não possuíam dados atualizados no sistema da UERN no que diz respeito à sua cidade de origem.



Mapa 9: Distribuição dos alunos matriculados da UERN de Mossoró, por estados  
Fonte: UERN (2014).

De acordo com o Mapa 9, observamos que a maior parte dos alunos matriculados no *Campus* da UERN em Mossoró é oriunda do próprio estado do Rio Grande do Norte. Além disso, grande parcela é dos estados do Ceará e Paraíba, de cidades que já possuem ligação com Mossoró no que tange a outros serviços, relação que se confirma a partir da oferta da graduação pela UERN. O mapa também demonstra que existem alunos oriundos de mais cinco estados, de outras regiões do país e também do Distrito Federal, embora a sua quantidade não seja tão expressiva.

Destacamos que esses dados não incluem alunos matriculados na pós-graduação e no PARFOR, tendo em vista que nosso foco de pesquisa se refere à graduação regular. Nesse sentido, a área de influência do *campus* pode ser maior, se analisarmos todos os níveis de ensino, bem como a origem municipal do corpo docente e técnico.

### 3.2.2 A UFERSA em Mossoró

Com a finalidade de compreender a conjuntura atual da UFERSA em Mossoró, bem como as perspectivas de crescimento e nova expansão dessa instituição, entrevistamos o seu atual reitor, prof. José de Arimatea Matos, que assumiu o cargo no ano de 2012, substituindo o então reitor prof. Josivan Barbosa. Nessa perspectiva, direcionamos nossos questionamentos para a atual gestão, apesar de também termos realizado uma entrevista com o prof. Josivan Barbosa, que esteve à frente do processo de transformação da ESAM em UFERSA, bem como do processo de implantação dos *campi*.

O prof. Arimatea Matos contou-nos que, ao assumir a reitoria da UFERSA, o governo federal havia iniciado uma expansão do ensino médico. A UFERSA tinha tentado implantar um curso de Medicina durante a primeira fase da expansão, mas não obteve êxito. No entanto, nessa segunda fase de expansão que a UFERSA vivencia, conseguiu criar o curso de Medicina, com perspectiva de início das atividades em Mossoró para o ano de 2016.

Ainda segundo o reitor, no ano de 2012, aconteceu, na capital do estado, o Seminário de Desenvolvimento no Rio Grande do Norte, que contou com a participação da então deputada Fátima Bezerra, hoje atual senadora pelo estado do Rio Grande do Norte, e com diretores das quatro instituições públicas de nível superior do estado: IFRN, UFRN, UFERSA e UERN. Na oportunidade, foi apresentado o desejo de cada instituição de expansão, “*e eu coloquei que a UFERSA tinha o desejo de consolidar o que nós tínhamos e ampliar Mossoró,*

*mas não tínhamos o desejo como gestor naquele momento de ampliar o espaço territorial, esse era o desejo nosso em 2012”* (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Como se pode ver, o desejo da atual gestão da UFERSA era de ampliação e consolidação do *Campus* Central. A Universidade em questão vinha de uma luta pela busca de recursos em Brasília para a construção dos *campi* e vivenciava o início das atividades sem estrutura adequada. Frente a isso, a atual gestão expôs a decisão de ampliar o crescimento na sede da instituição.

Enquanto isso, o prefeito de Assú<sup>27</sup> procurou apoio junto a então deputada Fátima Bezerra, reivindicando um *campus* universitário na cidade. A esse respeito, o prof. Arimatea relata:

Acredito que a Deputada falou para o prefeito de Assú que a UFERSA não tinha interesse de expandir, e buscou a Reitoria da UFRN. Mas a Reitora chegou e disse: temos um acordo de cavalheiro entre as instituições que nem UFERSA entra na área da UFRN, por exemplo, nós não temos pretensão de entrar no Seridó, nem a UFRN entra na área da UFERSA, que dá de Angicos para cá, colocou muito claramente que tinha que conversar com a UFERSA. Tivemos uma primeira reunião com o grupo de Assú, eles tinham o desejo de implementar engenharias, aí fui muito claro a dizer que nós tínhamos Engenharia Civil em Mossoró e Angicos, num espaço de 100 km tínhamos dois cursos de Engenharia, então, no meio desse intervalo colocar mais um curso, então não tínhamos interesse, mais tínhamos que analisar. Então foi feita audiência pública lá, explicando a possibilidade de chegada de um *campus* universitário. [...] a Deputada Fátima conseguiu uma audiência junto ao Ministério da Educação para apresentar todo esse projeto de expansão que o Rio Grande do Norte queria e fomos quatro reitores. Naquele momento o atual ministro que era secretário executivo que é o ministro adjunto, o Dr. José Henrique Paim, ele rapidamente fez uma análise do estado, ele tem todos os dados num sistema, aí colocou que Assú realmente exigia, por ser uma cidade de 53 mil habitantes e a microrregião 170 mil. Ele disse: aqui cabe realmente um *campus* é uma lacuna, mais não vai mais Engenharia, ele já conhecia todos os dados, aqui só se for na área de saúde, então caiu assim de repente, já dissemos que aceitava, com poucos dias, aí ficamos aguardando que fosse todo processo (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Mais uma vez, percebemos a força política influenciando diretamente na expansão da UFERSA, agora para a chegada do *campus* em Assú. Embora não fosse interesse da instituição essa nova fase de expansão, fica evidenciado que a pressão política, por parte do

---

<sup>27</sup> Cidade cuja distância de Mossoró é de 74 km, de acordo com o Google Maps.

poder público local de Assú, apoiada pela então deputada Fátima Bezerra, foi fundamental para que a UFERSA investisse nesse novo processo de expansão.

Nesse contexto, essa segunda fase de expansão tinha como objetivo inicial buscar recursos somente para Mossoró, o que também era foco na primeira expansão, quando o conselho tinha como meta que todo o dinheiro do REUNI fosse investido na sede. O reitor Arimatea reitera o compromisso que o então reitor Josivan Barbosa assumiu junto ao conselho:

Para aderirmos ao REUNI levamos ao conselho universitário. Na época, o Reitor queria uma expansão também de *campi*, mas o recurso era pouco e o conselho universitário só autorizou que o REUNI fosse feito para Mossoró, especificamente Mossoró, mas o Reitor pediu para que o conselho autorizasse a criar três *campi*, independente do REUNI, o que era que ia ser feito trabalhar, buscar dentro do governo federal com apoio político recursos para implantar esses três *campi* (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Diante disso, é pertinente dizer que a expansão dos *campi* é uma proposta que parte da instituição para buscar recursos junto à classe política. Já a segunda fase dessa expansão, que compreende o *Campus* de Assú, advém de um interesse da classe política para a instituição. Em face do apoio recebido, a instituição tomou a frente do novo projeto de expansão, agora para a construção do quarto *Campus* da UFERSA.

Ainda segundo o reitor Arimatea, os dois cursos de Medicina da UFERSA, em Assú e em Mossoró, já foram pactuados. Inicialmente, serão ofertadas sessenta vagas para ambos os *campi*, com ingresso em 2016, e a partir de 2017 o *Campus* de Mossoró contará com ingresso de oitenta alunos. Além das vagas para alunos, as vagas de docentes e técnicos também foram definidas. Para o *Campus* de Mossoró, até 2017, devem ser contratados oitenta docentes e, para o *Campus* de Assú, sessenta. Quanto aos técnicos, está prevista a contratação de quarenta para o *Campus* de Mossoró, sendo dezoito deles de classe “E”<sup>28</sup> e vinte e dois de classe “D”, também com o prazo até 2017. Com relação ao *Campus* de Assú, serão doze de nível “E” e dezoito de nível “D”, totalizando trinta técnicos administrativos. Os primeiros professores e técnicos administrativos foram recentemente empossados em concurso público realizado no vigente ano.

Já em relação à construção da estrutura física do novo *campus*, bem como à ampliação do *Campus* Central para receber o novo curso, o reitor conta-nos que o curso de Medicina é

<sup>28</sup> Os níveis “E” (servidores de nível superior) e “D” (servidores de nível médio/técnico).

um processo diferente do que ocorreu na implantação dos demais cursos ligados à Engenharia, pois, para a elaboração do projeto arquitetônico, necessita-se de uma comissão envolvendo profissionais da área da saúde, que trabalham em conjunto com os arquitetos. No entanto, o projeto já foi finalizado no início de setembro de 2014, com 13.000m<sup>2</sup>, e está orçado em ordem entre 25 e 29 milhões de reais<sup>29</sup>. Em Mossoró, o centro de Saúde da UFERSA será construído em uma área livre das dependências do próprio *Campus* Central e, em Assú, por intermédio da prefeitura municipal, uma família fez a doação de um terreno para a construção do *campus*. Também já se encontra em fase de conversação no Ministério da Educação para que em 2015 a Universidade apresente um projeto de um hospital universitário com 150 leitos para Mossoró.

Embora o projeto já esteja pronto, houve um atraso na empresa licitada para o início das obras e, possivelmente, somente começarão em meados do corrente ano. Diante disso, as aulas do curso de Medicina devem iniciar sem a estrutura apropriada, conforme relata o reitor:

[...] já conversei com a professora que participou de todo o processo, o que é que vamos precisar, principalmente no primeiro ano em 2016, é de uma sala de aula grande e pequenas salas, pelo menos cinco, pra aglomerar até 10 alunos, porque o processo ele é diferente, e alguns laboratórios nós temos na UFERSA, não temos especificamente pra Medicina, mas nós temos Bioquímica, claro que vamos construir específico para Medicina, mas podemos ter aula nesse de Bioquímica, inclusive foi reestruturado recentemente, Histologia, que é outro laboratório que ela disse, são lâminas, nós temos o de Medicina e Veterinária, mas lá só são microscópios, então levo a lâmina lá da Medicina Humana e vai ver do mesmo jeito, então não vai ser no local específico, mas nós temos espaço. E a outra parte é direto na rede de saúde e isso é fora da universidade. Então assim, o primeiro ano certamente nós vamos trabalhar dessa forma (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Esse aspecto demonstra que, embora o projeto de construção da estrutura física já esteja elaborado, alguns professores e técnicos, inclusive já empossados, dos cursos de Medicina tanto em Mossoró como em Assú, devem iniciar suas atividades de forma improvisada, processo semelhante ao que aconteceu com os demais *campi* criados.

Em nosso entendimento, essa deficiência inicial pode comprometer de certa forma o processo de formação do aluno, já que não há ambiente adequado para a realização das atividades propostas. Sobre esse assunto, o reitor aponta:

---

<sup>29</sup> Assim ocorreu com o projeto dos *campi*, que foi replicado em 3 unidades, o projeto do centro de saúde vai ser construído na mesma estrutura nas cidades de Mossoró e Assú.

[...] falava-se muito nos *campi*, no crescimento do ensino superior, que esse crescimento era só quantitativo não tinha qualidade, mas a UFERSA tem demonstrado que isso não é realidade. Acho que em mais de 95, acho que só um curso até agora recebeu o conceito 3, mais os demais foram conceito 4 e 5, de um limite 5. Inclusive os três primeiros cursos fora da sede que foram avaliados, dois foram conceito 4 e um conceito 5, dois de Angicos e um de Caraúbas. Então Angicos tem conceito 4 e um conceito 5 e um conceito 4 em Caraúbas. A expansão aconteceu com qualidade. Todos os *campi* começaram sem a infraestrutura concluída, mas, com o passar do tempo, talvez o *campus* que tenha tido o maior problema de infraestrutura que chegou a ter algumas aulas em Mossoró por falta de laboratório lá ainda não concluídos, mais aí foi um atraso da empresa, foi o *Campus* de Caraúbas, chegou a ter aula um semestre, os alunos viam pra cá aos sábados pra aula de laboratório, especificamente no laboratório, mas no semestre seguinte já solucionamos tudo, todo laboratório já funcionando e isso está tudo solucionado (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Embora, de acordo com o reitor, pautado nos resultados da avaliação do Ministério da Educação (MEC)<sup>30</sup>, essa falta de estrutura não tenha influenciado na qualidade dos cursos, acreditamos que, apesar de eles terem sido avaliados com nota satisfatória, a falta de estrutura adequada deixa a desejar no processo de formação.

No que tange ao quadro de funcionários da instituição, o reitor afirma que há um déficit maior de técnicos administrativos, pois o fato de a instituição hoje contar com três *campi*, além do *Campus* Central, e de todas as aquisições na instituição passarem por contratos, requer um trabalho ampliado. Também é pertinente destacar que algumas demandas vão surgindo, principalmente nos novos *campi*, como psicólogos, assistentes sociais, as quais de início não estavam previstas e foram surgindo a partir do início das suas atividades. Em face dessa realidade, o reitor coloca: “*uma das discussões com o MEC foi exatamente a liberação de técnico administrativo. Tem gente aprovado, mais nós não temos códigos de vagas nesse momento, temos alguns códigos, mas não de concurso feito, nós devemos realizar um concurso, abrir um edital*” (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014). Com relação ao quadro docente, a instituição conta com alguns professores substitutos, em virtude da qualificação profissional do quadro efetivo.

No que se refere à estrutura de laboratórios, tanto do *Campus* Central como dos *campi*, o reitor deixa claro que a UFERSA ainda vive esse momento de expansão I<sup>31</sup>, que os *campi* ainda se encontram em processo de conclusão do projeto previsto, conforme mencionamos

<sup>30</sup> Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) são: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.

<sup>31</sup> A UFERSA denomina a ampliação dos 3 *campi* como expansão I.

anteriormente. Com relação ao *Campus* Central, também não é diferente. A instituição encontra-se em processo de expansão de sua estrutura física, principalmente na parte de laboratórios, e também da estrutura da fazenda da UFERSA, como bem relata o reitor:

Está sendo construído um prédio com quatro pavimentos, estamos construindo ali de 7 mil m<sup>2</sup> três pavimentos só de laboratórios para as Engenharias, nós já tínhamos alguns laboratórios, mas acho que consolidamos agora com essa construção. Ao mesmo tempo estamos construindo um laboratório para o curso de Engenharia Florestal, que é à parte, não tinha, estamos construindo, já está em execução também um prédio específico para Ciência da Computação, com laboratório de informática, para não ficar espalhado, como tem dentro da instituição hoje. Todas essas obras têm previsão de meados de 2015 concluir. E um hospital veterinário de animais de grande porte, nós tínhamos uma ala, mas era voltada para pequenos animais. Tudo isso foi recurso que conseguimos em 2013, e deve estar concluindo um hospital, que é um laboratório para o curso de Medicina Veterinária. A fazenda experimental é fora, nós investimos lá numa implantação de um poço, nós tínhamos um poço profundo, mas a vazão estava pouca e, com essa ampliação dos cursos, Ecologia, Engenharia Agrícola, Ambiental, nós precisávamos, então, de investimentos, foi um valor R\$ 2.200,000,00 num poço novo para deixar o outro para irrigação. Nós investimos na fazenda, do ano passado para cá, na ordem de R\$ 2.800,000,00, para deixar uma estrutura especialmente para pesquisa, porque alguns cursos têm pesquisa, e também das pesquisas de graduação, agronomia, engenharia agrícola ambiental, ecologia, biotecnologia, estão todos trabalhando na fazenda, engenharia florestal, então estamos criando uma estrutura lá a fazenda para darmos melhores condições (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Diante das palavras do reitor Arimatea, entendemos que, além dos *campi*, que continuam recebendo investimento para a construção da estrutura física, no *Campus* Central também não se faz diferente, assim como na fazenda agrícola. Muitas obras estão em andamento, conforme observamos na Figura 11.



Figura 11: Reformas no *Campus* Central da UFERSA em Mossoró  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Na primeira fotografia, temos a construção de um novo bloco de salas de aula. Na segunda imagem à direita, a reforma de pavimentação do *campus*. Abaixo, na fotografia à esquerda, há a construção do laboratório do curso de Ciências da Computação e, na última fotografia, a construção de um bloco de 3 pavimentos para o laboratório das Engenharias.

Atualmente, o *Campus* da UFERSA em Mossoró oferece os seguintes cursos regulares de graduação:

UFERSA/MOSSORÓ
Administração
Agronomia
Biotecnologia
Ciências da Computação
Ciência e Tecnologia
Ciências Contábeis
Direito
Ecologia
Educação no Campo
Engenharia Agrícola e Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia Florestal
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Engenharia de Energia
Engenharia de Pesca
Engenharia de Petróleo
Engenharia de Produção
Medicina Veterinária
Zootecnia

Quadro 4: Oferta dos cursos regulares de graduação no *Campus* da UFERSA/Mossoró  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

É importante destacar que a UFERSA, quando ainda era ESAM, possuía um viés de cursos mais ligados ao setor da agricultura e pecuária, como os de Agronomia, Zootecnia e Medicina Veterinária. Após a fase de expansão I, passou a se destacar pela oferta de cursos mais ligados às Engenharias<sup>32</sup>.

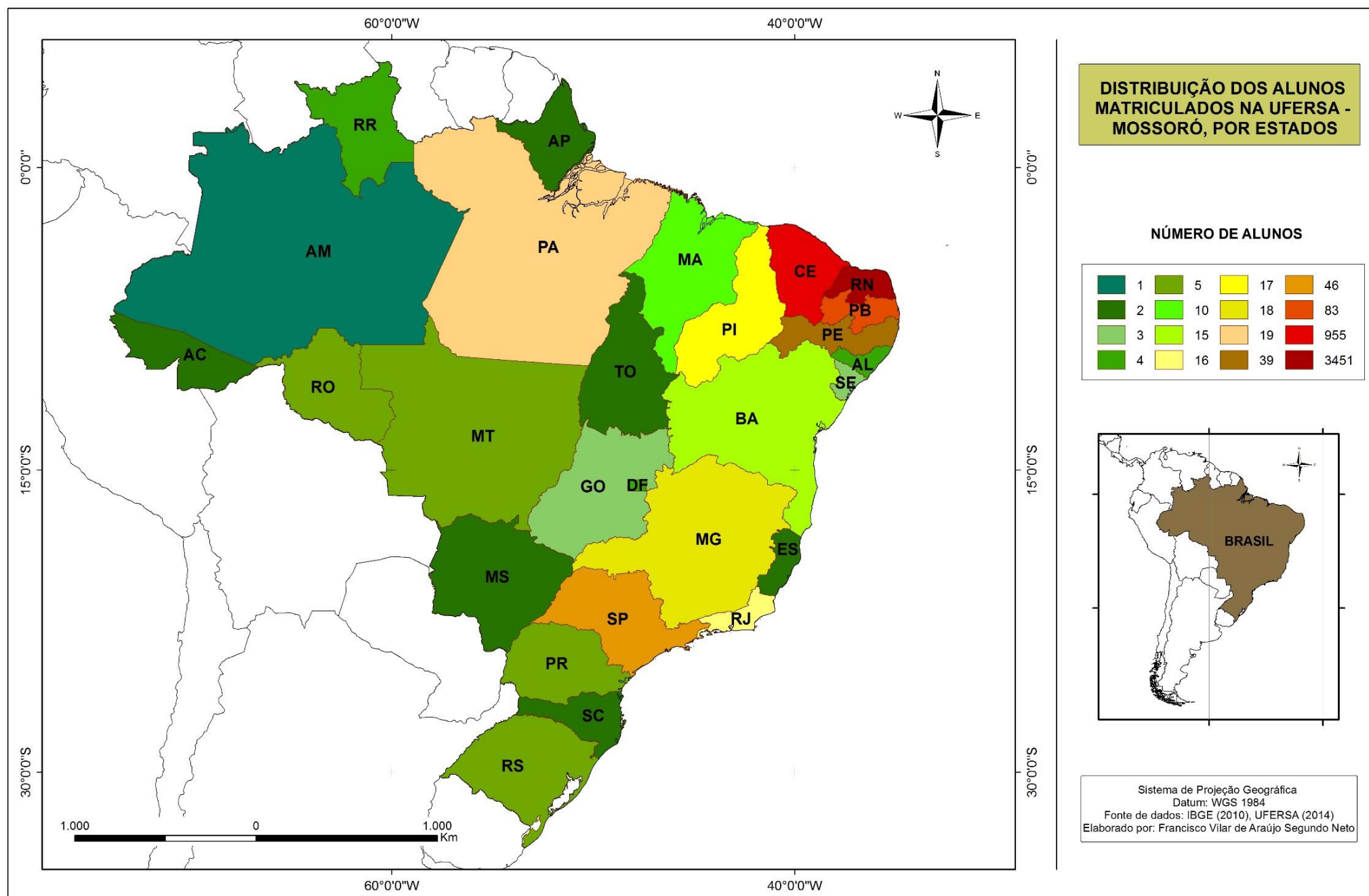
A partir do ano de 2012, assim como muitas Universidades Federais de todo Brasil, a UFERSA passou a adotar o SiSU como forma de ingresso. De acordo com os dados<sup>33</sup> coletados em nossa pesquisa de campo junto à Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) da UFERSA, podemos identificar a área de influência do *Campus* da UFERSA em Mossoró, conforme o total de alunos matriculados<sup>34</sup> no ano de 2014.

---

<sup>32</sup> Ao se graduar no curso de Ciência e Tecnologia (CeT), que possui duração de três anos, o aluno ingressa no segundo ciclo da formação, que corresponde às Engenharias. Nesse sentido, o curso de CeT serve como uma fase para que o aluno possa se identificar e assim escolher a engenharia com que tem maior afinidade, para, então, concluir o segundo ciclo, que possui duração de 2 anos.

<sup>33</sup> Destacamos que, de um total de 5244 alunos matriculados, 70 não apresentaram dados no sistema em relação à origem municipal.

<sup>34</sup> Os dados correspondem aos alunos matriculados nos cursos de graduação regular, não incluindo os da pós-graduação.



Mapa 10: Distribuição dos alunos matriculados da UFERSA de Mossoró, por estados  
Fonte: UFERSA (2014).

A partir da análise do mapa, percebemos que a área de influência do *Campus* da UFERSA em Mossoró estende-se por todo o território nacional, embora com o número de alunos oriundos de alguns estados seja reduzido. No entanto, entendemos que o sistema de ingresso do SiSU trouxe a oportunidade de alunos das mais diversas localidades do país virem a Mossoró em busca de um curso superior em uma Universidade Federal.

Embora o *campus* possua alunos matriculados oriundos de todos os estados brasileiros, o mapa demonstra que existe uma concentração maior de alunos dos estados do Ceará, da Paraíba, Pernambuco e do próprio Rio Grande do Norte. Acreditamos que esse fato se deve à forma de ingresso passada, que, até o ano de 2011, dava-se por meio de vestibular. Nesse sentido, alunos que residiam mais próximos a Mossoró deslocavam-se para fazer esse exame de seleção. Após o SiSU, no ano de 2012, que tem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de avaliação, esse deslocamento para o vestibular tornou-se desnecessário, uma vez que a prova podia ser realizada em uma cidade mais próxima. Os alunos que conseguem aprovação e são originários de uma cidade muito distante acabam se deslocando para o município de Mossoró. Nesse contexto, entendemos que o ingresso pelo SiSU, aliado ao novo foco de formação, na área de Engenharia, que atualmente vem apresentando uma maior procura, tem contribuído para que o *Campus* da UFERSA em Mossoró passe a atrair alunos de várias partes do país.

Ao avaliar o processo de expansão da UFERSA, o prof. Arimatea de Matos declara:

eu tenho um depoimento dessa expansão do que eu vi, do que eu presenciei no *Campus* de Pau dos Ferros, e você sabe, você é do interior de Pau dos Ferros [...]. Mas eu tenho um depoimento, que alguns que andam comigo dizem que já decoraram esse depoimento, na realidade, é o seguinte, eu estive em Pau dos Ferros na primeira turma, com aula ainda lá dentro do IFRN, e visitei ela numa sexta-feira e visitei o pessoal da tarde e o pessoal da noite, de lá ia para Portalegre, aproveitar e fazer uma visita ao *campus*, e o pessoal da noite tinha farda, uma camisa, não é farda, o pessoal faz isso rapidamente, porque vai ter aula todo dia, todo dia, então eles fazem uma farda, fica melhor até pela condição. E quando eu ia no caminho de Pau dos Ferros para Portalegre, você passa em algumas comunidades e eu passei numa primeira antes de Francisco Dantas, passei numa comunidade rural e vi uma dessas camisas estendidas numa cerca de arame farpado. Então aí você vê realmente a inclusão, onde era que um jovem de uma comunidade rural podia fazer o curso de engenharia a poucos quilômetros de sua casa numa universidade federal? Isso é inclusão (Prof. Arimatea de Matos, reitor da UFERSA, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Corroboramos a ideia defendida pelo reitor no sentido de que essa expansão contribui para o acesso, principalmente da população interiorana do estado, que não possuía condições

de se descolar aos grandes centros para realizar um curso superior em nível federal, tendo em vista que a maior parte das universidades federais concentrava-se principalmente nas capitais.

### 3.2.3 O IFRN em Mossoró

O *Campus* do IFRN em Mossoró foi implantado antes do recente processo de expansão dos *campi*, tendo como marco da sua inauguração a data 29/12/1994. Buscando compreender melhor como se deu a instalação desse *campus* na cidade, o que mudou com a expansão e a inserção na rede federal, bem como as perspectivas de crescimento, entrevistamos o diretor dessa unidade de ensino, o prof. Jailton Barbosa. Sobre o início das atividades do *campus*, o diretor declara:

Começamos como escola técnica e entrou em funcionamento em fevereiro de 1995. Com o curso de Eletromecânica, com duzentos alunos, cinco turmas de quarenta alunos, nessa instituição. Em 1996, por força da reivindicação da sociedade mossoroense, implantamos o curso de Edificações, que iniciou em 1997, também com duzentos alunos. Daí a escola foi caminhando e crescendo, em 2008, passamos a ser CEFET (Prof. Jailton Barbosa, Diretor do IFRN em Mossoró, em entrevista cedida em outubro de 2014).

O diretor da unidade relata, ainda, que a escolha do curso de Eletromecânica deve-se ao fato de haver possibilidades de mão de obra para o mercado de trabalho, principalmente para empresas ligadas à Petrobras, tendo em vista que a cidade de Mossoró é um grande produtor de petróleo e a empresa já atuava com muita intensidade nesse período. O curso de Edificações também tem relação com essa empresa, pois, diante do crescimento que proporcionou à cidade, um curso ligado à construção civil apresentou grande funcionalidade para Mossoró.

A respeito da mudança de CEFET para Instituto Federal, o prof. Jailton Barbosa conta:

Em Mossoró, houve investimentos para aumentar oferta de vagas da instituição, professores, estrutura física, técnicos, e criar novos cursos: integrado de: informática, mecânica, eletrotécnica, e os subsequentes: Petróleo e Gás e Saneamento. Também com a expansão nos deu a possibilidade de ofertar cursos de três superiores: licenciatura de matemática

e tecnologia gestão ambiental e Especialização em educação e contemporaneidade. E também cursos na modalidade EaD em: Segurança do Trabalho e Turismo, e Especialização em Matemática para ensino médio. Obviamente muitos desafios pela frente, mas trouxe esses benéficos de investimentos (Prof. Jailton Barbosa, Diretor do IFRN em Mossoró, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Nesse sentido, como o *campus* já existia enquanto estrutura física, os investimentos que foram destinados a Mossoró detiveram-se a ofertas de novos cursos e, conseqüentemente, a adequações para comportar a demanda de novos alunos, bem como a contratação de novos funcionários. Na Figura 12, apresentamos algumas fotos da atual infraestrutura do *campus*.



Figura 12: Imagens da atual estrutura no IFRN/Mossoró

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quando questionamos acerca dos critérios para a escolha dos novos cursos que foram implantados nesse período de expansão vivenciado pelo *campus*, o prof. Jailton Barbosa afirmou: “O processo de escolha no Campus de Mossoró é muito parecido, foi muito similar a escolha dos campi”. Porém, através de contato com Associações de Sindicatos, SEBRAE, Petrobras, Banco do Nordeste, entre outras instituições, bem como a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foram identificadas quais são as potencialidades e os pontos fracos na região. Baseado nesse estudo e na relação com o mercado de trabalho, foi identificada a demanda desses novos cursos.

Em relação a esse processo de escolha dos novos cursos, percebemos que existe uma preocupação em entender a demanda de mercado de trabalho, tendo em vista Mossoró ser uma cidade mais dinâmica quanto à oferta de emprego, já que conta com algumas indústrias e empresas de grande porte, sendo a principal delas a Petrobras. É notório que o eixo educacional do *Campus* de Mossoró segue essa linha industrial e de suporte a indústria e construção civil. No Quadro 5, elencamos os atuais cursos ofertados pela instituição.

<b>IFRN/MOSSORÓ</b>
Técnico integrado em Edificações
Técnico integrado em Eletrotécnica
Técnico integrado em Informática
Técnico integrado em Mecânica
Técnico integrado em Edificações (EJA)
Técnico subsequente em Edificações
Técnico subsequente em Eletrotécnica
Técnico subsequente em Mecânica
Técnico subsequente em Petróleo e Gás
Técnico subsequente em Saneamento
Técnico subsequente em Informática
Técnico subsequente em Segurança do Trabalho (EaD)
Técnico subsequente em Guia de Turismo (EaD)
Matemática (Superior)
Gestão Ambiental (Superior)

Quadro 5: Cursos ofertados pelo *Campus* do IFRN em Mossoró  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

No tocante à forma de ingresso nos cursos do IFRN, os subsequentes e superiores têm como método o SiSU, já os integrados possuem uma avaliação específica, que se divide em duas etapas: a primeira delas para alunos de escola privada e outra seleção para alunos de escola pública. Ambas as provas possuem perguntas objetivas e uma redação.

No que se refere à estrutura de laboratório, o diretor do *campus* informou-nos que, enquanto iam estudando a demanda, também era realizado um levantamento do que era necessário em termos de estrutura, tanto física quanto de equipamentos. Além disso, é importante destacar que os cursos não saíram do eixo. Nesse sentido, muitos laboratórios já existiam, sendo aprimorados com novos equipamentos. À medida que os cursos são aprovados e, conseqüentemente, começam a ter alunos matriculados, os recursos passam a existir, ou seja, se há alunos existem recursos para se investir no *campus*.

Quanto ao quadro de funcionários, a instituição conta com sessenta técnicos administrativos e 80 docentes, sendo alguns substitutos, pois há professores afastados para qualificação profissional. Segundo o diretor do *campus*, esse número é bastante reduzido para a demanda local, mas já está sendo estudada a possibilidade de se incrementar o quadro de servidores.

A frota disponível no *campus* compreende duas caminhonetes, um carro de passeio, um ônibus rodoviário interestadual, um micro-ônibus e uma Sprint, que comporta dezessete pessoas. O Professor ainda relata que esses transportes de maior porte são utilizados para uso dos alunos em visitas técnicas e viagens de campo, para tanto, eles recebem um auxílio financeiro no valor de R\$ 45 reais, sendo o Professor coordenador da viagem o responsável pelo orçamento.

Em relação ao uso de fardamento, a instituição tem como norma a sua obrigatoriedade. De acordo com o prof. Jailton, “o fardamento é obrigatório, e tem uma dimensão pedagógica, o foco da instituição é formar para o mercado de trabalho. Toda empresa usa farda, o aluno está sendo treinado”. São interessantes as palavras do Professor quando cita essa dimensão pedagógica e assume a finalidade da instituição, que é a de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho. Ora, todo esse processo de expansão dos IF está pautado no intuito de gerar mão de obra para atuar no mercado de trabalho, que requer cada vez mais qualificação.

Já propomos aumento da infraestrutura, temos apenas 60% da área construída e pretendemos avançar na área de energia, Eólica e Solar. Nossa ideia inicial é criar laboratórios, investir na capacitação dos professores, com foco é nas energias renováveis. Temos também um estudo de graduação Tecnológica em Automação em fase de elaboração do plano de curso, os professores já estão se qualificando na área, fazendo doutorado em automação. A nossa proposta é até 2018 oferecer o curso de graduação nessa área. Temos outra proposta de um mestrado, estamos trabalhando nessa perspectiva de um mestrado profissional, na linha de tecnologia, ciência e sociedade, provavelmente teremos em breve uma proposta. E temos a proposta dentro do nosso PDI de construção de uma segunda unidade para Mossoró, já temos uma proposta de área, que atende as proximidades do

bairro Santa Delmira e Abolição, por entendermos que a cidade de Mossoró tem uma dificuldade muito grande de mobilidade urbana, então um *campus* nessas proximidades atenderia à demanda naquela área da cidade. E também visando a diminuição da concorrência, gira em torno de 13 a 16 pra uma vaga. Realizamos um estudo, ainda não aprofundado, mas já realizamos pesquisa com alguns órgãos já mencionados e UFRSA. E apontamos pra os seguintes eixos: saúde; com cursos como cuidador de idosos, técnico em enfermagem, em saúde bucal etc. Já que a cidade já tem uma faculdade de medicina, e tem perspectiva de novos investimentos nessa área, com a chegada do curso de medicina também na UFRSA, então isso implica numa demanda de técnicos para se trabalhar na área da saúde. Outro eixo gestão e negócios, com cursos tais como: técnico em comércio, auxiliar administrativo, técnico em vendas etc., tendo em vista que Mossoró é um grande polo no setor de serviço, existe uma demanda de qualificação de mão de obra. A CLD trouxe um dado importante, onde mostra que nos anos 80 as empresas que se instalaram em Mossoró eram na área do petróleo, mas o foco agora são empresas ligadas ao setor de serviço. E o terceiro eixo de produção cultural. Pesquisa nos órgãos de imprensa, muitas peças teatrais são desenvolvidas na região e também em Mossoró e não existe um profissional capacitado para trabalhar com a produção cultural em si. E também na área de promoção de eventos. A TV Costa Branca também está se instalando na cidade, já contamos com a TV a cabo, que é a TCM, muitos eventos importantes são realizados na cidade etc. Essas propostas vão pra comunidade, em audiência pública e também vamos lutar para a classe política. Já existe inclusive um requerimento de construção do 2º *campi* a deputada (hoje senadora) Fátima Bezerra, o prefeito já sinalizou a doação de um terreno de 5 ha (Prof. Jailton Barbosa, Diretor do IFRN em Mossoró, em entrevista cedida em outubro de 2014).

Torna-se evidente que o *Campus* de Mossoró, embora com planejamento ainda em fase de andamento, possui a visão de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho que vem se firmando na cidade, já que está chegando um curso de Medicina na UFRSA e planeja-se a construção de um hospital universitário. Diante dos fatos que se apresentam, supomos a necessidade, em curto prazo, de profissionais qualificados para atuar nas áreas de nível técnico, tendo em vista que esse nível de ensino é o foco dessa instituição. Além disso, como é conhecida a importância do comércio e do setor de serviços na cidade, surge também a necessidade de profissionais qualificados no setor cultural, tendo em vista a recente instalação da TV Costa Branca, filiada à rede Globo, além da TCM<sup>35</sup> e dos jornais impressos que já atuam na cidade. Destaca-se também a importância que os eventos culturais promovidos na cidade têm ganhado. Em face dessa realidade, entendemos que a cidade de Mossoró requer, sem dúvidas, qualificação de mão de obra para atender à atual e à futura demanda que tende a se formar.

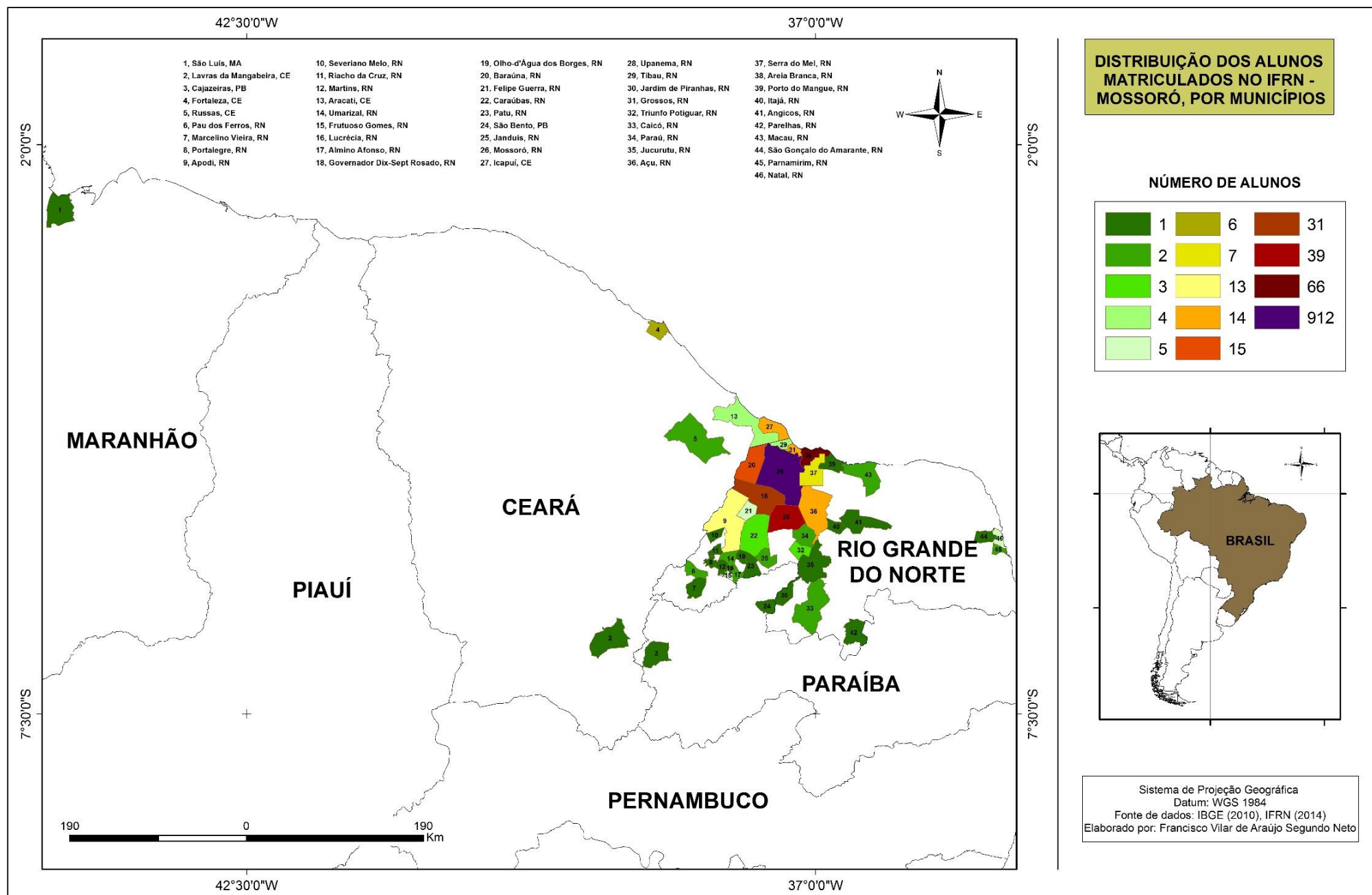
---

<sup>35</sup> Emissora de TV local.

Diante dos dados<sup>36</sup> coletados na nossa pesquisa de campo junto à Pró-reitoria de Ensino do IFRN, podemos diagnosticar, através da origem dos alunos matriculados no ano de 2014, a área de abrangência do *Campus* de Mossoró, conforme Mapa 11:

---

<sup>36</sup> O *campus* possui um total de 1197 alunos matriculados no ano de 2014.



Mapa 11: Distribuição de alunos matriculados no IFRN de Mossoró, por municípios.

Fonte: IFRN (2014).

De acordo com esse mapa, observamos que a área de influência do *Campus* do IFRN em Mossoró abrange 46 municípios, sendo que a maior parte dos alunos matriculados é oriunda do próprio estado do Rio Grande do Norte, no entanto, há alguns advindos de algumas cidades de estados vizinhos, como Ceará e Paraíba, bem como do Maranhão, estado mais distante. Inferimos que a área de abrangência da instituição restringe-se às cidades próximas a Mossoró e a outras regiões do próprio estado, devido à grande expansão vivenciada pelo IFRN nos últimos anos e ao processo de ingresso, que se dá por meio de uma prova local, para nível técnico integrado. Diante disso, é pertinente afirmar que a maior parte dos alunos matriculados do *Campus* do IFRN em Mossoró é oriunda de cidades das regiões Oeste Potiguar<sup>37</sup>.

A partir dos dados apresentados neste capítulo, embora a cidade de Mossoró já exerça uma grande influência, seja pela agroindústria, seja pela exploração do petróleo e do sal, seja pelo efervescente comércio, entendemos que a oferta do ensino público de nível técnico e superior tem contribuído para que o município se reafirme como importante centro polarizador na região. Essa influência tende a se consolidar de forma mais significativa a partir oferta de 100% das vagas da UERN pelo SiSU, sistema que atrai alunos de todas as regiões do país.

---

<sup>37</sup> A região Oeste é uma das mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte, abrangendo as microrregiões: Chapada do Apodi, Médio Oeste, Mossoró, Pau dos Ferros, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Assú.

## **4 O ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE PAU DOS FERROS**

Neste capítulo, priorizamos a análise sobre a expansão e a ampliação do ensino técnico e superior na cidade de Pau dos Ferros, localizada na região Oeste do estado do Rio Grande do Norte.

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS**

A cidade de Pau dos Ferros, conforme mostra o Mapa 8, também está localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte, na mesorregião Oeste e na microrregião de Pau dos Ferros. Esse município agrega um contingente populacional de 27.745 habitantes, mas desse total apenas 2.194 pessoas residem na área rural, enquanto 25.551 moram na área urbana (IBGE, 2010).

Segundo Felipe (2002), igualmente a muitas outras cidades do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros originou-se a partir dos trabalhos desenvolvidos com o gado. A origem de seu nome está ligada a essa época em que servia de pouso e descanso para o gado, antes da subida de serra de Portalegre, cidade serrana localizada nas proximidades. Nessa localidade, havia o hábito de repousar à sombra das frondosas oiticicas, que se erguiam à beira de uma pequena lagoa, e os vaqueiros gravavam no tronco de uma das árvores, com ferro em brasa, as marcas das respectivas fazendas, a fim de torná-las conhecidas. A árvore ficou conhecida como Pau dos Ferros, nome que se estendeu à fazenda e, posteriormente, à freguesia e ao município.

No contexto da região do Alto Oeste Potiguar, que compreende a junção de três microrregiões da mesorregião do Oeste Potiguar, quais sejam: Pau dos Ferros, Serra de São Miguel e Umarizal, a cidade de Pau dos Ferros/RN exerce uma polaridade regional. Segundo documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN (2007), essa polaridade ocorre porque,

[...] devido sua localização privilegiada, Pau dos Ferros se credencia como município estrategicamente potencializador do desenvolvimento regional. Exerce uma importância geoeconômica fundamental, no interior do Rio Grande do Norte, [...] cujas atividades socioeconômicas e culturais são favorecidas por uma corrente e concentração de fluxo de população,

mercadorias e dinheiro, bem como de serviços e bens culturais; situando-se no eixo de convergência de mais de 40 municípios do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Do ponto de vista mais geral da economia norte-rio-grandense, Pau dos Ferros, que tem sua economia concentrada basicamente nas atividades comerciais e de serviços de apoio urbano, se constitui em um município polo, caracterizando-se como um centro regional (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN, 2007, p. 13-14).

Pau dos Ferros não dispõe de atividades industriais nem apresenta uma efervescente produção agropastoril, despontando na região principalmente por atividades ligadas ao terceiro setor da economia.

De acordo com Lima e Bezerra (2009), em virtude de a região Alto Oeste Potiguar ser considerada economicamente frágil, a maioria das cidades teve sua formação ligada à atividade agropecuária, tornando-se fornecedoras de produtos primários tanto para o mercado local quanto para a região, por meio das feiras livres. Ainda segundo os autores, grande parte dessas cidades sobrevive do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Os empregos formais gerados nessas cidades se restringem basicamente ao funcionalismo público, estadual e municipal. Essa realidade faz com que a maioria da população trabalhe na informalidade, visando atender as suas necessidades mais básicas. Outra fonte de renda para boa parte da população diz respeito às pensões e às aposentadorias da Previdência Social, bem como aos programas sociais, como o Bolsa Família.

A cidade de Pau dos Ferros/RN tem se destacado na oferta de alguns serviços que não são disponibilizados nas cidades vizinhas e, por essa razão,

Pau dos Ferros tem despontado como centro de serviços, com oferta de educação de nível superior e serviços de saúde tanto no âmbito público como privado; a oferta desses serviços foi ampliada no período recente e tem atraído pessoas de outros municípios e da área rural em busca de emprego urbano. A mobilidade pendular de pessoas, seja para trabalho ou para estudo tem sido facilitada pelo fato de Pau dos Ferros estar localizada num entroncamento rodoviário e numa região fronteira entre estados, conforme apontamos anteriormente. A diversidade do comércio é outro determinante para que Pau dos Ferros se mantenha como polo regional e amplie sua região de influência. Essa característica de centro de serviços e de comércio tem acentuado o papel de intermediação assumido por Pau dos Ferros e contribuído para o desenvolvimento da sua região que se expande para os estados da Paraíba e do Ceará (DANTAS, 2014, p. 193).

Essa oferta de serviços tem sido um fator determinante para o grande fluxo de pessoas oriundas das cidades vizinhas, que carecem desses serviços, o que movimenta a cidade diariamente. Em face dessa realidade,

[...] a cidade de Pau dos Ferros constitui-se como uma exceção na região por apresentar uma considerável dinâmica socioeconômica e exercer um conjunto de funções centrais e um papel importante na região do Alto Oeste Potiguar. Mesmo considerada uma cidade pequena em relação aos principais centros urbanos do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros vem desempenhando um papel de centro de influência para pequenas cidades localizadas ao seu redor, muitas localizadas em região de fronteira com os estados da Paraíba e Ceará (LIMA; BEZERRA, 2009, p. 5).

Dessa forma, como citado anteriormente, Pau dos Ferros/RN cresce, sobretudo, pela oferta de alguns serviços que não são encontrados nas demais cidades da região, desenvolvendo-se “a partir da pobreza da região, uma vez que a cidade concentra controle econômico e político sobre sua hinterlândia e exerce influência significativa no nível espacial e funcional da região” (BEZERRA, 2013, p. 114). Além disso, o município aparece no estudo realizado pelo IBGE em 2007, denominado “Regiões de Influências das Cidades” (REGIC), inserindo-se como Centro Sub-regional A, conforme a Figura 9.

Entendemos que a questão da localização geográfica de Pau dos Ferros, próxima a várias outras pequenas cidades na chamada tromba do elefante<sup>38</sup> e a cidades de estados vizinhos, como Ceará e Paraíba, e da oferta de serviços, inexistente nos demais municípios, tem sido determinante para que a cidade ganhe essa importância como Centro Sub-regional, de acordo com REGIC 2007.

Tomando como base os dados de relacionamentos do REGIC (IBGE, 2008), os dados de origem residencial dos alunos matriculados nos cursos de graduação do *Campus* Universitário da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em Pau dos Ferros (2010-2012) e os municípios localizados num raio de 100 km formado a partir da sede do município de Pau dos Ferros, Dantas (2014) desenvolveu em sua tese um quadro com os municípios que mantêm influência com a cidade de Pau dos Ferros.

---

<sup>38</sup> A região Oeste do estado é chamada de trompa do elefante devido ao mapa do estado ter formato parecido com esse animal.

1. Água Nova-RN	16. José da Penha-RN	31. São Francisco do Oeste-RN
2. Alexandria-RN	17. Lucrécia-RN	32. São Miguel-RN
3. Almino Afonso-RN	18. Luís Gomes-RN	33. Serrinha dos Pintos-RN
4. Antônio Martins-RN	19. Major Sales-RN	34. Severiano Melo-RN
5. Apodi-RN	20. Marcelino Vieira-RN	35. Taboleiro Grande-RN
6. Caraúbas-RN	21. Martins-RN	36. Tenente Ananias-RN
7. Coronel João Pessoa-RN	22. Paraná-RN	37. Umarizal-RN
8. Doutor Severiano-RN	23. Patú-RN	38. Venha-Ver-RN
9. Encanto-RN	24. Pilões-RN	39. Viçosa-RN
10. Felipe Guerra-RN	25. Portalegre-RN	40. Bom Sucesso-PB
11. Francisco Dantas-RN	26. Rafael Fernandes-RN	41. São José do Brejo do Cruz-PB
12. Frutuoso Gomes-RN	27. Rafael Godeiro-RN	42. Ererê-CE
13. Itaú-RN	28. Riacho da Cruz-RN	43. Iracema-CE
14. Jardim de Piranhas-RN	29. Riacho de Santana-RN	44. Pereiro-CE
15. João Dias-RN	30. Rodolfo Fernandes-RN	45. Potiretama-CE

Quadro 6: Municípios que mantêm relação com Pau dos Ferros  
Fonte: Dantas (2014).

Embora tenha se levado em conta alguns critérios, torna-se evidente a grande área de influência de Pau dos Ferros, que, mesmo sendo uma cidade pequena em termos populacionais, exerce uma influência regional que extrapola os limites do estado. Nesse contexto, corroboramos a ideia de que “Pau dos ferros progride sobre a lógica da reprodução do capital (terciário)” (BEZERRA, 2013, p. 115). Nessa ótica, entendemos que Pau dos Ferros é considerada uma cidade de porte médio, no contexto regional, tendo em vista que exerce essa centralidade por dispor da oferta de alguns serviços que atraem a população circunvizinha. Frente a essa importância, Pau dos Ferros passou a sediar três das quatro instituições públicas de ensino técnico e superior do estado. Trataremos mais detalhadamente sobre a presença desses instrumentos de ensino nas próximas seções.

#### 4.1.1 A UERN em Pau dos Ferros

No tocante à formação em nível superior, o município de Pau dos Ferros teve a sua primeira unidade no ano de 1976, com a chegada do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, oriundo da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, a qual, mais tarde, tornou-se a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do processo de estadualização que ocorreu em 1987.

A implantação do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros/RN, segundo Maia (1990), fez referência ao processo de interiorização das universidades, vivido num contexto nacional, no qual o Ministério da Educação autorizava a extensão de cursos, de plena responsabilidade da universidade, desde que comunicasse a resolução aos órgãos competentes. Nesse sentido, a Universidade Regional do Rio Grande do Norte tinha como objetivo a interiorização, motivada principalmente pelo viés de desenvolvimento econômico, sendo a educação um fator fundamental.

É importante salientar que, para a implantação do *Campus* da UERN, como afirma Maia (1990), foi exercida uma pressão popular sobre o então prefeito de Pau dos Ferros/RN, o Sr. José Fernandes de Melo, que solicitou ao prefeito de Mossoró/RN a criação do *campus* em Pau dos Ferros/RN. Para esse objetivo ser alcançado, a cidade recebeu um grupo de trabalho que tinha como objetivo avaliar as condições da cidade para a implementação do *campus*. Como resultado dessa visita, foi elaborado um relatório que apresentava a cidade como um polo de desenvolvimento, sendo a vinda da universidade um agente responsável por dinamizar e desenvolver a região.

Em virtude dessa pressão popular e também política, em dezembro de 1976, foi oficialmente instalado o *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, realizando-se, na oportunidade, uma cerimônia na praça cívica da cidade. O *campus* passou a oferecer, a partir no ano seguinte, três cursos de nível superior, a saber: Letras, Economia e Pedagogia. No entanto, iniciou suas atividades sem sede própria e enfrentou muitas dificuldades nesse início, conforme relata Maia (1990, p. 68):

O campus funcionou nas instalações da Escola “31 de Março”<sup>39</sup>, cedidas pela SEC (Secretaria de Educação e Cultura). No entanto, com a expansão do ensino corrida a nível de 2º grau, as instalações da Escola de 2º grau tornaram-se insuficientes para atender as duas instituições simultaneamente. Começa para o Campus Avançado de Pau dos Ferros uma verdadeira “via Crucis”, quando ele começa a funcionar em várias escolas ao mesmo tempo, para que não venha fechar. [...] Em 1980, o Campus Avançado de Pau dos Ferros, executando-se a parte administrativa, estava funcionando na Escola Estadual “Tarcísio Maia”, na Escola Estadual “Joaquim Correia” e no “Círculo Operário”. A dispersão e a precariedade atingiram um ponto tão crítico que, em 1981/1982, a parte administrativa do Campus Avançado de Pau dos Ferros estava funcionando numa garagem e suas aulas eram ministradas nas escolas já citadas.

---

<sup>39</sup> A Escola 31 de Março atualmente recebe o nome de Escola Estadual Doutor José Fernandes de Melo.

Mesmo que o grupo de trabalho houvesse realizado um estudo na cidade para avaliar as condições para receber o *campus* e que a cidade tenha sido considerada região-programa pela SUDENE, percebe-se que não houve um planejamento para a chegada de uma instituição de nível superior, uma vez que funcionava em local improvisado.

Ainda segundo Maia (1990), o problema de infraestrutura do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros foi exposto pelo então reitor da instituição, Pe. Sátiro Cavalcante Dantas, que reuniu os prefeitos do Alto Oeste e explicou a situação de crise financeira que a instituição vivenciava. Nesse sentido, houve a ajuda dos municípios de Pau dos Ferros, bem como de algumas cidades vizinhas, no intuito de sanar a problemática de infraestrutura do *campus*. No segundo semestre de 1983, foi inaugurada a sede própria do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros (hoje nomeado de *Campus* Avançado “Professora Maria Eliza de Albuquerque Maia” – CAMEAM).

Na busca de entendermos como se encontra atualmente o *Campus* da UERN em Pau dos Ferros, realizamos entrevista com o atual diretor dessa unidade, o prof. Gilton Sampaio.

Até o ano de 2003, o CAMEAM continuava a ofertar vagas somente para os três cursos, desde a sua fundação. A partir desse ano, passou a viver um novo momento, tendo como pauta a criação de novos cursos de graduação, como bem coloca o diretor Gilton Sampaio:

A expansão dos cursos da UERN que teve início em 2003 com a graduação, [...] o *Campus* vivia um momento de desejo de mudança, de mudança política. Assume então a direção do *campus* naquela época a professora Maura Cavalcante e a professora Vanja Lopes, com o apoio de um grande grupo de professores, alunos e técnicos administrativos, liderados por elas, que queriam mudança, e uma das questões que estavam na pauta da mudança era a implantação de novos cursos [...]. Maura toma posse em agosto e logo em agosto e início de setembro começa uma luta envolvendo a comunidade local, classes políticas, diversos segmentos da sociedade, civil e organizada, representações também dos poderes militares, religiosas de diversas igrejas. [...] Naquele momento, a Universidade, o *Campus* Central, não dava apoio à proposta, disse logo não ia impedir, não ia proibir, a gente colocasse, que a gente conseguisse dinheiro, conseguisse proposta, conseguisse tudo. Isso foi colocado em pauta, liderada por Maura numa grande reunião de colegiado e reuniões com o público, houve vários momentos, reuniões setoriais. E resolveu fazer um fórum, fórum de discussão para implantação dos novos cursos de graduação. Esse fórum tinha representantes aqui do *Campus*, dos três departamentos já existentes, eu fui o representante do departamento de Letras, e de outros departamentos enviados da sociedade civil organizada, como CDL, DNOCS, Secretarias de Educação e Saúde, EMATER, DIREC, Sindicatos, eram 20 e tantas instituições aqui representadas. E eles me

escolhem para coordenar esse fórum (Prof. Gilton Sampaio, Diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Toda a organização pela criação dos novos cursos partiu de uma luta interna do CAMEAM, que, desde a sua inauguração, oferecia apenas três cursos de graduação. A criação do fórum tinha como objetivo mobilizar a classe acadêmica, a sociedade civil e, principalmente, a classe política, no sentido de conseguir apoio para a criação dos novos cursos. Também é importante salientar que nesse período o país vivenciava um período de mudança de governo, havendo uma abertura para expansão na oferta de vagas para a educação superior. Embora o CAMEAM seja um *campus* financiado pelo Governo do Estado, essa nova conjuntura nacional, pautada na expansão do ensino superior, se propagou também em escala estadual.

Com relação ao processo de escolha dos novos cursos, ocorreu a partir da necessidade da região. Para tanto, foi realizada uma pesquisa pelos alunos da disciplina Pesquisa Educacional, do curso de Pedagogia/CAMEAM, que teve como objetivo identificar as principais demandas por novos cursos de graduação para o *campus*. O professor Gilton relata as etapas desse processo:

A gente fez uma pesquisa, uma enquete e junto com a demanda [...]. Nessa enquete que a gente fez, era uma pesquisa coordenada por mim com a participação de Maura e a professora Clécida de Pedagogia, hoje ela é da UFERSA. Nessa enquete foram citados 35 cursos [...]. Quando a gente trouxe esse relatório da pesquisa, que eu apresentei para o fórum, o fórum decidiu que íamos trabalhar com os 10 primeiros cursos e iríamos escolher 4, mas esses 4 não teriam que ser na ordem. Esses 4 seriam levados em consideração: a condição técnica de oferta; empregabilidade; carência da região muito grande; possibilidade de crescimento desse curso e que somente não fosse Pau dos Ferros, mas fosse na região [...]. Aí foram escolhidos para sintetizar, com muitas discussões técnicas e também de demanda, os cursos de: Administração, vinculado às ciências econômicas, ao comércio; o curso de Enfermagem, focado mais na saúde, nas unidades básicas de saúde; o curso de Educação Física, que contribuía para a licenciatura, mais focado no esporte na educação física, mesmo numa grande área; e o curso de Geografia para as áreas de ciências humanas, que eram cursos sociais [...]. Fomos ao governo do estado, na época que fomos, era gente do fórum, era Maura diretora, eram lideranças políticas da região, conseguimos as lideranças de todos os municípios. [...] Em síntese, fizemos essa articulação, fomos ao CONSEPE, ao conselho, o colegiado do *Campus*, às instâncias internas acadêmicas, às instâncias externas, os órgãos técnicos, mídia e aí a gente foi mapeando o que era importante, íamos às comunidades, às rádios discutir, audiências públicas na câmara municipal, na Assembleia Legislativa do Estado, enfim, conseguimos aprovar os 4 cursos em dezembro de 2003 ainda e já estavam sendo criados oficialmente, não

implantados, mas criados com orçamento pra 2004 e em outubro de 2004 esses cursos já estavam aí em funcionamento (Prof. Gilton Sampaio, Diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Dessa forma, entendemos que para a escolha dos novos cursos do CAMEAM houve uma consulta pública através da realização da pesquisa citada, coordenada pelo prof. Gilton Sampaio, com o intuito de conhecer a demanda e o desejo em relação aos cursos por parte da região. Após esse levantamento, a participação da classe política tornou-se fundamental para que esses novos cursos fossem criados, tendo em vista que a UERN não possui dependência financeira e o repasse de investimentos deve ser aprovado pela câmara estadual.

Com relação à infraestrutura para o início das atividades dos novos cursos, como até então o *campus* só oferecia três cursos, todos no período noturno, toda a infraestrutura estava ociosa no período diurno, nesse sentido, os quatro novos cursos passaram a ser ofertados nesse turno. Além disso, de acordo com o diretor Gilton Sampaio, com o apoio recebido pelos deputados estaduais, foi possível conseguir emenda de bancada, para o início das obras de infraestrutura adequadas para os novos cursos, no que se refere a laboratórios, salas administrativas, entre outros espaços.

Com base nesse contexto, entendemos que o papel político, mais uma vez, mostra-se importante, em relação ao ensino superior em Pau dos Ferros, tendo em vista que o fórum busca apoio dos parlamentares estaduais, para que possam unir forças políticas, bem como alocar recursos para o crescimento da instituição na cidade. No entanto, mesmo com a garantia do recurso no orçamento do estado, houve muitos atrasos no repasse, bem como dificuldades no que se refere à aquisição de equipamentos dos laboratórios e à contratação de servidores.

Posteriormente a essa luta por novos cursos, foram criados mais dois no período diurno, a saber: Letras Espanhol e Letras Português. No entanto, para a sua criação, houve apenas uma discussão interna do próprio departamento, que já oferecia os cursos de Letras Português e Letras Inglês no período noturno. Nesse sentido, a proposta era ampliar o período diurno, criando o curso de Espanhol. No Quadro 7, verifica-se a oferta dos cursos regulares de graduação que o CAMEAM/UERN passou a oferecer desde a sua fundação até a criação dos novos cursos, em 2003.

<b>CURSOS – CAMEAM/UERN</b>
Administração
Ciências Econômicas
Educação Física
Enfermagem
Geografia
Letras – habilitação Língua Portuguesa
Letras – habilitação Língua Inglesa
Letras – habilitação Língua Espanhola
Pedagogia

Quadro 7: Oferta dos cursos regulares de graduação no CAMEAM/UERN  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Em face desses desafios quanto ao crescimento do CAMEAM, o prof. Gilton Sampaio assumiu a direção do *campus* e passou a articular essa expansão da estrutura física, com a construção de um novo bloco de salas de aula, dando continuidade à expansão de cursos de graduação e de pós-graduação<sup>40</sup>. Abaixo, temos a Figura 13, que demonstra um pouco da estrutura atual no CAMEAM.

<sup>40</sup> A criação de novos cursos no CAMEAM se deu através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), em parceria com os municípios da região. Atualmente, o PARFOR do CAMEAM oferece 10 cursos de licenciaturas, quais sejam: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Geografia, História, Espanhol, Inglês, Música, Matemática e Pedagogia. Além da expansão dos cursos do PARFOR, o *campus* tem crescido também na oferta da pós-graduação. Atualmente, conta com um mestrado profissional em Letras; um mestrado acadêmico em Letras; um mestrado acadêmico na área de Ensino; e um doutorado em Letras. É importante salientar que se encontra em fase de apreciação pela CAPES mais uma proposta de mestrado na área de Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, uma parceria com os cursos de Economia e Geografia.



Figura 13: Imagens da estrutura atual do CAMEAM/UERN  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A primeira imagem mostra a estrutura inicial do *campus*, onde ainda hoje funcionam as salas de aula. Na segunda imagem, temos a atual biblioteca. Na terceira, o bloco vertical onde ficam as salas de aula de graduação e da pós-graduação. Por fim, na última imagem, há a construção da nova sede da biblioteca do *campus*.

No que se refere ao quadro de servidores, o prof. Gilton Sampaio relata que, nesse aspecto, o CAMEAM é bem positivo. Muitos professores encontram-se em processo de qualificação profissional e, devido a isso, são realizadas seleções para que professores substitutos possam ocupar a vaga no período de afastamento. Em relação aos novos cursos, foram aprovados com uma cota de professores, pois, à medida que os cursos foram apresentando sua necessidade, o número de professores e técnicos foi aumentando.

Com relação à frota de transportes, o prof. Gilton Sampaio afirma que é um dos grandes problemas enfrentados pela instituição, tendo em vista que o CAMEAM oferece 9 cursos de graduação, mais 10 cursos de graduação pelo PARFOR, além dos programas de pós-graduação e dos vários grupos de pesquisa. O *campus* possui apenas 4 transportes, sendo dois carros de passeio e dois carros tipo Van, que comporta 17 pessoas. É importante destacar

que o CAMEAM também atende aos cursos de Economia e de Letras, no núcleo da UERN<sup>41</sup> de Umarizal. Para atender a essa demanda, os professores se deslocam diariamente, utilizando os transportes do CAMEAM, no período noturno, para ministrar aula.

A instituição UERN como um todo enfrenta grandes problemas em relação ao seu orçamento, pois não possui autonomia financeira. Embora seja uma instituição descentralizada, possuindo muitos *campus* e núcleos por todo o estado, o *Campus* Central coordena toda a liberação dos recursos repassados pelo estado. Diante disso, o CAMEAM tem buscado outras alternativas para investimentos financeiros, tendo em vista que

O estado do Rio Grande do Norte, ele tem deixado a universidade estadual relegada muitas vezes à própria sorte, a gente fica aqui nesse *campus* todo dia olhando órgãos de fomento, procurando editais para concorrer a recursos, CNPq, CAPES, FAPERN, Banco do Brasil e dentro da CAPES, por exemplo, a gente tem projetos aprovados em todos aqueles programas internos lá, do PRODOCÊNCIA, PROEDUC, digamos outro PROCAD, aí você poderia elencar uns 10 programas da CAPES que a gente tem financiamento. Basicamente a gente vive de pires na mão, se puser uma metáfora sertaneja, na universidade estadual, a gente vive mendigando, pedindo apoio [...] basicamente a gente sobrevive de catar projetos em eventos. Aqui no *campus* luzes são trocadas por a gente, o cafezinho é comprado por a gente [...]. O bloco feito em 2004, 2005 tá lá, nunca mais recebeu sequer uma pintura, porque não tem recursos para isso (Prof. Gilton Sampaio, Diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

A UERN apresenta grandes dificuldades financeiras e, como relata o prof. Gilton, os demais órgãos de fomento a pesquisa, projetos e eventos têm ajudado não só no desenvolvimento da pesquisa e extensão, mas também na manutenção da instituição. Além de problemas ligados à infraestrutura, a UERN também enfrenta desafio com relação a reajustes salariais dos servidores – motivo pelo qual a instituição constantemente enfrenta longas greves, prejudicando assim o calendário letivo.

Essas dificuldades são vivenciadas não somente pela UERN, mas também por várias outras universidades estaduais, a exemplo da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Segundo a professora Egeslaine de Nez<sup>42</sup>, a referida instituição enfrenta sérios

<sup>41</sup> O CAMEAM também atendia à necessidade do núcleo de Caraúbas, dando suporte ao curso de Geografia. No entanto, devido a constantes assaltos, durante o percurso da viagem, esse suporte foi suprido somente pelos professores do *Campus* de Mossoró.

<sup>42</sup> A realidade da UNEMAT foi relatada pela referida professora em mesa-redonda, intitulada Políticas e qualidade do ensino na Educação Superior, realizada na V Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas – I Colóquio das Licenciaturas que Integram o PIBID/UERN, realizado no período de 15 a 17/10/2014, no CAMEAM/UERN.

problemas estruturais, apresentando uma ampla distribuição pelo estado, conhecida como os multicampi. Além disso, possui os núcleos, que são atendidos pelos professores dos *campi*: “atualmente, a universidade está presente em 119 dos 141 municípios mato-grossenses, com treze *campi*, dez núcleos pedagógicos e seis polos de ensino a distância” (NEZ, 2014, p. 21). Esse processo de expansão da UNEMAT é semelhante ao da UERN, no entanto, as dificuldades são ainda maiores, devido à grande extensão territorial do estado, além de problemas de estrutura física, dificuldade de comunicação via internet, entre outros que se assemelham à realidade vivenciada pela UERN.

O CAMEAM apresentou propostas<sup>43</sup> de continuar crescendo na oferta de novos cursos de graduação:

[...] na área de graduação, nós começamos um movimento por novos cursos e abortamos esse movimento, eram mais 4 cursos, Música, Direito, Serviço Social e História ou Contabilidade. E aí entrou a história do estado em crise, aprofundou nossa crise, sem ter dinheiro para manter os novos cursos e implantação, a gente resolveu parar um pouco a graduação regular e focar na infraestrutura e na pós-graduação, que a pós-graduação qualifica melhor os professores e alunos da graduação, dá um horizonte a eles e é uma área que basicamente não tem aqui no município, no interior do semiárido (Prof. Gilton Sampaio, Diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Diante da crise instaurada no estado e, conseqüentemente, na UERN, a proposta de criação de novos cursos perdeu forças, no entanto, como citado anteriormente, os cursos do PARFOR foram criados, em parceria com as prefeituras, e também o *campus* avançou na oferta da pós-graduação. Em relação aos projetos de expansão do *campus*, o professor Gilton coloca:

[...] junto à FINEP, a financiadora nacional de projetos, estamos construindo uma nova sede da biblioteca, você já pode ver, fazer fotos, se quiser, da construção. Ela já, foi 1 milhão e pouco para atender qualitativamente melhor esses novos cursos de graduação e de pós. [...] a gente mandou o quarto mestrado, que é acadêmico também, que é o Planejamento e Dinâmicas Territoriais, vinculado à Economia. E já estamos discutindo nos bastidores o quinto e o sexto mestrado, que é um na área de ensino e saúde, educação e saúde, vamos supor, e outro na área de Geografia pura, o departamento de Geografia, todos os professores ou são doutores ou doutorandos, tem um quadro de doutores bons e deve ter na UERN, aqui no entorno de 10 a 15 doutores que a gente pode, não só aqui de Pau dos Ferros, mas também envolvendo Assú, Mossoró, Caicó, pode tá pensando em fazer uma proposta de mestrado, talvez já em 2015, se não em 2016. Então a

<sup>43</sup> Foram realizadas audiências públicas na Câmara Municipal, na intenção de se formar um novo fórum de expansão de cursos do CAMEAM, semelhante ao que foi criado anteriormente.

expansão da pós está sendo mais forte, mas o foco, isso nós não esquecemos, da graduação e nem podemos porque, embora em Pau dos Ferros tenha chegado o IFRN, o foco do IFRN é escola, formação básica, da educação básica, sobretudo técnica e integral, ensino médio integral e outro que o profissionalizante, eles têm uma licenciatura em Química. A UFRSA tá chegando, mas como a gente tem ido a algumas reuniões entre os três diretores, ela não tem a amplitude da UERN no sentido das licenciaturas, o foco dela vai pra as engenharias (Prof. Gilton Sampaio, Diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

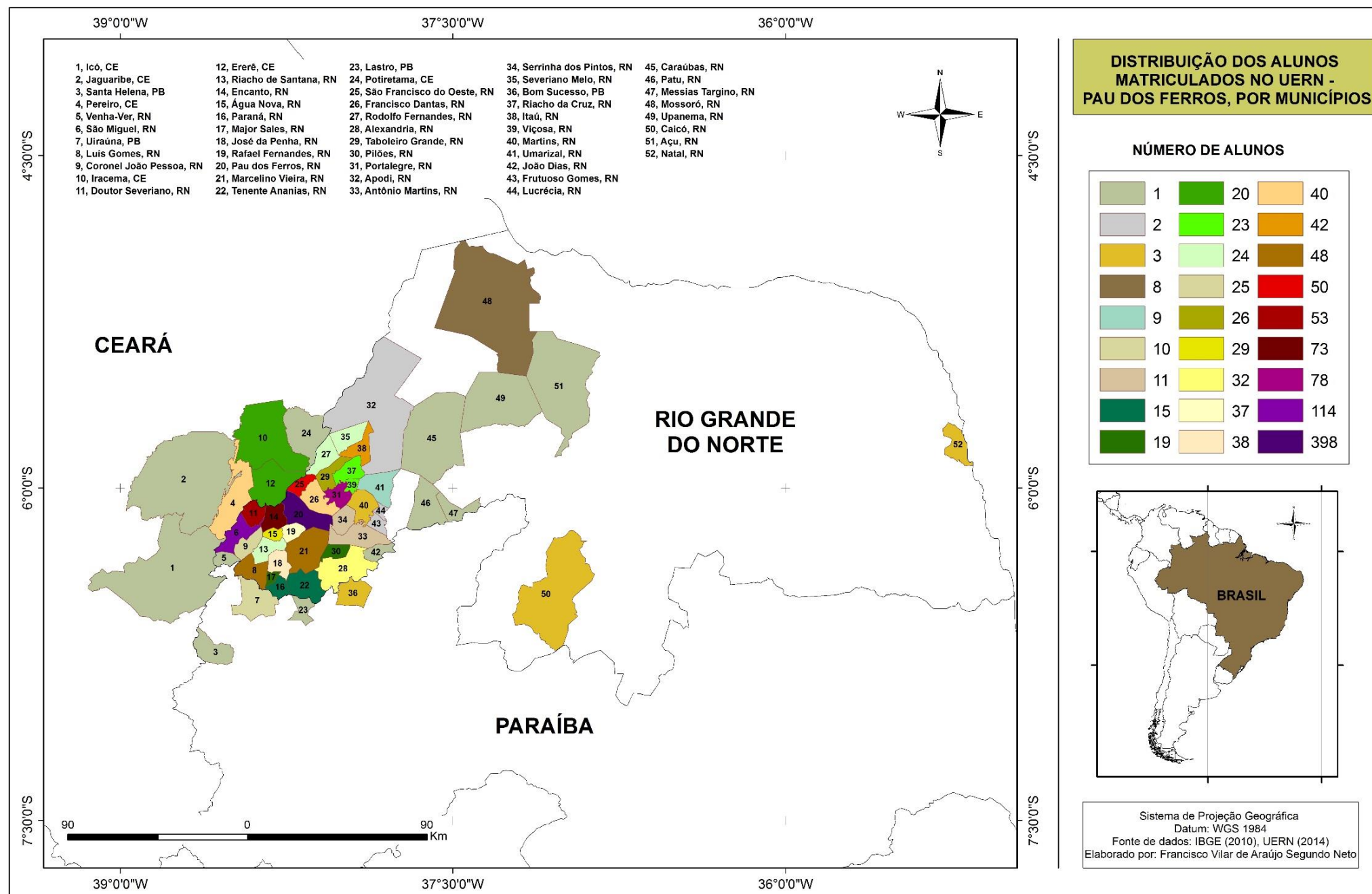
Com base na entrevista, entendemos que o foco atual de expansão do CAMEAM tem sido a pós-graduação, principalmente a *stricto sensu*. No entanto, é importante que se tenha o foco também na graduação, principalmente nas licenciaturas, que é tradição da UERN, e nas demais áreas de saúde e ciências humanas, tendo em vista que a cidade de Pau dos Ferros polariza uma grande região e carece da oferta desses cursos, já que, como o prof. Gilton bem colocou, a UFRSA encontra-se centrada nas áreas de Tecnologia e Engenharias, enquanto o IFRN está voltado para a formação técnica.

A atuação regional do CAMEAM/UERN pode ser mais bem entendida quando analisada a origem municipal dos alunos matriculados na UERN. No Mapa 12<sup>44</sup>, há a representação das matrículas do ano de 2014<sup>45</sup>:

---

<sup>44</sup> Os dados usados para a elaboração do mapa se referem a alunos matriculados na graduação regular (Quadro 3), não sendo inclusos os alunos do PARFOR e da pós-graduação.

<sup>45</sup> Destacamos que, de um total de 1496 alunos matriculados, 14 alunos não apresentam dados no sistema em relação à origem municipal.



Mapa 12: Distribuição de alunos matriculados na UERN Pau dos Ferros, por municípios  
Fonte: UERN (2014).

De acordo com o mapa, percebemos que alunos matriculados são oriundos de 52 cidades, sendo que Pau dos Ferros possui o maior número de alunos matriculados. Tal dado pode ser justificado pelo fato de ser a cidade com maior número de habitantes da região, além de sediar o *campus*. Podemos também verificar que a área de abrangência do CAMEAM/UERN abarca praticamente todas as cidades do Alto Oeste Potiguar, bem como outras localidades do estado, fora da região polarizadora. Ainda, é notório que a influência do *campus* extrapola os limites territoriais do estado, abarcando cidades dos estados vizinhos, como Ceará e Paraíba<sup>46</sup>.

Nesse sentido, fica demonstrada a centralidade que o CAMEAM/UERN tem no âmbito da oferta de educação superior, contribuindo para a formação superior de alunos de várias cidades do estado e até fora dele<sup>47</sup>.

#### 4.1.2 A UFRSA em Pau dos Ferros

Na perspectiva de entendermos a estrutura atual do *Campus* da UFRSA em Pau dos Ferros, tendo em vista que já discutimos anteriormente o processo de implantação, realizamos uma entrevista com o diretor da instituição, o prof. Alexsandro Pereira Lima. Assim como aconteceu com os demais *campi* da UFRSA, com o de Pau dos Ferros não foi diferente, uma vez que as aulas também tiveram início sem o término da construção da estrutura física da UFRSA, enfrentando algumas dificuldades, como relata o prof. Alexsandro Lima:

O curso começou sem ter a sede própria, nós começamos aqui em 2012 no IFRN [...] a instituição fez um acordo com o IF para ceder um espaço pra gente. O IF estava com uma demanda de servidores terceirizados, e aí a gente em contrapartida tinha condições de completar com alguns servidores terceirizados que eles ainda não tinham, especificamente na área de limpeza, e em contrapartida nós teríamos as salas. Então a UFRSA de Pau dos Ferros começou com uma sala administrativa e 2 salas de aula, 2 professores efetivos, emprestados do *Campus* de Angicos, e três professores temporários, e assim começaram as aulas. [...] A gente contou muito com a ajuda do IF, mas as dificuldades eram tremendas, porque a estrutura não existia, a gente não tinha sequer uma impressora para imprimir a lista de frequência dos alunos, então foi muito complicado. Eu me lembro bem do primeiro dia de aula em 27/02/2012, eu resolvendo coisas da universidade, pedindo cadeira e subindo para dar aula (Prof. Alexsandro Lima, Diretor da UFRSA em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em novembro de 2014).

<sup>46</sup> Os dados da pesquisa não incluem o ingresso pelo SiSu, que a instituição passou a aderir a partir do semestre 2015.1.

<sup>47</sup> Essa área de abrangência pode ser ainda maior se inserimos dados da pós-graduação e dos cursos dos PARFOR. No entanto, o foco da nossa pesquisa se deteve em analisar os cursos de graduação regular e os cursos técnicos.

O processo de expansão da UFERSA trouxe fatores positivos, principalmente em relação à facilidade de acesso ao ensino superior. No entanto, como relata o prof. Alexsandro, foi um início muito complicado, com condições improvisadas, embora considerando o *Campus* de Pau dos Ferros como privilegiado, no sentido de ter iniciado suas atividades, mesmo com muitas ausências de próprio material para o trabalho, em um prédio recém-construído, diferentemente da situação citada anteriormente, vivenciada pelos demais *campi*.

Entretanto, as turmas do curso de Ciência e Tecnologia eram numerosas, com 100 alunos no turno integral e 50 no turno da noite, não sendo as salas do IFRN adequadas para esse número de alunos. Além disso, havia outras dificuldades, como a necessidade de uso de laboratórios e de espaço mais adequado para técnicos e professores, entre outros fatores. Diante desses impasses, o diretor da UFERSA relata que, junto ao reitor, solicitou o avanço das obras, para que o mais rápido possível pudesse funcionar o *campus* em sua sede própria. De modo similar, muitas dificuldades também foram enfrentadas nesse processo, conforme declara:

A gente tinha que vir para nossas instalações, só que não tinha nada, na verdade tinha o que tem hoje, o bloco administrativo, o bloco de sala de aula e o laboratório. Todos recém-construídos, mas sem estar ligados à rede de energia de água, não havia absolutamente nada. Então mobilizamos uma força tarefa dentro da instituição. Eu particularmente entrei na obra, coisas pequenas, contratei pessoalmente caminhões, tratores para poder escavar, porque havia toda uma burocracia da CAERN e da COSERN<sup>48</sup> porque não tinha tubulação chegando ao *campus* de água, então foram alguns meses bem complicados. [...] Nesse meio tempo já chegaram outros professores, e o pessoal sempre empenhado, e até mesmo quando a gente foi fazer a mudança, que não tinha ainda equipe terceirizada, não tinha ninguém, só duas funcionárias que faziam parte da nossa contrapartida oferecida ao IFRN, e aí organizamos um mutirão entre os professores e fizemos a limpeza dos prédios de sala de aula. Mesmo com essas dificuldades começamos as aulas em 2013.1 nas instalações próprias (Prof. Alexsandro Lima, Diretor da UFERSA em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Diante do relato do diretor, percebemos as dificuldades enfrentadas no início das atividades acadêmicas, pois os professores tiveram que exercer funções que não lhes competiam para que as aulas se iniciassem nas instalações próprias e, assim, terem, de certa forma, condição melhor de trabalho.

---

<sup>48</sup> CAERN – Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte – e COSERN – Companhia de Energética do Rio Grande do Norte.

O *campus* ainda se encontra em um verdadeiro canteiro de obras, estando em fase de conclusão de nove obras: biblioteca, residência universitária, restaurante universitário, centro de convivência, dois blocos de sala de professores, um bloco de sala de aula, 1 laboratório, almoxarifado e garagem. Na Figura 14, há a demonstração de algumas das obras que ainda estão em andamento.



Figura 14: Obras em andamento na UFERSA/Pau dos Ferros  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Na primeira fotografia acima, à esquerda, verifica-se a construção das residências universitárias, feminina e masculina. Na segunda imagem, à direita, há a construção da biblioteca central do *campus*. Abaixo, na fotografia à esquerda, estão as salas dos professores. Na última fotografia, à direita, temos o espaço de convivência.

Com relação à escolha dos cursos ofertados pelo *campus*, já era proposta do *Campus* Central a implantação nos *campi* do curso de CeT e de quatro engenharias, bem como uma licenciatura. O *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros iniciou suas atividades ofertando o curso de CeT, como relatado anteriormente. Esse curso tem duração de três anos e se configura como base para as demais engenharias. Assim, após a conclusão do bacharelado, o aluno tem a opção de escolher qual engenharia seguir, cursando mais dois anos.

Destacamos a política de mobilidade entre os *campi*, a qual consiste na possibilidade de conclusão do segundo ciclo em quaisquer *campi* da UFERSA, ou seja, se o aluno concluiu CeT no *Campus* de Pau dos Ferros e quer cursar uma engenharia oferecida somente em Mossoró, ele tem essa possibilidade, não sendo obrigado a cursar as engenharias disponíveis no *campus* de origem do ingresso. Sendo assim, não necessariamente o aluno ficará 5 anos no mesmo *campus*, podendo cursar o segundo ciclo do curso em outro *campus* no qual ele tenha interesse. Com relação à escolha da engenharia a ser cursada no segundo ciclo, o diretor afirma que parte muito do aluno, mas existem alguns critérios a serem analisados, como, por exemplo, o rendimento acadêmico, uma vez que em algumas engenharias existem muita procura, como no caso de Engenharia Civil.

De acordo com o documento de pactuação, os cursos a serem ofertados pelo *Campus* de Pau dos Ferros são, além de CeT, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Computação e Engenharia de Telecomunicação. Porém, segundo o prof. Alessandro, após o início das atividades do *campus*, houve uma discussão na perspectiva de redefinir as engenharias ofertadas:

Fizemos algumas reuniões, inclusive com a participação do diretor na UERN, o Prof. Gilton, também com a direção do IFRN, com a profa. Antônia, também com professores e diretores da rede básica estadual e municipal de ensino, mandamos alguns questionários, no intuito de saber o interesse deles, fomos às escolas explicar sobre o curso de Ciência e Tecnologia, que é um curso novo. Então foi um processo no intuito de entender a demanda e interesse da região para quais engenharias. [...] Então, depois de um longo processo, decidimos por quatro engenharias, três já estavam pactuadas: Civil e Mecânica, Computação, e praticamente trocamos Telecomunicações por Engenharia Elétrica. No entanto, quando mandamos para o CONSEPE, mandamos apenas os cursos de Civil e Computação para aprovação porque como os cursos de elétrica e mecânica já existiam em Caraúbas, vimos a possibilidade de rediscutir esses dois cursos (Prof. Alessandro Lima, Diretor da UFERSA em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Como foi relatado, existe uma política de mobilidade na universidade para cursar engenharia em quaisquer *campi*, sendo uma discussão cabível rever as outras engenharias. Porém, se a questão de rediscutir os cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica deve-se apenas ao fato de serem ofertados também no *Campus* de Caraúbas, o curso de Engenharia Civil também era passivo de uma rediscussão, por ser oferecido em Caraúbas.

O prof. Alexsandro relata ainda que já está em fase de discussão, encaminhado para apreciação do CONSEPE, o projeto de criação de novos cursos, quais sejam: Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Software, Arquitetura e Urbanismo<sup>49</sup> e o de Bacharel em Tecnologia da Informação (BTI). Esse curso de bacharelado teria um viés parecido com o CeT, sendo um curso também de base, que daria suporte para cursos da área tecnológica da informação. Nesse sentido, o ingresso no *Campus* de Pau dos Ferros, que se dá por meio do SiSu, e atualmente só oferece o curso de CeT, passaria a ter três entradas: CeT, BTI e Arquitetura. Ainda segundo o professor, a criação desses cursos, os quais, de certa forma, comungam as mesmas disciplinas, seria um caminho para, num futuro próximo, se efetivar a criação de uma pós-graduação interdisciplinar, o que é um foco em médio prazo para o *campus*.

No que se refere à frota de transporte disponível, o diretor Alexsandro Lima declara que o *campus* dispõe de um ônibus<sup>50</sup>, um micro-ônibus, uma van, uma caminhonete, um carro de passeio. Ainda de acordo com o diretor da instituição, essa frota tem atendido a necessidade, mas já está se estudando a possibilidade da compra de outro ônibus, tendo em vista a chegada de mais cursos.

Quanto ao corpo docente e de técnicos administrativos, o *campus* foi pactuado com setenta e dois docentes e oitenta e cinco técnicos até 2016. No contexto atual, o *campus* conta com quarenta e cinco docentes e trinta e nove técnicos administrativos. Caso sejam aprovados os cursos pretendidos, será aberto concurso para atender a nova demanda.

Atualmente, o *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros oferece 3 cursos de graduação, conforme o Quadro 8.

---

<sup>49</sup> Após a realização da entrevista, foi aprovada pelo MEC a criação dos três cursos para o *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros, sendo que os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Bacharel em Tecnologia da Informação já serão ofertados no semestre 2015.2, já o curso Engenharia de *Software* faz parte do segundo ciclo do curso Bacharel em Tecnologia da Informação e deverá ser ofertado após três anos, período em que a primeira turma conclui o primeiro ciclo.

<sup>50</sup> O ônibus da instituição realiza diariamente um circular pela cidade para trazer os alunos até o *campus*.

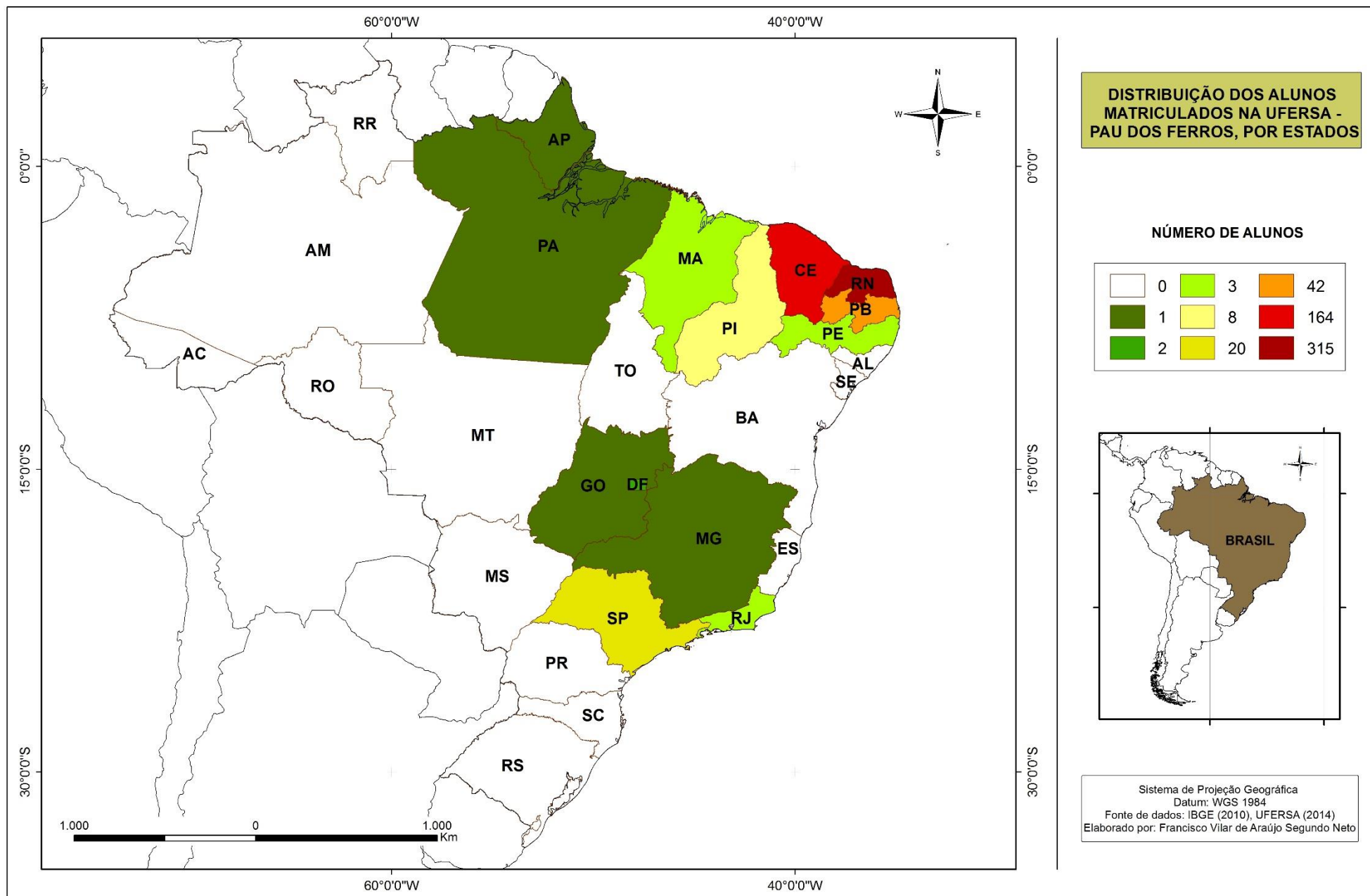
<b>UFERSA/PAU DOS FERROS</b>
Ciência e Tecnologia
Engenharia Civil
Engenharia de Computação

Quadro 8: Oferta dos cursos regulares de graduação no *Campus* da UFERSA/Mossoró  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Assim como o *Campus* Central, o de Pau dos Ferros também adota o SiSU como forma de ingresso. Com base nos dados<sup>51</sup> coletados em nossa pesquisa de campo junto a SUTIC da UFERSA, produzimos o Mapa 13, demonstrando assim a área de abrangência da UFERSA em Pau dos Ferros.

---

<sup>51</sup> Destacamos que, de um total de 566 alunos matriculados, 2 alunos não apresentaram dados no sistema em relação à origem municipal.



Mapa 13: Distribuição de alunos matriculados na UFERSA Mossoró, por estados  
Fonte: UFERSA (2014).

De acordo com a análise do mapa, percebemos que o *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros possui maior número de alunos oriundos do próprio estado e também de estados vizinhos do Ceará e Paraíba. No entanto, também foi escolhido por alunos de regiões mais distantes do país, como Norte, Centro-Oeste e Sudeste, embora com número mais reduzido. Observamos que a vinda da UFERSA para a cidade tem contribuído para seu reconhecimento em outras regiões do país, no sentido de que esses alunos de municípios mais distantes acabam fixando moradia na cidade, seja pela oferta de cursos no período diurno, seja pela própria distância geográfica.

Em face da importância da instituição para a cidade, o diretor Alexsandro coloca que entende como

um marco fundamental para a região, eu conheço Pau dos Ferros há muito tempo, pois minha esposa é daqui e desde a década de 1990 que frequento a cidade. Nunca morei aqui, vim morar por conta da UFERSA, mas sempre viajava para visitar a cidade e a gente vê o crescimento, que vive dos serviços, que dentro do cenário da região é inserida como um polo universitário. Então tenha certeza que a cidade vai mudar muito ainda. Até em audiência pública que participamos, sobre a questão da segurança na cidade, eu comentei que realmente a segurança é um problema que temos quando as cidades crescem. A inserção da UFERSA na sociedade ainda é pequena, pois ainda está em processo de construção. Mas, ao finalizar as construções do *campus*, vai incrementar 5% a mais na população, então isso é muita gente na cidade, e a gente já vê na cidade alguns restaurantes pequenos, que atendiam basicamente a alunos e funcionários da UFERSA e hoje estão com um público bem maior, atendendo bem mais gente, e sempre falam que o alunado da UFERSA são seus clientes. Então a gente vê isso acontecendo, eu também vi isso acontecendo em Angicos, só que numa situação muito mais proeminente, porque Angicos é muito pequeno e tinha muito poucos serviços, então você que lá a cidade vive em torno da universidade, ao ponto que todos os eventos da cidade foram modificados para acompanhar o ciclo da universidade, hoje quando a universidade está em recesso o pessoal praticamente para o comércio. Aqui em Pau dos Ferros esse fenômeno também acontece, embora seja uma cidade maior e oferece mais serviços, mas ainda é possível perceber isso (Prof. Alexsandro Lima, Diretor da UFERSA em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Essa realidade tem sido tema de discussão de muitos trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, o de Calado (2013), que, em sua pesquisa sobre a realidade da cidade de Caruaru/PE, aponta:

Sem nenhuma dúvida, a criação desses dois *campi* gerou um considerável aumento na circulação de indivíduos na cidade, principalmente, nas áreas

onde foram instalados: são centenas de estudantes, dezenas de funcionários – professores, secretários, diretores, coordenadores, etc. o que acarreta, pouco a pouco, transformações no que se refere ao sistema de transporte público, à questão habitacional e ao comércio dos arredores dos *campi* (CALADO, 2013, p. 9).

Esse contexto de mudanças também é discutido nas pequenas e médias cidades da Bahia, em referência ao município de Cachoeira, região do recôncavo baiano:

[...] transformações na estrutura de comércio/serviços como surgimento de *apart* hotéis, *delicatessen*, copiadoras, livrarias e cafés, que foram impulsionadas pela instalação da UFRB, que, também, insere novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada, de novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas “necessidades”, novos desejos e novos consumos (HENRIQUE, 2009, p. 97, grifo do autor).

As transformações do espaço urbano também ocorreram na cidade de Redenção no estado do Ceará, a partir da instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Dessa forma, no âmbito das transformações ocorridas no município, atualmente, a UNILAB possui de fato um papel significativo, pois uma cidade esquecida passa a ser centro de um investimento educacional de nível superior, movimentando pessoas e capital, criando uma nova dinâmica que consegue articular o comércio local (RIBERIRO, 2012, p. 101).

No estado da Paraíba, Gomes (2014) analisa as dinâmicas socioespaciais ocorridas em Cuité devido à presença do Centro de Educação e Saúde (CES), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG):

A importância do CES na valorização do local no qual foi inserido, de atração de novos investimentos e de pessoas. Fatos que, respectivamente, vêm favorecendo a modificação na funcionalidade de Cuité e a formação de uma nova demanda para a rede de comércio e serviços (GOMES, 2014, p. 99).

Percebemos que a vinda dessas instituições de ensino, bem como a expansão dos cursos, tem contribuído não somente para a formação técnica e superior, mas também para um desenvolvimento das cidades que são beneficiadas com a chegada desses equipamentos de

ensino. Essas são discussões que pretendemos verticalizar na próxima etapa da nossa formação.

#### 4.1.3 O IFRN em Pau dos Ferros

Buscando entender como se deu o processo de implantação do *Campus* do IFRN na cidade de Pau dos Ferros, bem como a estrutura atual dessa instituição, realizamos entrevista com a diretora dessa unidade, a professora Antônia Francimar da Silva. Ela relata que no período de discussão para instalação do *campus* na cidade já era funcionária do IFRN, lotada na sede em Natal, mas não teve participação direta nos debates. Contudo, acompanhou de forma geral, tendo em vista que é da região Oeste, natural de Encanto, cidade vizinha a Pau dos Ferros. Na entrevista, destaca o nome do professor Gilton nesse projeto. De acordo com a professora Antônia: “*Gilton é uma memória viva dessa expansão em Pau dos Ferros*”.

Nesse sentido, com o intuito de compreender como a cidade de Pau dos Ferros se organizou para a chegada do *Campus* do Instituto Federal, buscamos conversar também com o professor Gilton Sampaio, diretor do *Campus* da UERN na cidade, que foi uma pessoa que acompanhou todo o processo para sua implantação.

O prof. Gilton relata que o processo de implantação do IFRN em Pau dos Ferros foi totalmente diferenciado da implantação da UFERSA e da expansão dos novos cursos da UERN. Tendo em vista que o governo federal já tinha como proposta a expansão do ensino técnico, pautada principalmente na construção dos IFs por todo o país, consequentemente os recursos para essa finalidade estavam garantidos. Outro fator importante diz respeito ao fato da existência de um estudo, realizado também pelo governo federal, em que Pau dos Ferros aparece como cidade-polo da região<sup>52</sup>, sendo, portanto, uma das escolhidas para receber um *campus* do IFRN.

No entanto, a proposta inicial era a de que o governo federal iria construir os *campi* por etapas. Para tanto, deveria ser apresentada pelos municípios escolhidos uma proposta justificando a implantação do *campus*, assim as melhores propostas seriam beneficiadas com o início das obras. Nessa perspectiva, o prof. Gilton declara:

[...] a prefeitura foi chamada a Brasília para discutir esse assunto e para fazer uma proposta. A prefeitura daqui de Pau dos Ferros, que já tinha como prefeito Leonardo Rego, então ele nos convida, pois já sabia da história de luta dos novos cursos da UERN, da competência técnica do corpo docente e

<sup>52</sup> O mapa desse estudo, o qual mostra a proposta de expansão do IFRN e Pau dos Ferros como cidade-polo, encontra-se na página 65 (Figura 3).

dos pesquisadores da universidade, para fazer parecer técnico e elaborar o projeto. E nos procurou e a gente convidou, convidou um grupo de pesquisa e desenvolvimento regional e sustentável, liderado por Joseney<sup>53</sup>, na época, e fomos os membros do fórum também, eu já estava na direção do *Campus* da UERN, a Profa. Maura também foi junto, foi uma equipe e Joseney liderou essa equipe técnica dos pareceres. Foram dias e dias trancados elaborando essa proposta, mas tudo baseado muito no documento, na experiência anterior e a proposta de Pau dos Ferros ficou em primeiro lugar. [...] Havia uma exigência do governo federal que era pontuado contrapartida pelas prefeituras<sup>54</sup> dos órgãos e aí a gente saiu catando, fizemos um documento você vai ver aí na pasta várias versões, inclusive esse termo de compromisso, a gente bolou um documento que a prefeitura assinava e fomos negociar e caímos em campo, membros da comissão atrás de prefeituras, chamando pra todas assinar, nós mandávamos o documento pronto, eles se comprometiam com tijolo, com transporte, todos com transporte, alguns com tijolos, outros com material tal, cimento pra construção, ajuda no IFRN e mesmo que não precisasse, mas simbolicamente ele estaria ali se comprometendo, porque a gente queria envolver, que as prefeituras tivessem responsabilidade para com essa instituição que estava chegando e ao mesmo tempo atendia um critério do projeto, do Ministério da Educação, que era firmar parcerias (Prof. Gilton Sampaio, Diretor do CAMEAM/UERN, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Diante do relato, compreendemos que, embora tivesse sido definida pelo governo federal a escolha de Pau dos Ferros para sediar um *Campus* do IFRN, houve uma organização interna do município na busca de que esse *campus* fosse instalado entre os primeiros do estado. Para tanto, houve um empenho por parte do prefeito local em organizar uma comissão técnica para elaborar o projeto que viabilizasse o início dessa obra. Em relação à contrapartida que o prof. Gilton relata, Pau dos Ferros, enquanto principal interessado na instalação do *campus*, fez a doação do terreno, que já contava com uma pequena infraestrutura, tendo em vista que esse local seria destinado à construção da nova rodoviária do município. Abaixo, temos algumas fotos desse momento de elaboração da proposta do IFRN para Pau dos Ferros.

---

<sup>53</sup> Professora do curso de Economia da UERN, *Campus* de Pau dos Ferros.

<sup>54</sup> Conferir Anexo A.



Figura 15: Momento de reunião da comissão técnica do IFRN/Pau dos Ferros

Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Gilton Sampaio.

Na primeira imagem à esquerda, temos em primeiro plano o prof. Gilton Sampaio e a profa. Joseney, que foram os representantes da equipe técnica. Na segunda foto, ao centro, está a profa. Maura, que também fez parte da equipe de parecer técnico e foi uma das pioneiras no processo de expansão do ensino superior no município, estando à frente do CAMEAM/UERN no período de criação dos novos cursos, conforme relatado anteriormente. Nesse sentido, compreendemos que houve uma organização bem articulada por parte do município de Pau dos Ferros, tanto por meio da comissão, formada com o intuito de elaborar o projeto, como do poder público das cidades vizinhas e, sobretudo, o local, que não mediram esforços para que o *campus* fosse construído na cidade.

Após a construção do projeto e a apresentação em Brasília junto ao MEC, a proposta de Pau dos Ferros recebeu uma ótima avaliação, ficando em primeiro lugar entre os demais projetos apresentados no estado. Contudo, o governo federal tomou a decisão de construir concomitantemente todos os *campi* previstos para a fase II de expansão dos IFRN no estado.

No ano de 2009, o *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros foi inaugurado pelo então vice-governador Iberê, fazendo-se também presente na inauguração a então deputada federal Fátima Bezerra. A esse respeito, o prof. Gilton aponta: “*a política do governo federal de expansão dos institutos aqui no Rio Grande do Norte estava sendo liderada pela deputada Fátima Bezerra*”.

Ainda no ano de 2009 tiveram início as atividades do *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros, já nas dependências da sede própria. Entretanto, no início encontraram algumas dificuldades, conforme relata a diretora Antônia:

Quando a gente chegou aqui tinha o prédio principal e estava sendo construído o refeitório. A gente entrou aqui, na verdade, quando os primeiros

servidores administrativos chegaram aqui, nem energia tinha. Aí as aulas começaram em setembro, quando as aulas começaram nós viemos ter laboratório em informática em janeiro, não havia laboratório e a gente iniciou em 2010 a construção do laboratório [...]. Hoje nós temos uma infraestrutura de laboratório satisfatória, um curso que ainda está se estruturando é o de Apicultura, por ser recente, nós estamos no terceiro ano, mas já temos um laboratório completo, que a gente chama de casa do mel, mas na verdade é um laboratório de mel e outros três estão sendo estruturados. Até porque como ele é do eixo de produção alimentícia, os professores utilizam o laboratório de alimentos, mas os três cursos hoje têm uma estrutura que atende as necessidades nesse sentido (Profa. Antônio da Silva, Diretora do *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em novembro de 2014).

Mesmo com as atividades iniciadas nas instalações próprias do *campus*, algumas dificuldades se apresentavam, como, por exemplo, falta de um laboratório de informática para o curso técnico em informática, conforme relatou a diretora, o que certamente comprometeu o início da formação desses alunos, tendo em vista que atualmente, com os laboratórios equipados, eles já têm acesso logo no primeiro semestre do curso. Também destacamos a ausência de estrutura inicial para os servidores administrativos, que certamente enfrentaram inúmeros obstáculos para o exercício da função.

Essa dificuldade em relação à estrutura física não é característica apenas dos *campi* do Rio Grande do Norte, pois, segundo matéria vinculada em 2014, pelo jornal *o Estado de São Paulo – Estadão*, o *Campus* do IFMS, na cidade de Campo Grande, apresentava atraso nas obras já há dois anos e as atividades do *campus* se iniciaram em 2011 em estrutura física de um prédio alugado. Além disso, para ter acesso aos laboratórios, parte dos alunos teria que se deslocar cerca de 5 km para as aulas no laboratório de Mecânica de uma universidade que mantém parceria com o IFMS. Diante dessa realidade, a diretora do *campus* admite que houve uma redução das vagas previstas, uma vez que alguns cursos necessitam de estrutura de laboratórios (DIAS, 2014).

No *Campus* de Pau dos Ferros, atualmente ainda existem algumas obras em andamento, que vêm a atender os novos cursos criados. No entanto, conforme supracitado, esses institutos, bem como as recentes universidades que foram construídas em todo o país, têm buscado se aperfeiçoar em termos de estrutura física. Nessa perspectiva, o *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros, embora tenha apresentado várias dificuldades iniciais, hoje já possui uma estrutura significativa, se levarmos em consideração o seu tempo de exercício, apenas cinco anos de funcionamento. Abaixo, a Figura 16 mostra algumas fotos da atual infraestrutura do *campus*.



Figura 16: Imagens da atual estrutura no IFRN/Pau dos Ferros  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Em relação à escolha dos cursos, quando a profa. Antônia assumiu a direção, já estavam estabelecidos os dois primeiros cursos técnicos e um curso superior de licenciatura, a serem ofertados pelo *campus*, como ela nos relata:

A escolha dos primeiros foi exatamente nas audiências públicas, porque sempre que vai haver a implantação de um *campus* desses, aí a reitoria vem, junto com a comissão local do município, faz audiências públicas, né<sup>55</sup>? Esse diagnóstico para saber a vocação produtiva da região, para poder fazer as escolhas. Então os dois se deram nesse sentido, o resultado das audiências se deu exatamente nesse sentido, no curso de informática e de alimentos. E a licenciatura foi um mapeamento, foi uma visão muito do próprio IFRN, porque assim, a transformação do CEFET em Institutos Federais, com essa transformação, veio a obrigação dessa Rede toda ofertar pelo menos 20% das vagas pra formação de professores e preferencialmente na área das Ciências da Natureza e Matemática, por isso que aqui tem o curso de Química. Então o que a gente fez, um mapeamento no estado do Rio Grande do Norte, em algumas regiões a gente colocou o curso de Física, outra Biologia, outra Matemática e outra Química (Profa. Antônia da Silva, Diretora do *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em outubro de 2014).

<sup>55</sup> No documento a que tivemos acesso na instituição, e também nos arquivos pessoais do Professor Gilton Sampaio, não consta esse diagnóstico de demanda de cursos.

Diante desse relato, percebemos que, para a escolha dos cursos técnicos, houve uma discussão local, mas a escolha do curso superior partiu da instituição em âmbito estadual. Não teve, desse modo, a participação da população local, embora reconheçamos que o curso escolhido é de grande relevância, tendo em vista a falta de profissionais qualificados na área de licenciatura, sobretudo, na área de ciências exatas<sup>56</sup>. Entendemos que para a escolha do curso deveria ter sido realizada uma discussão local, a fim de diagnosticar qual a real necessidade da região. Outro ponto importante a ser colocado: já que a instituição realizou esse estudo e identificou essa carência por regiões e que o curso de Química foi criado em Pau dos Ferros, o que justifica criar o curso de Química também no *Campus* de Apodi, uma vez que são cidades geograficamente próximas<sup>57</sup>? Por que não optar por uma outra licenciatura, como, por exemplo, Biologia, tendo em vista que o IFRN em Apodi oferece curso técnico em Zootecnia, que é uma área que possui ligação?

Compreendemos que há a necessidade de formar profissionais nessa área, porém, na medida em que se trata de um espaço geográfico relativamente curto, torna-se pertinente diferenciar os cursos para que futuramente existam profissionais de ambas as áreas no mercado, e não um inchaço de profissionais, mesmo sabendo que esses cursos apresentam um grande número de evasão.

No *Campus* de Pau dos Ferros, foram criados mais dois cursos, o de Tecnologia e Análise de Software, em nível superior, bem como um curso de nível técnico em Apicultura. Sobre o processo de formação desses cursos, a professora aponta:

Aí quando nós estávamos aqui, porque assim, cada *campus* atende dois eixos tecnológicos, o nosso é Informação e Comunicação, que é o curso de informática, e Produção Alimentícia, e aí agente precisava de um terceiro curso, e aí tinha que ser em um dos dois eixos. Então a escolha do curso de Apicultura não foi, a gente não fez audiência pública, e aí assim, como eu sou da região, eu sou daqui, conheço um pouco mais, a gente foi discutindo internamente com os professores, escutando um pouco também a região, e eu sei que aqui tem uma produção significativa de mel, e aí a gente viu que assim era um curso na área de meio ambiente, de qualquer forma. Apicultura tem esse viés, e aí acabamos optando por um curso de Apicultura, que inclusive é o primeiro curso de nível médio no país é o nosso, e inclusive tem sido muito bem avaliado pelos alunos, e tem já começado a prestar serviço na região. [...] E o curso de Tecnologia e Análise de Software, que é o curso de dados, que aí a gente verticalizou o curso de informática, né? (Profa. Antônia da Silva, Diretora do *Campus* do IFRN em Pau dos Ferros, em entrevista cedida em outubro de 2014).

<sup>56</sup> Dados de um estudo realizado pelo Ministério da Educação – “Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais”. p. 17.

<sup>57</sup> A distância entre as cidades é de 74 km, segundo o Google Maps.

A criação dos dois últimos cursos em Pau dos Ferros foi fruto de uma discussão interna no próprio *campus*. Alguns apicultores chegaram a ser entrevistados informalmente, com o objetivo de constatar algumas informações sobre a produção de mel na região, no entanto, de acordo com a profa. Antônia, nenhum documento foi elaborado.

Diante dessa realidade, passamos a nos questionar: no processo de implantação do *campus*, são necessárias audiências públicas para discutir a escolha dos cursos? No caso de as atividades acadêmicas já terem iniciado, a consulta e o conhecimento da população sobre a criação de novos cursos deixam de ser importante? Somente a discussão interna é suficiente, sem que haja uma produção documental que comprove a necessidade e importância desse curso para a região? Entendemos que essas questões são importantes para a implantação de um curso. Além disso, embora seja importante a criação de um curso como o de Apicultura, até mesmo no intuito de desenvolver a prática na região, destacamos que a cidade de Apodi é uma dos maiores produtores de mel no estado e que no *campus* daquela localidade não é ofertado o curso de Apicultura. Nesse sentido, pensamos que o processo de escolha dos cursos do IFRN deixa a desejar, na medida em que, embora haja um estudo realizado previamente pelo *Campus* Central, o qual apresenta os arranjos produtivos locais (ver Tabela 4), acreditamos que para a instalação de um novo curso deve-se rever a questão de cursos idênticos num curto espaço geográfico, bem como os cursos que mais demandam mão de obra qualificada. Em nosso entendimento, o *Campus* de Pau dos Ferros carece de cursos técnicos ligados à atividade comercial, tendo em vista que é uma das principais fontes da economia local.

No que tange às atividades de extensão ofertadas pelo *campus*, a profa. Antônia nos relata que atualmente está em funcionamento o projeto idealizado pela Rede Federal, baseado em um programa do Canadá, intitulado “Mulheres mil”<sup>58</sup>. Anualmente, esse projeto atende no *campus* 100 mulheres de baixa renda, que recebem formação profissionalizante e, durante o período de vigência do curso, uma bolsa no valor de R\$ 300,00, bem como auxílio transporte. Esse projeto é realizado com os apoios de municípios vizinhos e atualmente atende mulheres da cidade de Encanto/RN. Não existe intervenção na escolha dessas mulheres, apenas se forma uma parceria para o transporte das alunas até a instituição. O processo acontece através de reuniões nas comunidades, em que se faz um cadastro e após a triagem, seguindo critérios como: carência, idade, mais filhos, é realizada a seleção das alunas para participar do projeto, que oferece cursos de corte e costura, apicultura, beneficiamento de frutas.

---

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nmhNFXsZ49Y>>.

O *campus* ainda tem parceria com a Petrobras, desenvolvendo um projeto de beneficiamento do pedúnculo do caju e de frutas tropicais. Nesses projetos, para a seleção de alunos bolsistas, sempre é levado em consideração o critério socioeconômico. Ainda são ofertadas bolsas, que são distribuídas para o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa de Monitoria (PIM), como também bolsas para alunos carentes, para os quais o serviço social da instituição faz uma análise socioeconômica entre os alunos.

Com relação à merenda escolar, a profa. Antônia coloca que contempla todos os alunos, sendo uma parte produzida na própria instituição, com acompanhamento de nutricionista, para que seja servida uma alimentação mais saudável, na tentativa de diminuir o consumo de produtos industrializados.

Em se tratando do quadro docente do *campus*, a profa. Antônia relata que o porte do *campus* foi pensado para mil e duzentos alunos, mas que dificilmente as escolas chegam a esse número, tendo em vista que a relação que o MEC estabelece é de vinte aulas por professor. No entanto, uma vez que no *campus* existem outras atividades, como pesquisa, extensão, o professor não consegue acumular essa carga horária de aula. Atualmente, o *campus* conta com sessenta docentes e quarenta e cinco técnicos administrativos. Esse número, segundo a diretora da instituição, ainda deixa a desejar, mesmo sendo contabilizados oitocentos alunos, em média.

No que se refere à frota disponível do *campus*, a qual compreende dois carros utilitários, um ônibus, uma van e um caminhão baú, utilizados a serviço do IFRN e para visita técnica em aulas, segundo a diretora, tem atendido as necessidades do *campus*. Já os alunos têm transporte realizado pelos municípios ou de forma particular.

Sobre as perspectivas de crescimento do *Campus* de Pau dos Ferros e a chegada de novos cursos, a diretora da instituição aponta que não há discussão no momento nesse sentido. Enquanto o *campus* for pensado para a estrutura posta, ele tende a continuar com os cursos que já existem. É importante destacar que o *campus* ainda se encontra em fase de crescimento de estrutura física, estando em processo de construção de um novo bloco de salas de aula, com doze salas, entre salas de aula, de reuniões, sala para o programa Mulheres mil, sala de música, entre outras finalidades.

Atualmente, o *campus* oferece 11 cursos, incluindo graduação e cursos técnicos, conforme Quadro 9.

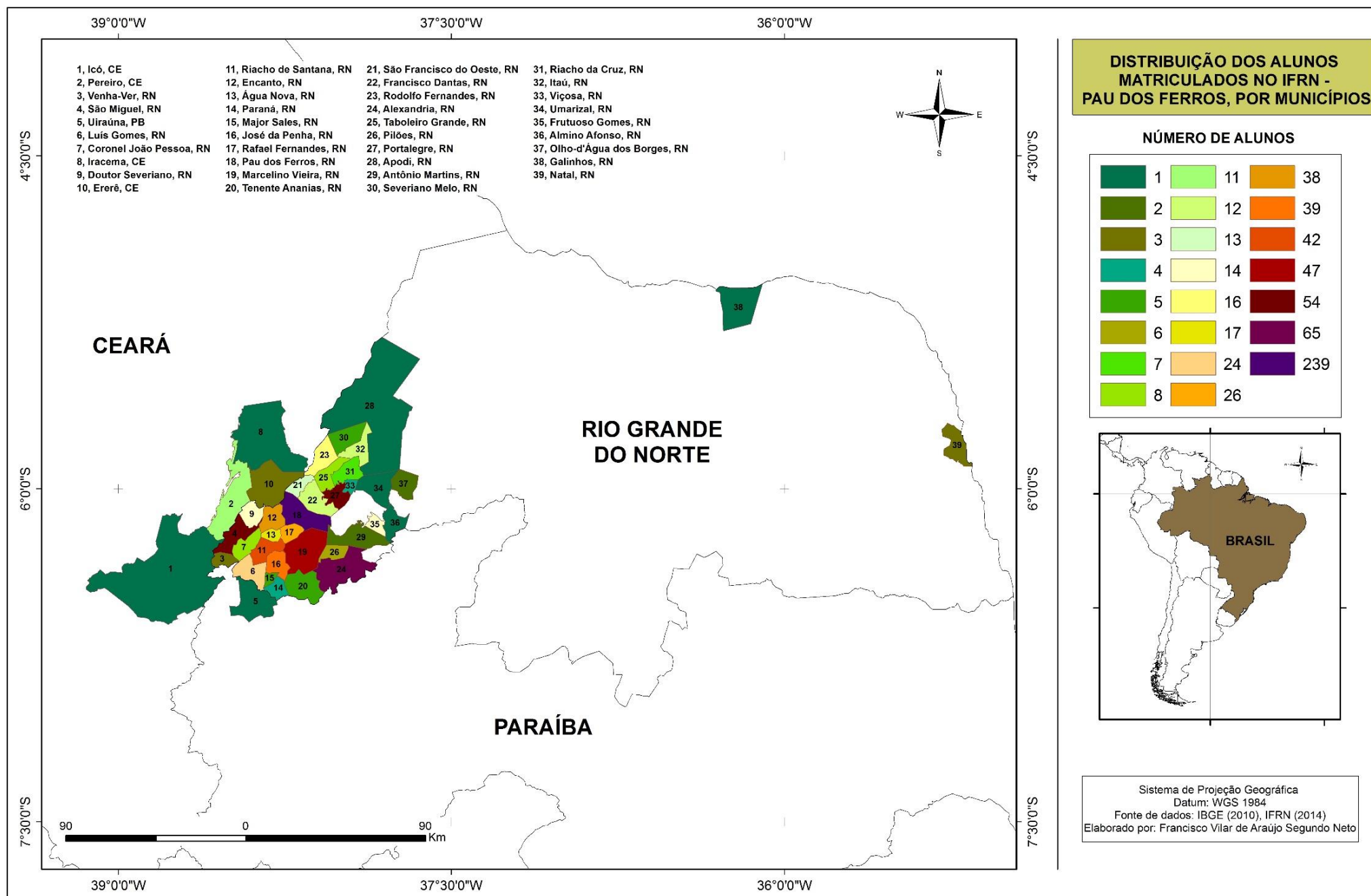
<b>IFRN/PAU DOS FERROS</b>
Técnico Integrado em Alimentos
Técnico Integrado em Apicultura
Técnico Integrado em Informática
Técnico Integrado em Alimentos (EJA)
Técnico Integrado em Apicultura (EJA)
Técnico Integrado em Informática (EJA)
Técnico Subsequente em Alimentos
Técnico Subsequente em Informática
Técnico Subsequente em Apicultura
Licenciatura Plena em Química (Superior)
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Superior)

Quadro 9: Cursos ofertados pelo IFRN/Pau dos Ferros  
 Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A forma de ingresso no *Campus* de Pau dos Ferros é semelhante à do *Campus* de Mossoró, assim como dos demais IFs do país.

Em relação à área de abrangência do *campus*, através de pesquisa<sup>59</sup> realizada na Pró-reitoria de Ensino – IFRN, elaboramos o Mapa 14 a partir do total de matrículas na instituição no ano de 2014.

<sup>59</sup> O total de alunos matriculados no *campus* até o ano de 2014 é de 809 alunos.



Mapa 14: Distribuição de alunos matriculados no IFRN Pau dos Ferros, por municípios  
Fonte: IFRN (2014).

Diante da análise do mapa, identificamos que o total de alunos matriculados até o ano de 2014 no IFRN em Pau dos Ferros provém de 39 municípios, sendo que tem sua concentração maior na região do Alto Oeste do estado. Assim, como a cidade atrai pessoas de estados vizinhos, principalmente do Ceará e Paraíba, essa área de influência passa a se confirmar também no acesso ao sistema educacional do município, embora em número reduzido, tendo em vista que, como discutimos anteriormente, a expansão dos IFs se propagou de forma mais acentuada.

Nesse sentido, mesmo com todas as dificuldades iniciais de estrutura física e as dificuldades atuais, principalmente com relação ao número de servidores que não é suficiente, entendemos que o *Campus* do IFRN implantado no município veio a atender a uma região que até então não fornecia esse tipo de qualificação, possibilitando assim o acesso à educação técnica e superior de estudantes das cidades interioranas da região do Alto Oeste Potiguar, bem como de cidades vizinhas dos estados do Ceará e Paraíba.

Em face dessa discussão, acreditamos que a cidade de Pau dos Ferros vem se consolidando com um polo educacional da região<sup>60</sup> e tende a se fortalecer ainda mais, ampliando sua área de influência a partir da criação dos novos cursos da UFERSA e do crescimento na pós-graduação da UERN.

---

<sup>60</sup> É importante salientar que a cidade oferece instituições privadas, de ensino técnico e superior. No entanto, o foco da nossa pesquisa se restringe à oferta do ensino público.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior no Brasil ocorreu tardiamente, se comparado aos demais países da América, bem como aos países europeus. Para se ter acesso aos cursos de nível superior, fazia-se necessário migrar até Portugal. Nesse sentido, ingressar na universidade no período do Brasil Colônia era um privilégio das elites aristocratas. Ora, não era interessante para a Coroa Portuguesa que o Brasil tivesse esse tipo de instituição, pois se temia conceder autonomia à Colônia.

Muitas foram as tentativas de criação de universidades no Brasil Colônia, porém todas frustradas. Somente com a chegada da família real essas instituições de ensino passam a ter início no país, com amplo controle da Corte Portuguesa.

No decorrer da história, muitos acontecimentos marcaram a implantação e reformulação do ensino superior no país. Dentre os mais marcantes, sem dúvidas, podemos citar o movimento escolanovista, que reivindicava uma educação laica e gratuita, e o movimento estudantil de 1968, que, embora tenha sido um movimento duramente reprimido pelo governo militar, teve suas pautas de reivindicações em parte atendidas, promovendo uma reformulação bem parecida com o que existe atualmente no que tange ao ensino superior.

Durante as discussões apresentadas no decorrer deste trabalho, buscamos enfocar as políticas recentes ligadas ao acesso ao ensino técnico e superior. O processo de expansão desses níveis de ensino estendeu-se por todo o país de forma mais notória a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir desse governo, as políticas públicas educacionais receberam um impulso no sentido de expandir o número de vagas, bem como a implantação de unidades de ensino em todas as regiões do país.

Esse processo ganhou força ainda maior a partir da criação do Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior (REUNI), que teve por objetivo aumentar em 20% o número de vagas nas instituições federais em todo o país, enquanto nas instituições de pequeno porte esse crescimento alcançaria 50%. O REUNI também subsidiou os investimentos para a criação de várias unidades de *campi* universitários e institutos federais que se espalharam por todo o território nacional.

Além do REUNI, vários programas foram criados e também reestruturados, a fim de favorecer a expansão e dar condições de permanência dos alunos no ensino superior, tanto público como privado.

Em nossa pesquisa, buscamos analisar como se deu esse processo de expansão do ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte, tendo como foco de análise as cidades de Mossoró e Pau dos Ferros, ambas localizadas na região Oeste do estado. Essas cidades foram algumas das beneficiadas pela ampliação de vagas, bem como pela chegada de instituições de ensino superior, entre os anos de 2003 e 2010.

A cidade de Mossoró, segunda maior cidade em termos populacionais, exerce uma grande relevância no estado, apresentando destaque do ponto de vista comercial, principalmente no que tange à exploração do petróleo e gás natural, à produção de sal, à fruticultura irrigada. Embora a maior parte dessas atividades não esteja dentro do limite territorial do município, as principais empresas responsáveis por escoar os produtos estão em Mossoró, bem como o setor de serviços em geral, com destaque para o comércio.

No que se refere à oferta do ensino superior, a cidade de Mossoró já possui sede de instituições desse nível de ensino desde a década de 1960, com instituições criadas e financiadas pelo próprio poder público local, que passaram pelo processo de estadualização e federalização. Com relação ao ensino técnico profissionalizante, a cidade passou a receber um *campus* somente no ano de 1994.

Já a cidade de Pau dos Ferros exerce polaridade na região do Alto Oeste Potiguar, por oferecer uma vasta oferta de serviço, se comparada com as cidades circunvizinhas. Nesse sentido, entendemos Pau dos Ferros como cidade de porte médio, se analisarmos a sua importância dentro da região que ela polariza.

Em relação à oferta do ensino superior, o município recebeu um *campus* universitário no ano de 1970, a partir de uma reivindicação da população local e por intermédio de gestor local. Já o ensino profissionalizante só chegou à cidade no ano de 2009, com a implantação do *Campus* do IFRN.

A presença dos *Campi* da Ufersa e IFRN na cidade de Pau dos Ferros é resultante de um conjunto de ações políticas e sociais, que teve origem a partir da implementação do REUNI. O município passou a se organizar no intuito de justificar a sua importância regional, a fim de receber investimento para a criação das instituições de ensino.

A partir dos dados coletados nesta pesquisa, bem como das entrevistas realizadas, podemos afirmar que as políticas educacionais foram muito importantes no processo de expansão das vagas e criação de mais unidades de ensino no estado, permitindo a ampliação no acesso a esses níveis de ensino por parte da população interiorana.

No entanto, percebemos a forte influência política nesse processo de expansão, pois a pressão parlamentar, visando apoio político nas eleições, favoreceu a criação de muitos *campi*

no estado e, por que não dizer, em todo o país. Frente a essa realidade, muitas unidades iniciaram suas atividades de ensino sem estrutura adequada, de forma improvisada em prédio cedido ou alugado, comprometendo, em nosso entendimento, o processo de ensino-aprendizagem.

Enfim, esta pesquisa permitiu verificar e analisar como se deu o processo de criação de novos cursos, bem como a implantação de novas instituições de ensino público no estado do Rio Grande do Norte. A partir das descobertas advindas da elaboração do trabalho, cremos ter caminhado para o encontro de detalhes inerentes ao nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, consideramos que os pontos aqui expostos e discutidos visam contribuir com as discussões relacionadas à expansão do ensino técnico e superior.

Temos a clareza de que não foram esgotadas as discussões sobre o papel das instituições de ensino nas cidades analisadas. Assim, as inquietações, ainda existentes, acerca da temática abordada neste trabalho não se encerram nestas considerações, podendo ser analisadas em futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ALONSO K. M. Expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais**. 2012. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1360930928PEEXIU.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf)>. Acesso em: 9 mar. 2014.

ANDRADE, M. E. **Política de Expansão da UERN**: oferta e qualidade da educação superior. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Reformas e avaliação da educação superior no Brasil (1995-2009). In: PAULA, M. F.; LAMARRA, N. F. (Org.) **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Ideias & Letras, 2011. p. 297-317.

BEZERRA, A. B. Urbanização regional: as cidades de Mossoró e Pau dos ferros no Oeste Potiguar. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A. M. **Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 2013. p. 91-122.

BORGES, F. C. D. **Financiamento público e acesso a educação superior no Brasil**: repercussões em instituições particulares de ensino. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade cidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado\\_educacao/dissertacoes/2013/francisco\\_borges.pdf](http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2013/francisco_borges.pdf)>Acesso em: 8 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008** – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da Educação**: razão, princípios e programas – PDE. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DOU, 23/12/1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao\\_plano.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf)>. Acesso em: 9 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Escassez de professores no Ensino Médio**: Propostas estruturais e emergenciais. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB), maio 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Prestação de contas ordinária anual**: relatório de gestão. 2010. Brasília, 2011. 411p.

CALADO, E. A. **Conhecimento histórico e tempo presente**: um estudo sobre o programa de expansão e reestruturação de instituições federais de ensino em Caruaru – PE (REUNI: 2007 – 2012). Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336053\\_ARQUIVO\\_TextoANPUHEliana.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336053_ARQUIVO_TextoANPUHEliana.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2015.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – CONIF. **Governo anuncia expansão da Rede Federal de Educação**. 2011. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/component/content/article/14-midia/ultimas-noticias/198-governo-anuncia-expansao-da-rede-federal-de-educacao>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional**: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). 2014. 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DIAS, Guilherme. Com infraestrutura precária, governo deve cumprir meta de expansão de institutos federais. **Estadão**, São Paulo, 24 jun. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,com-infraestrutura-precaria-governo-deve-cumprir-meta-de-expansao-de-institutos-federais,1516945>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240.

FÁVERO, M. L. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

\_\_\_\_\_. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/INEP, 2000. v. 1.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Economia do Rio Grande do Norte**: estudo geo-histórico e econômico. João Pessoa: Grafset, 2002.

\_\_\_\_\_. **Elementos de Geografia a do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1988.

\_\_\_\_\_. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Fundação Guimarães Duque: Coleção Mossoroense, 1982. Série C, v. CCXXXVI.

GOMES, Maria Verônica de Azevedo. **Dinâmica socioespacial urbana de Cuité-PB resultante da implantação do campus de saúde e educação da UFCG**. João Pessoa, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. **Geotextos**, Salvador, v. 5, 2009, p. 89-112.

ILIBRANTE, J. **A reforma da educação superior nos governos FHC e Lula e a formação para a cidadania**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE – IDEMA. **Perfil do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Região de Influência das Cidades – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. 2012. Disponível em: <[http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=documentos:ppp\\_ifrn\\_2012-versao\\_para\\_consulta\\_publica\\_05mar2012.pdf](http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=documentos:ppp_ifrn_2012-versao_para_consulta_publica_05mar2012.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2008. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/planejamento/projeto-ifrn.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 129-221.

LIMA, K. Q.; BEZERRA, J. A. Pau dos Ferros: Centro Polarizador de pequenas cidades no Alto Oeste Potiguar. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA NORTE-RIO-GRANDENSE, 16., Natal. **Anais...** Natal: EGEORN, 2009. CD-ROM.

LUCHMANN, J. C. **Políticas públicas para o ensino superior no Brasil (1994-2006): ruptura e continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**. 2007. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-147-01.pdf>. Acesso em: junho/2014.

MAIA, M. E. **A Interiorização na Universidade Brasileira: considerações sobre a experiência no Campus de Pau dos Ferros**. 1990. 126 p. Monografia – CAMEAM, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 1990.

MANCEBO, D. “Universidade para Todos”: a privatização em questão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 45, set./dez. 2004.

MELO, P. A. Políticas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. In: PAULA, M. F. C.; LAMARRA, N. F. (Org.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Ideias & Letras, 2011. p. 245-275.

NEZ, E. **Survey do perfil dos pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT): quem são e que grupos constituem**. Eventos Pedagógicos, v. 5, p. 20-34, 2014.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFETs. **Revista RETTA**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 89-110, jan.-jun. 2010.

PACHECO, E. **Os institutos federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. 2010. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-em-pdf/os-intitutos-federais>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PAULA, M. F. C. Educação superior e inclusão social na América latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: PAULA, M. F. C.; LAMARRA, N. F. (Org.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida: Ideias & Letras, 2011. p. 53-96.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS – RN. **Implantação de Unidade de Ensino da Rede Federal de Educação Tecnológica no Município de Pau dos Ferros/RN**. Pau dos Ferros, 30 de junho de 2007, p. 1-19. Disponível no acervo da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI. **Bolsas ofertadas por ano**. 2013. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes\\_graficas/bolsas\\_ofertadas\\_ano.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PROUNI. **Tire suas dúvidas**. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/tire-suas-duvidas.php#conhecendo>>. Acesso em: 9 maio 2014.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil**. 2012. 121p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. **Educação Superior brasileira 1991–2004**. Rio Grande do Norte. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SAMPAIO, M. V. **Educação profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de Trabalho**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SANTOS, C. D. A Cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte: processo de formação e produção do espaço urbano. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 17, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/251/250>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-51.

SILVA J. S.; CASTRO A. M. D. A. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do REUNI: a implementação do programa na UFRN. **HOLOS**, Natal, Ano 30, v. 6 p. 206-224.

SOARES, M. S. **A Educação Superior No Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

SPOSITO M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. UNESP, Presidente Prudente, 2004 (Livre Docência).

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional de Tecnológica**: as etapas históricas da Educação Profissional no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

UMA ESCOLA DO TAMANHO DO BRASIL. **Programa do governo 2002 coligação Lula Presidente**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001806.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN. **Plano de desenvolvimento Institucional – PDI**. Mossoró: UERN, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN. **Projeto de Reestruturação e Expansão (REUNI-UFRN)**: Relatório 2008-2012. UFRN: Natal, 2013.

## **APÊNDICES – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

### **APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PROFESSOR JOSIVAN, EX-REITOR DA UFERSA**

1. Como se deu o processo de transformação da ESAM em UFERSA? Essa mudança foi uma proposta encabeçada pelos alunos? Pelos docentes? Ou pela comunidade em geral?
2. O que mudou efetivamente após a transformação da ESAM em UFERSA?
3. A proposta de expansão da UFERSA se iniciou após a adesão ao programa do governo federal REUNI? Esse processo de expansão foi proposta do governo, assim como ocorreu com os IF, ou foi uma luta interna?
4. Além da expansão da UFERSA para outras cidades, no *Campus* Central, o que mudou após a transformação da ESAM em UFERSA e da adesão ao REUNI?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O VICE-REITOR DA UERN/MOSSORÓ

1. Em 1968, a partir da junção das faculdades isoladas, cria-se a Universidade Regional do Rio Grande do Norte, até então instituição privada. No ano de 1970, tem início o primeiro plano de expansão da UERN, criando os *campi* Assú (74), Pau dos Ferros (76) e Patu (80). Esse primeiro plano de expansão foi uma proposta do *Campus Central*?
2. Com se deu o processo de estadualização da UERN?
3. Até 2001, a UERN contava apenas com o *Campus Central* e os 3 *campi* avançados. A partir de 2002, deu-se início à segunda fase de expansão com a criação dos núcleos. Como se deu esse processo de expansão? Foi uma iniciativa do *campus*, ou uma exigência do governo do estado?
4. Quais critérios foram levados em consideração para a escolha das cidades e dos cursos a serem oferecidos nos núcleos?
5. Com relação ao transporte, qual a frota que o *campus* possui? Tem suprido a necessidade local?
6. No que concerne ao corpo docente e técnico, tem sido suficiente para a demanda? Esses funcionários residem no município?
7. O *campus* oferece cursos de extensão e pesquisa? Esses projetos são criados pelo corpo docente ou existem outros?
8. Quais as perspectivas futuras de expansão do *campus* no que diz respeito à graduação e à pós-graduação?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O REITOR DA UFERSA/MOSSORÓ

1. Como se deu o processo de transformação da ESAM em UFERSA?
2. Após o processo de transformação da ESAM em UFERSA, quais as mudanças do *Campus* Central com relação à expansão do *campus*?
3. Em relação à estrutura física da segunda fase da expansão da UFERSA, que pretende instalar um *campus* em Assú, já está sendo construída?
4. Então, possivelmente as atividades irão iniciar sem a estrutura física?
5. Com relação à oferta desses cursos (Direito e Medicina), houve algum impasse junto ao MEC para a criação desses cursos, tendo em vista que o nome da Universidade, por exemplo, é rural do semiárido?
6. Eles exigiam a criação de cursos voltados para a área do campo ou não teve essa dificuldade?
7. Com relação ao *campus*, fazem parcerias com outras instituições, como o IFRN e a UERN?
8. No que diz respeito ao *Campus* de Assú, há uma proposta inicial somente do curso de Medicina ou já existem propostas para mais outros cursos?
9. Com relação ao *Campus* de Mossoró, o corpo docente e técnico-administrativo atende a demanda?
10. No que concerne ao *Campus* Central e demais *campi*, a estrutura de laboratório atende a necessidade na parte de infraestrutura?
11. Como avalia esse processo de expansão e atuação da UFERSA aqui em Mossoró e no estado?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

## APÊNDICE D – ENTREVISTA COM A DIRETORA DO IFRN/MOSSORÓ

1. O *Campus* do IFRN foi instalado em Mossoró quando a instituição ainda se chamava CEFET. O que mudou no *campus* após essa transformação em instituto? Frente a essa expansão vivenciada pelo IFRN em todo o estado, quais os benefícios recebidos pelo *Campus* de Mossoró?
2. Com relação à oferta dos cursos, como se deu o critério utilizado para a escolha? Houve participação de instâncias fora da universidade para essa escolha?
3. Como o *campus* se apresenta no que diz respeito à estrutura de laboratórios, equipamentos necessários para formação técnica dos alunos? No que tange ao transporte para viagens, qual a frota do *campus*?
4. O *campus* oferece cursos de extensão e pesquisa?
5. O *campus* oferece merenda escolar para os alunos do integrado? Esse serviço é terceirizado ou feito no próprio *campus*?
6. Com relação ao material didático para o ensino integrado, a instituição trabalha com livros didáticos? A escolha é feita pelo corpo de docente local ou é uma escolha nacional? Sobre o fardamento, é distribuído de forma gratuita?
7. No que concerne ao corpo docente e técnico, tem sido suficiente para a demanda? Esses funcionários residem nos municípios?
8. Quais as perspectivas futuras de expansão do *campus*?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

## APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UERN/PAU DOS FERROS

1. O *Campus* de Pau dos Ferros até o ano de 2003 ofertava apenas 3 cursos (Pedagogia, Letras e Economia). Como se deu o processo de expansão de novos cursos? Foi uma iniciativa local, do *Campus* Central e/ou do governo do estado?
2. Com relação à escolha dos novos cursos, como se deu o critério utilizado para a escolha? Houve participação de instâncias fora da universidade para essa escolha?
3. Alguns desses novos cursos iniciaram suas atividades com dificuldades em relação a estrutura física, laboratórios, acervo bibliográfico. Como o *campus* enfrentou essas dificuldades? Os alunos tiveram que viajar para outros *campi* para suprir essa necessidade?
4. Após 10 anos de instalação desses novos cursos, quais dificuldades ainda enfrentam no que tange a estrutura física, laboratórios etc.
5. Com relação ao transporte, qual a frota que o *campus* possui? Tem suprido a necessidade local?
6. No que diz respeito ao corpo docente e técnico, tem sido suficiente para a demanda? Esses funcionários residem no município?
7. O *campus* oferece cursos de extensão e pesquisa? Esses projetos são criados pelo corpo docente ou existem outros?
8. Quais as perspectivas futuras de expansão do *campus* em relação à graduação e à pós-graduação?

**APÊNDICE F – ENTREVISTA COM O DIRETOR DO CAMEAM/UERN EM  
RELAÇÃO À IMPLANTAÇÃO DO IFRN E DA UFERSA EM PAU DOS FERROS**

9. Como se deu o processo de implantação dos *campi* na cidade? Quais instâncias participaram desse processo?
10. Foram processos semelhantes? A equipe que trabalhou na elaboração dos projetos foi liderada por quem? Houve participação das cidades vizinhas nesse processo?
11. Existem parcerias entre os *campi*?
12. Qual a importância dessas instituições para a cidade de Pau dos Ferros?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

## APÊNDICE G – ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UFERSA/PAU DOS FERROS

1. Quais os motivos que levaram à escolha da cidade de Pau dos Ferros para sediar o *Campus* da UFERSA?
2. Como se deu o processo de implantação do *campus* na cidade? Quais instâncias participaram desse processo?
3. Houve contrapartida do município, de municípios vizinhos e/ou do governo estadual para a implantação do *campus*?
4. As atividades do *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros tiveram início provisoriamente nas instalações do *Campus* do IFRN. Como se deu essa parceria? Quais as dificuldades enfrentadas nesse período?
5. Hoje as atividades já são realizadas em estrutura física própria, no entanto, esta ainda se encontra em obras. Houve atraso na entrega? O que ainda está sendo construído? Qual o prazo previsto para a entrega?
6. Essas obras que ainda não foram entregues têm comprometido de alguma forma o andamento das atividades, tanto as administrativas quanto as de cunho acadêmico?
7. Com relação à oferta dos cursos, como se deu o critério utilizado para a escolha? Houve participação de instâncias fora da universidade para essa escolha?
8. A partir da escolha dos cursos, como o *campus* se apresenta com relação a estrutura de laboratórios, equipamentos necessários para formação técnica dos alunos e transporte para viagens?
9. O *campus* oferece cursos de extensão e pesquisa?
10. Com relação ao corpo docente e técnico, tem sido suficiente para a demanda? Esses funcionários residem nos municípios?
11. Quais as perspectivas futuras de expansão do *campus*?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

**APÊNDICE H – ENTREVISTA COM A DIRETORA DO IFRN/PAU DOS FERROS**

9. Quais os motivos que levaram à escolha da cidade de Pau dos Ferros para sediar o *Campus* do IFRN?
10. Como se deu o processo de implantação do *campus* na cidade? Quais instâncias participaram desse processo?
11. Houve contrapartida do município, de municípios vizinhos e/ou do governo estadual para a implantação do *campus*?
12. Com relação à oferta dos cursos, como se deu o critério utilizado para a escolha? Houve participação de instâncias fora da universidade para essa escolha?
13. A partir da escolha dos cursos, como o *campus* se apresenta com relação a estrutura de laboratórios, equipamentos necessários para formação técnica dos alunos e transporte para viagens?
14. O *campus* oferece cursos de extensão e pesquisa?
15. O *campus* oferece merenda escolar para os alunos do integrado? Esse serviço é terceirizado ou feito no próprio *campus*?
16. No que diz respeito ao material didático para o ensino integrado, a instituição trabalha com livros didáticos? A escolha é feita pelo corpo docente local ou é uma escolha nacional? O fardamento é distribuído de forma gratuita?
17. Com relação ao corpo docente e técnico, tem sido suficiente para a demanda? Esses funcionários residem nos municípios?
18. Quais as perspectivas futuras de expansão do *campus*?

Rute Paiva  
Mestranda do PPGG/UFPB

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Contrapartida do município de Pau dos Ferros para implantação IFRN

### a – INDICAÇÃO DA CONTRAPARTIDA OBRIGATÓRIA:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Responsável
1	Terreno	Metro	21.820m²	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros

### b – INDICAÇÃO DE CONTRAPARTIDAS COMPLEMENTARES:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Responsável
1	Edificações no imóvel doado: a) Doação de edificação erguida  b) Construção de muro, em mutirão	Unidade	01  01	a) Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros b) Instituições parceiras, já indicadas nesse FAP, e outras
2	Plano de aplicação de recursos financeiros da instituição proponente	Unidade	01	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros
3	Execução de serviços de topografia	Unidade	01	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros
4	Cessão de pessoal para conservação/limpeza e segurança	Unidade	04	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros
5	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	2.000	Prefeitura Municipal de Francisco Dantas
6	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	3.000	Prefeitura Municipal de José da Penha
7	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	5.000	Prefeitura Municipal de Portalegre
8	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	3.000	Prefeitura Municipal de Tabuleiro Grande
9	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	3.000	Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz
10	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	4.000	Prefeitura Municipal de Umarizal
11	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	10.000	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros
12	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	3.000	Prefeitura Municipal de Viçosa

13	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	5.000	GLICAL
14	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	3.000	RAIMUNDO RÊGO DE QUEIROZ
15	Tijolos para construção do muro, em mutirão	Unidade	2.000	ELETROAIRES
16	Cimento para construção do muro, em mutirão	Unidade	10	ENGEL
17	Microcomputador	Unidade	01	RECOREL
18	Impressora	Unidade	01	CDL
19	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros
20	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Francisco Dantas
21	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de José da Penha
22	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Portalegre
23	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Tabuleiro Grande
24	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Umarizal
25	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz
26	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias
27	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos
28	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Major Sales
29	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes
30	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Unidade	-	Prefeitura Municipal de Viçosa

**C – DETALHAMENTO DA CONTRAPARTIDA OBRIGATÓRIA:**

Item	Descrição	Especificação	Relação de Anexos
------	-----------	---------------	-------------------

1	Terreno	Terreno localizado às margens da BR 405, perímetro urbano, com uma área de 21.820m <sup>2</sup> , sendo 804,38m <sup>2</sup> de área construída, apresentando topografia regular, interligada às redes públicas de água, energia e telefonia, ruas de acesso pavimentadas; trecho atendido por linhas regulares de ônibus e outros veículos automotores	Anexo I – Certidão da Escritura do Terreno; Anexo II – Lei de Doação n. 1060/07 (Publicação Diário Oficial do Município, de 29/06/07); Anexo III – Decreto de Desapropriação da área complementar (Publicação Diário Oficial do Município, de 25.06.07); Anexo IV – Termo de Compromisso de Doação; Anexo V – Levantamento Planialtimétrico (Planta); Anexo VI – Relatório Fotográfico; Anexo VII – Planta de situação em relação ao bairro Anexo VIII – Projeto de Arquitetura
---	---------	---	--

**d – DETALHAMENTO DAS CONTRAPARTIDAS COMPLEMENTARES:**

Item	Descrição	Especificação	Relação de Anexos
1	Edificação no imóvel doado: a) Doação de edificação erguida  b) Construção de muro, em mutirão	a) Imóvel com 804,38m <sup>2</sup> de área construída, conforme detalhamento no Projeto de Arquitetura (Anexo VIII). b) Muro de alvenaria com 1.260,45m <sup>2</sup> (840.30m x 1,5m), cercando todo o terreno doado	Anexo IX – Parecer Técnico confirmando a qualidade da edificação erguida. Anexos X a XXI – Termos de doação de material a ser utilizado na construção do muro
2	Plano de aplicação de recursos financeiros da instituição Proponente	Projeto de arquitetura no valor de R\$ 15.000,00 Desapropriação da área complementar (9.720m <sup>2</sup> ) no valor de R\$ 18.000,00	Anexo XXII – Proposta financeira do arquiteto responsável pelo projeto.  Anexo XXIII – Laudo de avaliação do imóvel.
3	Execução de serviços de topografia	Levantamento topográfico (Planialtimétrico)	Anexo V – Planta que comprova regularidade do terreno doado
4	Cessão de pessoal para conservação/limpeza e segurança	02 servidores para as atividades de conservação e limpeza;  02 servidores para as atividades de segurança	Anexo XXIV – Termo de Compromisso de Cessão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros
5	Tijolos para construção do muro	43.000 blocos de cerâmica de 08 Furos	Anexos X a XX – Termos de Compromisso de Doação (11 instituições parceiras)
6	Cimento	Saco de 50 kg	Anexo XXI – Termo de Compromisso de Doação

7	Microcomputador	Microcomputador com processador AMD SEMPRON de 3.0 GHZ, HD de 80 GB, gravador de DVD, 512 mb de memória, teclado, mouse óptico, caixas de som, gabinete de 4 baías, monitor LCD de 15"	Anexo XXV – Termo de Compromisso de Doação
8	Impressora	Impressora multifuncional F380 HP	Anexo XXVI - Termo de Compromisso de Doação
9	Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos	Garantia de transporte escolar por prefeituras para deslocamento dos alunos até o CEFET	Anexos XXVII a XXXVIII – Termos de Compromisso de 12 prefeituras municipais.

## ANEXO B – Notas de jornais sobre o processo de implantação da UFERSA em Pau dos Ferros





:: EDIÇÕES ANTERIORES ::
 Mossoró-RN, sexta-feira 30 de março de 2007

### Apodi e Pau dos Ferros devem travar disputa por campus da Ufersa

**MÁRCIO COSTA**  
Editor do Regional

Diante da confirmação do projeto que deverá garantir a instalação de três unidades avançadas da Ufersa, no Ceará e Rio Grande do Norte, duas importantes cidades da região devem iniciar um processo de disputa destinado à instalação do pólo que atenderá os municípios do médio e alto oeste do Estado.

Além de Pau dos Ferros, citada pela instituição como uma provável sede do referido núcleo, Apodi pode surgir como uma potencial sede para receber os investimentos da ordem de R\$ 10 milhões.

Na tarde de ontem, representantes do Fórum de Entidades de Apodi se reuniram com o reitor da Ufersa, Josivan Barbosa, na busca de informações sobre os critérios adotados para o direcionamento dos investimentos.

Segundo o reitor, ainda não existem critérios definidos para o direcionamento dos recursos que serão canalizados para a estruturação do projeto. No atual momento a instituição trabalha com uma linha de estudo que mostra a necessidade de acomodação dos novos campus em três macrorregiões que no total abrangem cerca de 200 municípios de vários estados nordestinos.

"Os estudos mostram a necessidade de instalação de núcleos que atendam as regiões do sertão central e litoral norte, médio e alto oeste, além do baixo e médio Jaguaribe no Ceará", destaca o reitor Josivan Barbosa.

Diante desta certeza, a cidade de Pau dos Ferros foi ventilada para polarizar os municípios do médio e alto oeste do Estado. Lajes e Angicos ficaram como opções para a acomodação do núcleo que atenderá o sertão central, e Limoeiro do Norte (CE) é ventilada como possível sede para a região do Jaguaribe.

Como as sedes não foram definidas nem constam em projetos oficiais, o interesse demonstrado pela sociedade apodiense deverá resultar numa disputa com a comunidade pau-ferrense que levará em conta inúmeros fatores, como a densidade populacional, a necessidade de fortalecimento do setor educacional, força política e social, dentre outros critérios que deverão ser avaliados a partir de uma comissão mista.

Para o presidente do Fórum de Entidades de Apodi, a cidade conta com inúmeros fatores à instalação da unidade. Os riscos de desativação do núcleo avançado da Uern e as características geográficas do município se mostram como os principais.

"Contamos com todas as características necessárias para acomodar a unidade da Ufersa e precisamos fazer com que esta realidade seja convertida em benefícios para toda a região", destaca Flaviano.

Durante a reunião, que contou com a presença do prefeito José Pinheiro, os representantes definiram a elaboração de uma agenda destinada a discutir o projeto. Em meio aos pontos de prioridade encontra-se um encontro com a governadora Wilma de Faria, na busca de apoio para as pretensões da cidade de Apodi.

## JORNAL DE FATO, 16.06.2007.

### ALTO OESTE UNIDO

#### Luta pela implantação do campus da Ufersa chega ao ministro da Educação

Pau dos Ferros - A luta pela implantação de um Campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em Pau dos Ferros, que está envolvendo todos os segmentos do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, vai avançar com a vinda ao Estado, terça-feira que vem, do ministro da Educação, Fernando Haddad. Uma comissão formada por representantes de várias entidades entregará um documento ao ministro mostrando as qualidades da região para receber o campus.

O movimento terá o apoio da bancada federal. Para isso, a comissão suprapartidária, que tem a participação de toda a classe política oestana, independentemente de cor ou partido político, iniciou ontem trabalho de mobilização para fortalecer o movimento. A comissão se dividiu em subgrupos para entregar o documento aos deputados, senadores e a governadora Wilma de Faria (PSB).

Em Mossoró, a presidente da Câmara Municipal de Pau dos Ferros, Tércia Maria Batalha (PMDB), entregou o estudo de viabilidade ao reitor da Ufersa, professor Josivan Barbosa, que se comprometeu em apoiar a luta. A audiência contou com a presença de representantes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), professor Gilton Sampaio, e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Sebastião Nunes.

Hoje, em Natal, o prefeito Leonardo Rêgo (DEM), acompanhado do vereador Ismael Mendes e do presidente da CDL, Raimundo Holanda, entregará o documento aos senadores democratas José Agripino e Rosalba Ciarlini, e ao deputado federal Felipe Maia. Na segunda-feira, a comissão será recebida em audiência pelo reitor da UFRN, professor Ivonildo Rêgo, que é pau-ferrense e também se engajará na luta. Na terça-feira, antes de passar o estudo às mãos do ministro Fernando Haddad, a comissão entregará o documento à governadora Wilma de Faria. “Vamos renovar o pedido para que o governo se engaje nessa luta; temos certeza que Wilma de Faria fortalecerá esse movimento em prol de Pau dos Ferros e região”, disse Tércia Batalha.

A presidente do Legislativo pau-ferrense está confiante de que o Campus da Ufersa possa ser instalado na capital do Alto Oeste. Segundo ela, a cidade por sua localização geográfica, tem toda a qualidade para receber a unidade de ensino superior. “Um Campus em Pau dos Ferros tem como atender a todo o semiárido do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará”, disse.

Tércia destaca, também, a união de todos os segmentos, principalmente da classe política, que entendeu a importância do benefício para a região. Adversários políticos deixaram as diferenças de lado e estão juntos na luta. Um exemplo é a própria Tércia Batalha e o prefeito Leonardo Rêgo, adversários, mas unidos na luta pela Ufersa.

O movimento conta também com o apoio de 31 prefeitos de municípios alto-oestanos, além de presidentes de Câmaras Municipais e lideranças que mesmo sem mandato representam o povo. “A Comissão pela Implantação do Campus da Ufersa é suprapartidária, sem interesses outros, que não seja a vinda da Ufersa para a nossa região, por isso, acreditamos que conseguiremos êxito”, comentou Tércia. “É uma luta legítima dos pau-ferrenses e alto-oestanos.”

Estudo mostra a força do Alto Oeste

O estudo de viabilidade do Campus da Ufersa no Alto Oeste, com sede em Pau dos Ferros, mostra as potencialidades e qualidades da região. Elaborado por técnicos capacitados e com base em outros estudos realizados na região, o documento é rico em detalhes.

Revela que o benefício é importante para a redução das desigualdades regionais, nas microrregiões dos Estados do RN, PB e CE, que convergem para o município de Pau dos Ferros, cuja microrregião situada no Alto-Oeste Potiguar tem, conforme Censo do IBGE (2000), a maior densidade demográfica no seu entorno, contando com um milhão, cento e cinquenta mil pessoas (1.150.000), distribuídas em 12 microrregiões, das quais cinco são no RN, duas na PB e quatro no CE.

O documento mostra pontos importantes como a dimensão geográfica, demográfica, socioambiental, econômica, infraestrutura, cultural e educacional.

“Em razão dos argumentos técnicos apresentados, acreditamos que, em se efetivando um pleito desse porte, os poderes públicos estarão atuando para diminuir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento sustentável, no semiárido nordestino, uma das regiões mais pobres desse País”, relata o documento.



## **Comissão defende instalação de campus da Universidade Federal Rural no Alto Oeste**

**PAU DOS FERROS** - Uma comissão formada pela Câmara Municipal de Pau dos Ferros, Campus Avançado Professora Maria Elisa Albuquerque Maia/CAMEAM/Uern, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), entre outras instituições, está intensificando a luta pela implantação de um campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em Pau dos Ferros.

Ontem, em visita ao diretor de Redação da GAZETA DO OESTE, Gilberto de Sousa, a presidente da Câmara Municipal de Pau dos Ferros - Tércia Maria Batalha, o representante do Cameam/Uern - Gilton Sampaio de Souza e um dos representantes do DNOCS - Sebastião N. Guimarães, pediram o apoio da Gazeta a essa luta.

A comissão, que já encaminhou um documento à governadora Wilma de Faria explicitando os motivos dessa solicitação, bem como a adesão da governadora à luta, tem uma audiência marcada para a próxima terça-feira, 19 de junho, com o Ministério da Educação.

Entre os motivos expostos no documento, a fim de alcançar a implantação do campus estão: o fato de Pau dos Ferros ser a cidade-polo da região do Alto-Oeste potiguar, composta de 37 municípios, com influência educacional sobre outras dezenas de municípios localizados em outras microrregiões geográficas; a população dessas microrregiões que em boa parte, constitui área sob influência do município de Pau dos Ferros e, segundo dados fornecidos pela comissão, já deve ultrapassar o total de 300 mil pessoas; a necessidade da formação de mão de obra especializada, sobretudo na área rural, a fim de atender as exigências de um desenvolvimento sustentável da agricultura familiar; o fato do fluxo diário da população dos Estados da Paraíba e do Ceará para Pau dos Ferros acrescentar um diferencial a este município, uma vez que esse fluxo contribui diretamente para a economia do RN e necessidade de capacitação profissional de milhares de jovens que não dispõem das devidas condições para cursar uma faculdade nas metrópoles e a necessidade de investimento na formação educacional dos habitantes do Alto Oeste.

Além disso, o documento declara que há a manifestação popular e institucional, por meio de um abaixo-assinado, o qual dispõe das assinaturas de mais de sete mil cidadãos e cidadãos residentes em mais de 30 municípios do Alto Oeste potiguar.

## JORNAL "O MOSSOROENSE", AOS 16.06.2007

### Otimista

A vereadora Tércia Batalha é uma das expressões do grupo que busca canalizar os investimentos para a instalação de uma unidade da Ufersa em Pau dos Ferros. Tércia fala com otimismo sobre o projeto.

### Ufersa

A sociedade pau-ferrense arregaçou as mangas e parte com força total na busca pelo Campus Avançado da Ufersa. No dia de ontem, duas comitivas caíram em campo na busca de apoio político para viabilizar o projeto.

### Documento

Em Mossoró, a comitiva encabeçada pela vereadora Tércia Batalha encaminhou uma cópia de um documento reivindicatório que conta com o apoio de 31 cidades oestanas ao reitor da instituição Josivan Barbosa. Documento de peso.

### Parlamentares

Em Natal, a segunda frente, encabeçada pelo prefeito Leonardo Rego, efetuou a entrega do documento ao deputado Henrique Alves, primeiro parlamentar federal do Rio Grande do Norte a ser abordado pela comissão. A agenda de contatos será mantida até a terça-feira. Volta.

### Andamento

A comissão pau-ferrense iniciou os trabalhos há 40 dias e afirma que garantirá o apoio político necessário para vencer a disputa com Apodi. Segundo a vereadora Tércia Batalha, atual presidente da Câmara Municipal Pau-ferrense, Pau dos Ferros conta com todas as condições técnicas para receber os investimentos. A força política deverá somar ao cenário que é trabalhado pela sociedade local.

GAZETA DO OESTE, AOS 20.06.2007



## Comissão leva documento ao ministro Haddad

**PAU DOS FERROS** - A governadora Wilma de Faria lançou ontem, em Natal, a Agenda da Educação, que integra o Plano Estadual de Metas para a Educação. Na mesma solenidade, o ministro da Educação, Fernando Haddad, lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo este uma iniciativa do Governo Federal que será executado em parceria com Estados e municípios.

A comissão que está à frente na busca pela implantação de um campus da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) aproveitou a oportunidade da presença do ministro no Estado e entregou um documento solicitando recursos para a locação do campus no Alto Oeste.

Segundo o reitor da Ufersa, Josivan Barbosa Menezes, que também participou do encontro, as perspectivas são boas em relação ao projeto.

O reitor ressaltou ainda que a expansão do campus da Ufersa no Alto Oeste e posteriormente no Sertão Central, será o segundo maior projeto conquistado, onde o primeiro grande passo dado foi transformar a Esam numa Universidade Federal.

A união dos parlamentares frente à luta pela implantação do campus da Ufersa em Pau dos Ferros é considerada como fator preponderante. "A deputada Fátima Bezerra está tentando agendar uma reunião em Brasília com o secretário do ensino superior Ronaldo Mota, para um novo progresso nas negociações", disse o reitor.

## Jornal DE FATO, aos 20.06.07

### Estudo é entregue ao ministro Haddad

Pau dos Ferros/Natal - O estudo de viabilidade de implantação de um campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Pau dos Ferros, já está nas mãos do ministro da Educação, Fernando Haddad. O documento foi entregue ontem pela comissão suprapartidária, que tem à frente o prefeito Leonardo Rêgo (DEM) e a presidente da Câmara Municipal, Tércia Batalha (PMDB).

A comissão aproveitou a presença do ministro em Natal e apresentou o estudo antes da solenidade de inauguração de uma unidade do Cefet na Zona Norte da capital. Estavam presentes os membros da comissão, a governadora Wilma de Faria (PSB), a deputada Fátima Bezerra (PT), entre outros parlamentares da bancada federal do Rio Grande do Norte.

O ministro Fernando Haddad, que já tinha conhecimento da luta dos alto-oestanos, mostrou-se receptivo ao projeto e prometeu colocá-lo em estudo. O reitor da Ufersa, professor Josivan Barbosa, considera viável a implantação do campus, tendo em vista a importância da Região do Alto Oeste, situada estrategicamente no semiárido do Rio Grande do Norte, Paraíba e do Estado do Ceará.

O estudo elaborado por técnicos das entidades engajadas na luta, mostra as qualidades de Pau dos Ferros e da região, com base em pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). O campus atenderia a população de 36 municípios do Alto Oeste, além das cidades da Paraíba e Ceará.

O prefeito Leonardo Rêgo disse que o ministro Fernando Haddad visitou o Rio Grande do Norte em momento oportuno, principalmente para a luta dos alto-oestanos. "Não poderíamos deixar de aproveitar a visita do ministro Fernando Haddad para mostrarmos a ele a grande importância do Campus da Ufersa para Pau dos Ferros", disse.

Além de mostrar as condições técnicas de Pau dos Ferros, o Projeto entregue ao ministro Fernando Haddad ainda contou com a assinatura de 30 prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais de todo o Grande Oeste e um abaixo-assinado contendo cerca de 10 mil assinaturas da população de várias cidades da região.

O documento também foi entregue a todos os parlamentares da bancada federal e a Wilma de Faria.

**ANEXO C – Compromisso dos parlamentares federais, em alocar recurso de emenda de bancada para construção da UFERSA em Pau dos Ferros**

**CARTA DE BRASÍLIA**

**COMPROMISSO DOS PARLAMENTARES DO RN  
EM PROL DO CAMPUS DA UFERSA EM PAU DOS FERROS**

Nós, abaixo nomeados e assinados, os 11(once) parlamentares do Estado do Rio Grande do Norte - em Audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad - e em decorrência de estudos técnicos, acordos e compromissos firmados com representantes de instituições públicas, privadas e lideranças políticas da região do Alto-Oeste Potiguar e de regiões semi-áridas de fronteira dos Estados da Paraíba e do Ceará, **assumimos o COMPROMISSO** de alocar recursos das Emendas de Bancada no Orçamento Geral da União, ano 2010, **no valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais)** para a expansão da UFERSA, especificamente para a construção do *Campus* da UFERSA em Pau dos Ferros, na micro-região do Alto Oeste Potiguar, viabilizando a ampliação do Ensino Superior Federal nessa região do Semi-Árido e atendendo, assim, aos anseios de milhares de jovens dessa região que sonham com o ingresso em uma universidade pública e de qualidade.

Ressaltamos que o Semi-Árido do Rio Grande do Norte e dos Estados vizinhos é caracterizado como uma das regiões mais pobres do país, apresentando os IDH's municipais mais baixos, onde os jovens, que estão em uma faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, têm a menor taxa de acesso ao Ensino Superior.

Brasília, 25 de agosto de 2009.

**Senadores:**

Sen. Garibaldi Filho

Sen. José Agripino Maia

Sen. Rosalba Ciarlini

**Deputados Federais:**

Dep. Fátima Bezerra

Dep. Fábio Faria

Dep. Betinho Rosado

Dep. Rogério Marinho

Dep. Henrique Eduardo Alves

Dep. Sandra Rosado

Dep. Felipe Maia

Dep. João Maia